



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

IOLE COSTA TERSO

**ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL E O USO DE TECNOLOGIAS
POR BIBLIOTECÁRIOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PRIVADAS DO MUNICÍPIO DO SALVADOR**

Salvador

2009

IOLE COSTA TERSO

**ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL E O USO DE TECNOLOGIAS
POR BIBLIOTECÁRIOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PRIVADAS DO MUNICÍPIO DO SALVADOR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Políticas, Tecnologias e Usos da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva.

Salvador

2009

CDD 025.567

T331 Terso, Iole Costa.

Alfabetização informacional e o uso de tecnologias por bibliotecários de Instituições de Ensino Superior privadas no município do Salvador [manuscrito] / Iole Costa Terso. – 2009.

130 f.: il.; 29 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2009.

“Orientação: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, Programa de Pós - Graduação em Ciência da Informação”.

1. Ciência da Informação. 2. Alfabetização informacional. 3. Tecnologia - aspectos sociais. 4. Competência em informação. 5. Bibliotecários. I. Título.

IOLE COSTA TERSO

**ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL E O USO DE TECNOLOGIAS
POR BIBLIOTECÁRIOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PRIVADAS DO MUNICÍPIO DO SALVADOR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de pesquisa: Políticas, Tecnologias e Usos da Informação.

Aprovada em 17 de agosto de 2009.

Banca Examinadora:

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva - Orientador _____

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Universidade Federal da Bahia

Francisco das Chagas de Souza _____

Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba
Universidade Federal de Santa Catarina

Othon Fernando Jambeiro Barbosa _____

Doutor em Comunicação pela Politécnica Central de Londres, atual University of Westminster
Universidade Federal da Bahia

Ao meu pai, Marcos (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Rubens Silva, meu orientador, pela confiança, incentivo e rigor científico, a quem devo todo respeito e admiração.

Aos bibliotecários das Instituições de Ensino Superior que participaram desta pesquisa, pela generosidade em permitir que eu participasse dos seus cotidianos. Desejo-lhes muito sucesso na caminhada.

À minha família, por todo apoio e exemplos de força para reinvenção da vida.

Ao meu irmão, Ramon, cujo brilhantismo levou-me a repensar muitas das minhas convicções.

Ao meu filho, Marco Túlio, motivação de todos os meus passos nessa vida.

Ao Mário, parceiro para toda vida.

Aos docentes do Instituto de Ciência da Informação, pelo apoio e profissionalismo. Também sou grata aos servidores e prestadores de serviços do Instituto, com destaque à Nádía Ventura, secretária do Colegiado da Pós-Graduação.

Aos colegas discentes do curso de mestrado, em especial à Lucia Vera, Fausta e Janneth Troelsen, amizades edificadas aos poucos, com base na confiança mútua.

Aos membros do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), principalmente ao Inácio Szabó, por suas constantes palavras de encorajamento e pela colaboração no trabalho com a língua inglesa.

À professora Dra. Henriette Gomes, pela qualidade na coordenação do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

À professora Dra. Aida Varela, pela oportunidade da rica experiência em tirocínio docente supervisionado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de subsídio financeiro durante período parcial da pesquisa.

O valor de todo conhecimento está no seu vínculo com as nossas necessidades, as nossas aspirações e ações; de modo diferente, o conhecimento torna-se um simples lastro de memória, capaz apenas – como num navio que navega sem um peso precioso – de diminuir a oscilação da vida quotidiana.

V. O. Kliutchevski (1841 – 1911)

RESUMO

Pesquisa que objetivou identificar e analisar a inter-relação entre os conceitos de alfabetização informacional, tecnologia e informação, no cotidiano do universo de bibliotecários atuantes no total das Instituições de Ensino Superior privadas instaladas na cidade do Salvador, Bahia até maio de 2008. Para tanto, investigou como as tecnologias digitais são utilizadas e compreendidas pelos bibliotecários, percebendo como o profissional apreende a sua prática, no sentido das possibilidades de transformação social. Como metodologia da pesquisa, utiliza o método de abordagem dialético materialista, os procedimentos monográfico, histórico e estatístico e como técnicas de coleta de dados, a documentação indireta (pesquisa bibliográfica e documental) e a observação direta extensiva (aplicação de formulário). Foram visitadas 53 Instituições de Ensino Superior privadas para aplicação do instrumento de coleta de dados entre os seus 60 bibliotecários, registrando suas impressões sobre seus conhecimentos e experiências com sistemas informáticos e estratégias de busca, localização e recuperação de conteúdos informacionais nas redes digitais. A partir dos resultados obtidos, a pesquisa conclui que a vinculação estabelecida entre tecnologia e informação permite entender dialeticamente a contradição na qual o universo investigado se insere. A contradição é representada pelo aprofundamento da diferenciação entre as práticas tradicionais da Biblioteconomia e as novas vias de compartilhamento do conhecimento pelas vias digitais. A superação de tal contradição traduz-se no exercício da alfabetização informacional, pois ao ampliar a sua consciência em direção às novas possibilidades do conhecimento pelo domínio do real sentido da tecnologia, o bibliotecário oportuniza a transformação qualitativa do seu meio.

Palavras-chave: Alfabetização informacional. Competência em informação. Bibliotecários. Materialismo dialético. Tecnologia – aspectos sociais.

ABSTRACT

The objective of this research was to identify and analyze the interrelation among the concepts of information literacy, technology, and information, in daily activities of librarians of private higher education institutions located in the city of Salvador (Bahia, Brazil), until May 2008. In order to accomplish it, an investigation was carried out on how digital technologies are used and understood by librarians, trying to observe how these professionals develop their practice, considering the possibilities of social transformation. In terms of research methodology, it was used the materialistic dialectic approach. The procedures were the monographic, the historical and the statistical methods. The data collection techniques used were indirect documentation (bibliography and document research) and extensive direct observation (use of forms). 53 private higher education institutions were visited, so that the data collection instrument could be applied to their 60 librarians, who registered impressions on their knowledge and experience with computer systems and strategies for the search, location and retrieval of informational contents in the web. Based on the investigation results, it was concluded that the bond established between technology and information allows the dialectical comprehension of the contradiction in which the universe being investigated is inserted. The contradiction is represented by the deepening of the difference between the traditional library practices and the new ways of knowledge sharing through digital ways. The overcoming of such contradiction is translated into the exercise of information literacy: while enhancing the consciousness towards new possibilities of knowledge by dominating the real sense of technology, the librarian creates the opportunity for the qualitative transformation of his or her environment.

Keywords: Information literacy. Librarians. Dialectical materialism. Technology – social aspects

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Relações que fundam uma pedagogia do conhecimento pela Biblioteconomia e a Educação.....	43
Quadro 1	Características-chave das principais técnicas analíticas (estatística descritiva) normalmente usadas.....	72
Gráfico 1	Idade dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA).....	83
Gráfico 2	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por ano de conclusão da graduação em Biblioteconomia.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Instituições brasileiras de educação superior (1994, 1998, 2001 e 2006) segundo a categoria administrativa	52
Tabela 2	Matrículas no ensino superior no Brasil (2006 e 2007) segundo a categoria administrativa.....	53
Tabela 3	IES privadas segundo categoria administrativa e organização acadêmica no município do Salvador – maio /2008.....	53
Tabela 4	Instituições brasileiras de educação superior segundo a categoria administrativa e a organização acadêmica (1980, 1985, 1990, 1994).....	59
Tabela 5	Relação das IES privadas (Salvador – BA) onde foram localizados os elementos do universo da pesquisa – maio 2008.....	78
Tabela 6	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por sexo.....	83
Tabela 7	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por faixa etária.....	83
Tabela 8	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por idade e por sexo.....	84
Tabela 9	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por Instituição da graduação.....	84
Tabela 10	Distribuição de anos para formação pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) no curso de Biblioteconomia.....	85
Tabela 11	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por ano de conclusão da graduação em Biblioteconomia.....	85
Tabela 12	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por formação acadêmica.....	86
Tabela 13	Distribuição de horas por dia utilizadas para o trabalho com o computador de bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA).....	87
Tabela 14	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) com acesso à internet no local de trabalho.....	87
Tabela 15	Sistemas informatizados utilizados pelas bibliotecas das IES privadas (Salvador – BA).....	88

Tabela 16	Distribuição dos bibliotecários de IES privadas (Salvador – BA) que têm participação na ‘customização’ do sistema informatizado utilizado na Biblioteca.....	89
Tabela 17	Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) que têm acesso a bases de dados bibliográficos e/ou portal de periódicos devido a convênios institucionais.....	89
Tabela 18	Bases de dados e portais de periódicos citados como indicados para usuários das Bibliotecas das IES privadas (Salvador – BA)	90
Tabela 19	Tipos de tecnologia considerados pelos bibliotecários de IES privadas (Salvador – BA) como úteis para sua função.....	90
Tabela 20	Sobre a função do bibliotecário com a tecnologia nas IES privadas (Salvador – BA).....	93
Tabela 21	Conhecimentos, capacidades e responsabilidades no uso da tecnologia dos bibliotecários nas IES privadas (Salvador – BA).....	94
Tabela 22	Aquisição, organização, análise e avaliação de conteúdos informacionais utilizando as tecnologias pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA).....	95
Tabela 23	Utilização da tecnologia para comunicação eficaz, solução de problemas e expressão da criatividade individual pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA).....	96
Tabela 24	Papel da tecnologia e aplicação das normas éticas e jurídicas em seu uso pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA).....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Alfabetização informacional
ALA	<i>American Library Association</i>
ASIS	<i>American Society for Information Science</i>
ASIS&T	<i>American Society for Information Science and Technology</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
CDC	Curso de Documentação Científica
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
CV	comunidades virtuais
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICI	Instituto de Ciência da Informação
IES	Instituição de Ensino Superior
IIA	<i>Information Industry Association</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NCLIS	<i>National Commission on Libraries and Information Science</i>
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PEI	Programa de Ensino Instrumental
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro

PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
SI	Sociedade da Informação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TMCE	Teoria de Modificabilidade Cognitiva Estrutural
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	INFORMAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL.....	24
2.1	A INTERDISCIPLINARIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	25
2.2	O CONCEITO DE INFORMAÇÃO.....	29
2.3	SOBRE O ENTENDIMENTO DA ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL.....	32
2.3.1	Formação do conceito de alfabetização informacional.....	32
2.3.1.1	Da ‘educação de usuários’ à alfabetização informacional.....	33
2.3.2	A dispersão terminológica e conceitual da alfabetização informacional.....	35
2.3.3	A alfabetização informacional do ponto de vista dialético- materialista.....	37
3	CONSCIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	39
3.1	ALFABETIZAÇÃO COMO CONSCIENTIZAÇÃO.....	40
3.2	SOBRE O ENTENDIMENTO DE TECNOLOGIA.....	45
4	BIBLIOTECÁRIOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS NO MUNICÍPIO DO SALVADOR.....	52
4.1	BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL.....	54
4.1.1	A avaliação do ensino superior e a biblioteca universitária.....	60
4.2	O BIBLIOTECÁRIO NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS.....	62
4.2.1	4.2.1 O cotidiano do bibliotecário com as tecnologias nas bibliotecas universitárias.....	64
5	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	69
5.1	MÉTODO DE ABORDAGEM: DIALÉTICA MATERIALISTA.....	70
5.2	MÉTODOS DE PROCEDIMENTO: MONOGRÁFICO, HISTÓRICO E ESTATÍSTICO.....	71
5.3	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS: DOCUMENTAÇÃO INDIRETA E OBSERVAÇÃO DIRETA EXTENSIVA.....	73
5.3.1	Documentação indireta: pesquisa bibliográfica e documental.....	73
5.3.2	Observação direta extensiva: aplicação de formulário.....	74
5.4	DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO.....	76
5.5	O PRÉ-TESTE.....	80
6	RESULTADOS DA PESQUISA.....	82
6.1	PERFIL DO UNIVERSO PESQUISADO.....	82
6.2	CONDIÇÕES DE ACESSO A CONTEÚDOS INFORMACIONAIS PELO USO DE TECNOLOGIAS.....	87
6.3	PERCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS SOBRE O SEU PRÓPRIO USO DA TECNOLOGIA.....	91
6.4	CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E RESPONSABILIDADES NO	

	USO DA TECNOLOGIA PELOS BIBLIOTECÁRIOS.....	93
6.5	ATIVIDADES DE AQUISIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS UTILIZANDO A TECNOLOGIA.....	94
6.6	USO DA TECNOLOGIA PARA COMUNICAÇÃO EFICAZ, SOLUÇÃO DE PROBLEMAS E EXPRESSÃO DA CRIATIVIDADE INDIVIDUAL.....	95
6.7	PAPEL DA TECNOLOGIA E APLICAÇÃO DAS NORMAS ÉTICAS E JURÍDICAS EM SEU USO.....	96
7	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	98
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA APRESENTADA AOS BIBLIOTECÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS (SALVADOR – BA).....	126
	APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO APRESENTADA AOS BIBLIOTECÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS (SALVADOR – BA).....	127
	APÊNDICE C – FORMULÁRIO APLICADO BIBLIOTECÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS (SALVADOR – BA).....	128
	ANEXO A – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS (SALVADOR – BA).....	130

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, diante das vicissitudes ocasionadas pelas renovadas técnicas de produção e objetos produzidos, presenciamos como as atividades de criação, processamento, disseminação e recuperação da informação têm sido consideradas fundamentais para a asseguarção dos avanços tecnológicos.

O advento das redes tecnológicas incrementou as possibilidades de acesso a conteúdos informacionais e facilitou os meios remotos de interação social. Os fenômenos da convergência digital, que unem informática, telecomunicação, tecnologias de redes de computadores, assim como o uso em alto grau de padrões de intercâmbio, permitem o armazenamento e recuperação de conteúdos informacionais nos mais variados formatos digitais (texto completo, imagem, som, vídeo). Porém, se nos detivermos no plano da simples descrição dos fatos e aspectos visíveis do progresso técnico, tenderemos a confundir a essência das alterações que ocorrem nos dias atuais com os produtos tecnológicos em si, esquecendo ser o sujeito pensante quem produz as tais condições de existência.

Ao vislumbrarmos a importância do papel das tecnologias digitais para os estudos na área da Ciência da Informação (CI), a contínua sensação de que a atividade laboral está condicionada a técnicas repetitivas e pouco criativas nos impeliu a investir esforços para investigarmos o valor da ação humana para a transformação dessa realidade por meio da alfabetização informacional (AI).

O conceito da AI foi proposto na literatura especializada da Biblioteconomia a partir dos anos 1970 e situa-se em plena discussão na CI, incluindo as pendências de parâmetros terminológicos, cunhados em países de realidades díspares, e muitas vezes adotados de forma acrítica¹. Desde então, o conceito tem sido desenvolvido por autores que o percebem como um fenômeno ou processo específico da atual sociedade, sendo enfatizado como via de autonomia para o acesso a recursos informacionais.

Faz-se notório o vertiginoso ritmo de implantação de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas na cidade do Salvador, Bahia, provocado pela flexibilidade pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), aumentou a competitividade neste

¹ No Brasil, as expressões ‘competência em informação’ e ‘competência informacional’ são as mais comumente encontradas na literatura da CI e da Biblioteconomia, em trabalhos de autores como Campello (2003, 2006), Miranda (2004, 2006), Dudziak (2008), entre outros. No capítulo 2 apresentamos as diversas concepções acerca do tema da AI, e fundamentamos a adoção em nossa pesquisa do termo alfabetização, ao invés de suas concernentes variações.

segmento de mercado e forçou a busca por um mínimo de qualidade nas instituições, envolvendo, portanto, o cumprimento de diretrizes definidas pelo Ministério da Educação (MEC), que fazem parte da avaliação institucional e avaliação de cursos para fins de credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento. O fenômeno observado nesta cidade metropolitana, em similaridade com o restante do país, desperta interesse pela consequência da expansão do mercado de trabalho para os profissionais bibliotecários interessados em atuar em bibliotecas universitárias.

Também participou do nosso interesse pelo tema da AI, o reconhecimento de que na formação acadêmica do bibliotecário existem lacunas teóricas e práticas para o uso e desenvolvimento de tecnologias que incidem mais tarde na visão sobre a amplitude de seu potencial.

Considerando as mudanças e necessidades que essa realidade repleta de contradições traz, observamos a realidade dos bibliotecários que exercem sua profissão no âmbito das IES no município do Salvador, Bahia, como ponto de partida para compreensão do processo de AI como fator preponderante para aquisição do conhecimento por parte desse profissional, considerando a mediação das ferramentas tecnológicas para tal finalidade.

Dessa forma, o problema central da presente pesquisa refere-se ao seguinte questionamento: Como se caracteriza a relação que o bibliotecário atuante em IES privadas da cidade do Salvador mantém com as tecnologias digitais e como essa vivência interfere no desenvolvimento de sua própria AI?

Nosso objetivo geral de pesquisa foi o de identificar e analisar a inter-relação entre os conceitos de AI, tecnologia e informação no cotidiano profissional do bibliotecário atuante em IES privadas localizadas no município do Salvador, Bahia.

Trabalhamos com os seguintes objetivos específicos: identificar como a tecnologia é compreendida e utilizada pelo bibliotecário; analisar a influência da compreensão e do uso da tecnologia pelo bibliotecário no desenvolvimento da sua própria AI; e, entender como o bibliotecário percebe a sua práxis, no sentido das possibilidades de transformação social, quando associada às tecnologias sociais.

Tendo em vista as mudanças e necessidades que uma sociedade em transformação traz para o indivíduo, mostra-se se a relevância dos estudos sobre a AI na área da CI. O bibliotecário, por sua vez, é chamado a transformar qualitativamente seu papel social, sendo requerida uma postura ativa para o exercício da profissão.

Com isso, justificamos nossa pesquisa por imaginar colaborar para uma perspectiva mais dialógica e dinâmica da prática dos bibliotecários com as tecnologias digitais, e com

isso, reforçar o compromisso de atuarem como agentes para o desenvolvimento da AI. Pretendemos participar do debate e da construção teórica sobre o tema, enfocando o cotidiano profissional do bibliotecário com as tecnologias nas bibliotecas das IES privadas, já que percebemos que a capacidade de transformação da sociedade também está atrelada à vivência com as tecnologias digitais, sem que seja abandonada a essencialidade do seu ofício.

Acreditamos que estamos alinhados com a proposta da Linha de Pesquisa 1, Políticas, Tecnologias e usos da informação, da Área de Concentração Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea, constituinte do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, (PPGCI/ICI/UFBA), na qual fomos integrados, pois buscamos refletir sobre as relações entre a informação e a sua mediação pelo uso das tecnologias, privilegiando a dimensão social do conceito de AI².

A abordagem que apóia nossa conduta científica, além de se constituir como prisma pelo qual observamos a realidade, é a dialética materialista histórica, a qual incide diretamente na compreensão de que todo sujeito tem condições de se colocar como sujeito da ação potencialmente transformadora da sua prática. Os autores que embasaram nossa leitura dialética foram Marx e Engels (1986), Foulquié (1966), Cheptulin (2004), Konder (2006), pelos quais pudemos tomar conhecimento das categorias fundamentais da abordagem, estruturando nossas observações em campo e interpretações.

Durante nosso percurso de revisão da literatura acerca do tema do nosso interesse, recuperamos as várias acepções da AI, ao cotejar os ângulos de observação do tema, que em conjunto refletem a pluralidade das condições sociais, culturais e cognitivas muitas vezes alheias às peculiaridades na nossa realidade nacional.

Considerando o estágio incipiente dos estudos relativos ao conceito de AI, fez-se necessário perceber as particularidades na totalidade pela análise dos seus sentidos, objetivos, variedade léxica e o discernimento sobre o seu significado junto ao contexto particular em que se insere a presente pesquisa.

² A ementa da linha 1 do PPGCI / ICI / UFBA, ‘Tecnologias e usos da informação’ refere-se aos “Estudos teóricos e aplicados sobre as políticas e os usos da informação, do documento, suas tecnologias e infra-estruturas. Modelos, produtos e instrumentos de organização, acesso e recuperação da informação. Monitoramento de necessidades, comportamentos e hábitos informacionais. Padrões de funcionamento e regulagem de redes e sistemas de informação. Tendências e indicadores de produção científica. Identidade e memória: mecanismos e metodologias de preservação e custódia.” Disponível em: <<http://www.posici.ufba.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Esclarecemos a apreciação do conceito de AI pela proposta de Martí Lahera (2007), que o considera como base para a construção de uma sociedade baseada na informação, implicando a compreensão de uma participação social mais ampla. A autora distingue sobre a responsabilidade do profissional da informação em prover a geração, o uso e a difusão de conteúdos, não se limitando somente ao acesso.

Para entendermos a AI e sua potencial interface com a educação, recorreremos ao conteúdo epistemológico do método que Freire (1980, 1983) estabeleceu no seu percurso teórico e prático para a alfabetização como conscientização. Somente a conscientização poderá inserir o indivíduo no processo histórico, como sujeito, propiciando uma visão crítica da realidade. Freire defende a educação como ato dialógico, destacando a necessidade de uma razão dialógica onde o ato de conhecer e de pensar estariam diretamente relacionados. A forma imperativa de transmissão do conhecimento, a prática ‘bancária’, característica do modelo tradicional, impede a conscientização do ser humano.

O uso da tecnologia aparenta ser algo revolucionário, mas, na realidade, ele se apresenta como resultado de um processo gradual e evolutivo. É o que Vieira Pinto (2005, v.1) esclarece ao afirmar que a produção da técnica, substrato da tecnologia, exige a mediação humana, o pensamento humano, porque não se justifica por si mesmo, isolada do contexto social onde se desenvolve.

Analisamos também a importância do processo que denominamos informação, proposto por Silva (2002, 2006, 2006a) para o estabelecimento do sistema de valores do indivíduo e das suas possibilidades de ação. Para o autor, a informação não está limitada a registro, nem tampouco enquadrada na cadeia hierárquica ‘dado-informação-conhecimento’. Informação se constitui como processo ativo que decorre da ação humana transformadora, ao mesmo tempo em que incorre nela.

Portanto, o entendimento da AI condizente com o pensamento dialético nos revela o conceito como instrumento promotor de desenvolvimento humano, requerendo uma necessária tomada de consciência crítica, na qual o sujeito se dá conta das contradições inerentes à sua práxis, mobilizando-o a apropriar-se dos instrumentos materiais para produzir mudanças que atendam de maneira efetiva ao interesse individual e coletivo por conhecimento.

Se o perfil dos bibliotecários vem se alterando de maneira específica na sociedade atual, pois necessitam transformar-se com a realidade tecnológica e informacional, que requer inovações de técnicas tradicionais, as bibliotecas também encontram-se num período de transição.

A biblioteca universitária, como setor responsável, no sistema da educação superior, pelo incremento do acesso a recursos informacionais, deve colaborar de forma precípua para o compromisso da universidade em gerar conhecimento. Começam a surgir neste âmbito, novas possibilidades de ação com o emprego das tecnologias digitais, constituindo-se uma oportunidade de superação da realidade que deve ser plenamente compartilhada por todos os sujeitos envolvidos no processo da AI.

Valemos-nos da metodologia científica da pesquisa como processo organizado, lógico e sistemático. Neste sentido, levamos em conta o tripé abordagem, procedimentos e técnicas de coleta de dados, conjunto de orientações unidas entre si por características afins, proposto por Marconi e Lakatos (2005). Demo (1995, 2000) e Triviños (1987) também fizeram parte do nosso quadro metodológico.

Adotamos os procedimentos monográfico, histórico e estatístico, de forma a garantir a consecutividade de nossos objetivos de pesquisa. A pesquisa identificou os hábitos, estratégias e relações deste segmento profissional na utilização de ferramentas tecnológicas digitais, suas opiniões sobre sua atividade, sempre visando ao aprofundamento da reflexão crítica sobre a existência da inter-relação entre os conceitos de informação, tecnologia e AI.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: documentação indireta (pesquisa bibliográfica e documental) e a observação direta extensiva (aplicação de formulário).

O instrumento de coleta de dados aplicado levantou impressões e opiniões sobre 60 bibliotecários com relação aos conhecimentos e experiências com sistemas informáticos e estratégias de busca, localização e recuperação de conteúdos informacionais nas redes digitais. Os pesquisados correspondem ao universo de profissionais atuantes nas bibliotecas universitárias das IES constantes no Cadastro das Instituições de Ensino Superior do MEC (BRASIL, 2008) na categoria administrativa privada do município do Salvador. Visitamos o total de 53 organizações acadêmicas classificadas em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas e institutos e centros de educação tecnológica no período de 7 de abril de 2008 e 14 de maio de 2008 para a aplicação do formulário face-a-face aos componentes do universo investigado.

O formulário foi estruturado de maneira a possibilitar identificar e analisar a função do bibliotecário com as tecnologias; os seus conhecimentos, capacidades e responsabilidades no uso das tecnologias; as atividades de aquisição, organização, análise e avaliação de conteúdos informacionais utilizando as tecnologias; a utilização das tecnologias para comunicação eficaz, solução de problemas e expressão da criatividade individual; o papel das tecnologias e aplicação das normas éticas e jurídicas em seu uso; e, as condições de uso das tecnologias.

Nos resultados da pesquisa, foi possível identificar que os respondentes imputam um valor condicionante às tecnologias quando relacionadas ao trabalho do ser humano. Percebem-se, contudo, integrados aos produtos tecnológicos, afirmando, em sua maioria, que o desenvolvimento de ferramentas de automação de serviços e produtos de informação não diminui a importância da profissão bibliotecária, e nem a ferramenta internet diminui a necessidade de trabalho bibliotecário na relação com os usuários das bibliotecas.

Os pesquisados revelam-se autônomos na tarefa de buscas informacionais baseadas na internet e ainda afirmam que o bibliotecário que deseja atuar deve adequar-se às tecnologias. A capacitação tecnológica é uma preocupação para os profissionais.

Apesar das disciplinas do curso de Biblioteconomia serem descritas como pobres em conteúdo tecnológico, atividades de tratamento e organização de conteúdos informacionais são consideradas mais importantes do que o desenvolvimento de sistemas de informação.

Ao analisar os resultados, ressaltamos a importância da consciência das possibilidades de acesso a e produção de conteúdos informacionais, tendo em vista uma das finalidades subjetivas atribuídas à tecnologia, a de avanço no estágio da AI.

Esta dissertação está composta por oito capítulos. O capítulo 1 delimita e explicita as origens do problema, além de apresentar a questão indagadora da pesquisa. Traz os objetivos geral e específicos, a justificativa, o delineamento da fundamentação teórica, estratégia metodológica e técnicas de coleta de dados, além de descrever sucintamente os seus capítulos.

No capítulo 2, apresentamos o quadro teórico de referência, fundamentando o entendimento interdisciplinar sobre a CI. Em seguida, indicamos o conceito de informação adotado, bem como o entendimento da alfabetização informacional, destacando a formação do conceito, que teve origem na atividade de educação de usuários de bibliotecas e discernindo sobre sua dispersão terminológica e conceitual, para esclarecer a nossa posição quanto ao ponto de vista dialético materialista do tema.

No capítulo 3, prosseguimos desenvolvendo nosso quadro conceitual, ao objetivar discutir a convergência entre as ideias de Freire (1980, 1983) sobre o processo de alfabetização como conscientização, e o pensamento de Álvaro Vieira Pinto, autor que discorre de forma filosófica sobre o conceito de tecnologia, a fim de explanar sobre o processo da AI no contexto do profissional bibliotecário. Para tanto, examinamos os sentidos de informar e formar, pela ótica de autores como Capurro e Hjørland (2007), Delors *et al.* (1998), UNESCO (2005), Giraldo Giraldo, Otálvaro González e Moncada Patiño (2006).

Para consolidar nossas impressões sobre a tecnologias, nos interessamos pelas abordagens de autores como Silva (2001), Benakouche (2005), Vigotski (2003).

No capítulo 4, situamos o contexto no qual buscamos as respostas ao nosso problema, trazendo um aporte documental e bibliográfico que evidencia a importância das IES privadas no município do Salvador. Descrevemos breve panorama histórico do ensino superior no Brasil, como também, apreciamos os principais critérios de avaliação no ensino superior pelo Estado, que utiliza alguns conceitos e instrumentos que deixam de considerar o caráter de bem social das instituições educacionais.

Ainda no capítulo 4, trazemos a figura do bibliotecário no contexto das IES privadas, especificando seu cotidiano com as tecnologias nas bibliotecas universitárias, pela contribuição de autores como Lubisco (2007) Campos e Batista (2008), Gómez Hernandez (2008).

O capítulo 5 compreende a metodologia da pesquisa, indicando a adoção da dialética materialista, os métodos de procedimento monográfico, histórico e estatístico, e as técnicas de coleta de dados pela documentação indireta e observação direta extensiva. Expomos a delimitação do universo observado (60 bibliotecários do total de 53 IES privadas). A atividade da aplicação do pré-teste também é considerada no capítulo.

O capítulo 6 é o que oferece os resultados da pesquisa, mediante a apresentação dos números absolutos e percentuais, com o suporte das técnicas analíticas da estatística descritiva (média, frequência e desvio padrão). Para o processamento dos dados coletados, utilizamos o *software* estatístico aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 15.0, além de construir gráficos e tabelas a partir de *software* de edição de planilha eletrônica específico.

O capítulo 7 diz respeito à análise dos resultados, pela qual pudemos explorar os dados quantitativos pela observância aos objetivos estabelecidos anteriormente. Pela análise, nos aproximamos das conclusões a que chegamos no capítulo seguinte.

O capítulo 8 sistematiza as considerações finais da pesquisa, com base nos capítulos anteriores e a partir de interpretações, reflexões sobre papel social do bibliotecário, que no contexto investigado percebe-se impelido a adequar-se às necessidades das tecnologias que ora apresentam-se nos diversos setores e atividades humanas.

Pautando-nos no enfoque interdisciplinar da CI, incitamos uma discussão científica mais aprofundada sobre o conceito de AI, pois identificamos a predominância de visões que privilegiam a sua faceta pragmática.

Pela observação da importância das tecnologias digitais para o exercício crítico da profissão, identificamos os caminhos para que o profissional bibliotecário avance em direção

à compreensão da sua essência como escopo para o pleno desenvolvimento da AI, oportunidade de transformação qualitativa do seu meio.

2 INFORMAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL

A atividade de pesquisa requer do mestrando a consciência das responsabilidades de integrar um Programa de Pós-Graduação. Entre elas está o desenvolvimento de cada etapa de sua pesquisa, fundamentada num quadro referencial teórico que permita a compreensão mais ampla da abordagem que se pretende imprimir à investigação, e que reúna os conceitos que serão adotados para operacionalizar as ações concretas, com base na revisão de literatura. Tal atividade diz respeito ao fazer científico pautado pelas teorias que constituem o quadro de referências do pesquisador e que vão fundamentar a compreensão dos seus resultados. Segundo Laville e Dionne (1999), Marconi e Lakatos (2005), é imprescindível correlacionar a pesquisa ao universo teórico, pois consubstanciará a análise realizada.

O presente trabalho de dissertação adota a abordagem dialética materialista com base em Marx e Engels (1986) e em Foulquié (1966), Cheptulin (2004), Konder (2006), entre outros, priorizando as categorias de mudança dialética (ou negação da negação), ação recíproca, passagem da quantidade à qualidade e interpenetração dos contrários. A partir dessas categorias, abordamos a tríade de conceitos informação, tecnologia e AI. Vinculando tais conceitos recorrendo à dialética materialista, pensamos participar da construção epistemológica e da constante validação da CI.

Podemos também dizer que, para que a pesquisa tenha maior alcance teórico, o pesquisador necessita conhecer, com considerável propriedade, o que já foi construído epistemologicamente na sua área e quais são as oportunidades de formulação e as necessidades de reformulação dos conhecimentos concernentes.

É importante ratificar a dimensão da importância do processo de construção da fundamentação teórica do trabalho de pesquisa. No exercício de fundamentação teórica do trabalho de dissertação de mestrado da área da CI é fácil e tentador recorrer às formulações *a priori* dadas por autores que discorrem sobre a natureza da área e suas características enquanto campo do saber. Difícil é recusar ao apelo de adesão à primeira escolha, ou seja, basear-se no *a priori*, sem diversificar tais concepções, sem reformular os pensamentos que nasceram da observação, a fim de perceber como a epistemologia pode estar associada a valores, e como estes se alteram com o tempo, de acordo com a sociedade e com o momento histórico.

Manter a postura crítica frente às hipóteses que aparentemente estão confirmadas pela CI só é possível quando a pesquisa está calcada na interpretação de autores interessados na retomada de reflexão e no aprofundamento de conceitos e questões-chave na área.

2.1 A INTERDISCIPLINARIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Para abranger a AI, numa perspectiva ampla, é de fundamental importância analisar algumas das apreensões sobre a interdisciplinaridade na CI para que possamos discorrer sobre o tema pelo ângulo da sua função e finalidade sociais.

Nesta dissertação lançamos mão de estruturas teóricas e práxis de áreas e subáreas do conhecimento que podem convergir com a AI, como a Educação, Filosofia, a Informática e a Comunicação, por entender que a interdisciplinaridade na CI pode ser trabalhada como projeto teórico-prático (ORSO, 2003).

Percebemos que a ideia da interdisciplinaridade já estava muito próxima à CI, desde a sua origem documentada. Naquela época tornava-se visível que a área em constituição já possuía convergências com conhecimentos mais instrumentais, principalmente com a Biblioteconomia e a Informática.

Segundo Ortega (2004), a expressão ‘*information science*’ teve origem em 1958, com a criação, em Londres, do *Institute of Information Scientists*. Dez anos mais tarde, em 1968, a CI obteve um respaldo institucional pela mudança de denominação do *American Documentation Institute* para *American Society for Information Science* (ASIS).³

Robredo (2003) e Pinheiro (2005) se referem ao resultado dos trabalhos apresentados no quadro das conferências realizadas na 2ª reunião do *Georgia Institute of Technology* (*Georgia Tech*), no período de 12 a 13 de abril de 1962, como a primeira formulação do que seria a CI:

Ciência da Informação é a que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo deriva ou relaciona-se com a matemática, a lógica, a lingüística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e alguns outros campos. (SHERA; CLEVELAND, 1977 *apud* ROBREDO, 2003, p. 55).

³ Segundo Robredo (2003), em 26 de agosto de 2000, a junta de diretores da ASIS votou acrescentar ‘e Tecnologia’ ao nome da Sociedade, criando a acrossemia ASIS&T (*American Society for Information Science and Technology*).

A interdisciplinaridade na área da CI é uma questão que reflete algumas impressões importantes para a constituição da sua epistemologia e do seu potencial de realização científica. Com uma breve busca por textos que debatem o tema da interdisciplinaridade na CI, percebemos os diferentes enfoques provenientes da diversidade de formações dos autores e interesses de pesquisa influenciados por áreas como a Educação, a Filosofia e a Biblioteconomia. Tais influências se vêem refletidas nas abordagens do conceito de interdisciplinaridade em seus trabalhos e nas impressões divergentes dos autores quanto ao *status* de cientificidade da CI.

Smit, Tálamo e Kobashi (2004), no artigo que é resultado de pesquisa iniciada em 2000 e que tende para a metodologia da análise do discurso, propõem a hipótese de que

[...] o termo ‘Ciência da Informação’ funciona como mero significante, ou seja, que o mesmo propõe-se como uma forma vazia conceitualmente, podendo ser preenchida circunstancialmente. O termo não se define pelo que é, mas pelas possíveis apropriações que realiza em campos do saber, estabelecidas, via de regra, por associações dependentes do problema investigado. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p. 1)

Pinheiro (2006) afirma que a CI apresenta-se com disciplinas estruturais bem demarcadas, tais como as disciplinas de representação ou instrumentais, disciplinas gerenciais, disciplinas tecnológicas e disciplinas sócio-culturais ou de transferência da informação. Com esta demarcação de disciplinas é possível discernir sobre a abrangência dos eixos temáticos da área, como também reconhecer o desenvolvimento das decorrentes discussões sobre a sua natureza e seu objeto de estudo.

Baseadas em suas visões da CI, Smit, Tálamo e Kobashi (2004), Pinheiro (2006) e González de Gómez (2001) expõem algumas tendências da área. Pinheiro (2006) observa uma grande tendência de estudos voltados para aspectos do conhecimento na *web*; estudos de necessidade, busca e uso da informação estão sendo retomados, bem como análises com abordagens econômicas e gerenciais. Smit, Tálamo e Kobashi (2004) salientam que a geração de conhecimento na CI está comprometida pela dificuldade de delimitação teórica do objeto da área e que, com isso, surge uma fragilidade epistemológica e de necessidade de autolegitimação.

A partir de sua concepção de interdisciplinaridade, Pinheiro observa que a atuação conjunta de profissionais de diversas áreas é uma consequência da evolução da área da CI. Já González de Gómez (2001, p. 16) acredita que “[...] se desenvolvem e desenvolverão as novas versões da ciência da informação, nem ciência alocucionária, nem meta-ciência – quiçá, uma trans-ciência”. E coloca instigantes questões que relacionam a ação dos indivíduos e dos grupos sociais nos *cyber*-espaços de informação.

Smit, Tálamo e Kobashi (2004) afirmam que o desenvolvimento da CI está sendo prejudicado pela sua indefinição terminológica. As autoras ressaltam que “As manifestações aplicadas não têm potencial para construir o objeto teórico, mas ressaltam campos de aplicação e problemas enfocados”. Pinheiro (2006) demonstra com a sua análise que reconhece as relações disciplinares e interdisciplinares da área como diversas e consideravelmente mutantes. Para González de Gómez (2001), questões sobre a interdisciplinaridade, a natureza e o objeto da CI podem ser respondidas pelos que se interessam pelo desenvolvimento da epistemologia da área e reconhecem a historicidade como importante fator de interferência neste entendimento.

Para Smit, Tálamo e Kobashi (2004), a CI se constituiu na interdisciplinaridade, recorrendo a quadros nocionais tomados de empréstimo de diferentes disciplinas (Lógica, Administração, Lingüística, Teoria Geral dos Sistemas, Psicologia, Ciência da Computação, etc.) e dessa forma “A interdisciplinaridade é mais formal do que real”. Pinheiro (2006) utiliza noções de Morin (1997) e considera que o campo da CI se move constantemente e adquire novas configurações. A mesma autora diz que “Disciplinas e subáreas do campo e seus problemas, que exigem soluções de outras áreas, promovem transformações interdisciplinares e, inversamente, estas novas relações epistemológicas vão modificando o território da área.” (PINHEIRO, 2006, p. 27).

Parece-nos interessante compreender, à luz do que escreve González de Gómez (2001), que na CI ocorrem situações interdisciplinares, nas quais os problemas exigem soluções de diferentes saberes. Esta situação interdisciplinar é resultado do problema interrogado. Conforme a autora

O encontro interdisciplinar do qual nos fala Rawski é o momento da comunicação e do intercâmbio informacional efetivo entre áreas do conhecimento anteriormente diferenciadas, mas com um interesse de conhecimento compartilhado que impulsiona sua convergência em direção a um problema comum. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 16).

É possível destacar, pelo aporte teórico coerente com a abordagem dialética, que a interdisciplinaridade pode acontecer na área em situações específicas, em encontros interdisciplinares, em eventos de ação recíproca, nos quais há a necessidade da comunicação entre áreas para o esclarecimento de determinados problemas comuns. Sendo assim, constatamos que a interdisciplinaridade não é prerrogativa da CI, é um recurso teórico e operacional que caracteriza a cientificidade de algumas áreas do saber.

Castro (2006) diz que

O interesse e a potencialidade da pesquisa dependem sobremaneira da fertilidade lógica das teorias subjacentes ao tema escolhido. Um tema cuja formulação teórica

seja pobre em conexões com outras áreas da ciência inevitavelmente conduzirá a pesquisas rasas e de interesse limitado como contribuição científica – o que absolutamente não quer dizer que não sejam particularmente úteis como informação. (CASTRO, 2006, p. 95).

Segundo González de Gómez (2001, p.18), as disciplinas diferenciam-se pelo ‘ponto de vista preferencial’ empregado no objeto estudado, mantendo o campo de visão, que passa a constituir o espaço de intercâmbios com outras disciplinas. “A suspensão desse duplo movimento de fechamento e abertura da disciplina levaria à ‘coisificação’ de seu objeto e à sua estagnação”, ou seja, a renúncia a este duplo movimento, quando em alguns momentos a disciplina se abre para o aporte das outras e, em outros momentos, se fecha no seu ‘ponto de vista preferencial’, pode acarretar um interstício profundo entre as disciplinas.

González de Gómez (2005) traça uma linha histórica sobre a organização dos saberes, observando que o estabelecimento da ciência proporcionou a divisão das disciplinas e o conseqüente conflito entre os saberes. No caso da CI, se a interdisciplinaridade não é compreendida e adequadamente desenvolvida, isto também pode dever-se à natureza fragmentada da ciência, que desde os seus primórdios sustentou-se em conhecimentos estanques. Assim, as formas de organização do conhecimento têm a ver com o ser social de cada época, de cada sociedade e de cada contexto.

A partir dessas considerações, é possível afirmar que um determinado conteúdo informacional se relaciona diretamente com o contexto no qual está imerso, permeando as atividades, se tornando dependente das mudanças sociais, econômicas e tecnológicas da sociedade.

Importante lembrar que os temas nas ciências sociais variam numa gama extensa de interesses. Esta diversidade temática possivelmente faz com que cientistas sociais tenham contato interdisciplinar constante uns com os outros. Tal atividade requer um aperfeiçoamento teórico constante por parte dos participantes do fazer científico para construção desta relação interdisciplinar.

Conforme Orso (2003), a interdisciplinaridade se constitui como projeto teórico-prático, apoiado em processos que articulem disciplinas na busca pela unidade, tendo em vista a superação da realidade. Tal projeto visa a superação da fragmentação do saber e a “[...] compreensão do conhecimento como síntese de múltiplas determinações – unidade de contrários.” (ORSO, 2003, p. 35).

Analisar o contexto da área requer o reconhecimento da importância da interdisciplinaridade não apenas no sentido abstrato, mas também, como conteúdo político prático para plena construção e reconstrução epistemológicas. Faz-se necessária a

reformulação das condições sócio-históricas que privilegiam a relação antagônica entre os saberes para ter, como consequência da superação dessa realidade, um pensamento totalizante do conhecimento.

A categoria dialética da totalidade consiste na estrutura significativa resultante da visão de conjunto da realidade (KONDER, 2006). Com o emprego da visão de totalidade e realizando as sínteses necessárias para uma compreensão interessada no processo social da AI importa-nos esclarecer o conceito de informação que subsidia a condução da nossa pesquisa.

2.2 O CONCEITO DE INFORMAÇÃO

Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) destacam que a AI torna possível o que se convencionou chamar de Sociedade da Informação. Para os autores, “Educar a si próprios e educar aos outros para a sociedade da informação, é um dos grandes desafios para o profissional da informação.” (TARAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p. 3). A pertinência da associação entre AI e Sociedade da Informação pode ser questionada quando se considera a análise de Freitas (2002), que aborda a noção de Sociedade da Informação utilizada pela área da CI, buscando suas origens históricas e teóricas.

Freitas (2002) discute a construção da noção de Sociedade da Informação (SI), analisando seu contexto histórico-social e suas condições de produção, vinculada à visão de mundo de seus autores e à sociedade em que vivem. A autora relaciona alguns dos seus pressupostos, dando ênfase ao que denomina área de Informação – Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia.⁴

A autora destaca as contradições ocasionadas pelo confronto entre o posicionamento capitalista, determinante nas relações entre países dominantes e periféricos (dependentes, em desenvolvimento), e as visões traduzidas pelos ideais de igualdade, liberdade e soberania dos povos. Enfatiza ainda que estas contradições permanecem, motivadas pelo predomínio do “[...] conservadorismo nos campos político, econômico e discursivo-ideológico.” (FREITAS, 2002, p. 18).

⁴ Oficialmente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2008) institui a Tabela das Áreas do Conhecimento, na qual a área da CI figura com as subáreas da Teoria Geral da Informação, da Biblioteconomia e da Arquivologia.

Schaff (2001) apresenta uma reflexão sobre a sociedade emergente a que chama de sociedade informática, na qual descreve uma potencial revolução técnico-científica baseada nos conhecimentos provenientes da microeletrônica, microbiologia e energia nuclear. O autor mostra-se preocupado com uma divisão entre as pessoas que estariam particularizadas entre as que têm informação – “[...] no sentido mais amplo do termo que, em certas condições pode substituir a propriedade dos meios de produção como fator discriminante da nova divisão social [...]” – e as que não têm (SCHAFF, 2001, p. 49). Com a contribuição do autor, podemos perceber como o movimento da sociedade pode determinar o processo que denominamos informação, estabelecendo o sistema de valores do indivíduo e as suas possibilidades de ação.

Tendo em vista a diversidade de abordagens e concepções acerca de pontos-chave da CI, torna-se bastante nítido o contínuo desafio da construção do conhecimento nesta área. Entendemos que o conceito de informação não precisa estar demarcado por um limite disciplinar estabelecido. Capurro e Hjørland (2007, p. 154-155) sugerem que

Quando usamos os termos informação em CI, deveríamos ter sempre em mente que informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam frequentemente compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso).

Assim sendo, ao abordar a AI e como ela se desenvolve na vivência profissional dos bibliotecários de IES privadas, faz-se necessário o posicionamento quanto à concepção de informação a ser adotada.

No decorrer desta dissertação, para nortear os leitores a respeito de como serão trabalhados os elementos teóricos, adotamos o conceito de informação proposto por Silva, (2002, 2006, 2006a), entendendo que

A informação não é a evolução do dado, nem o conhecimento a evolução da informação. Informação é o processo no qual o dado e o conhecimento unem-se em representação, em tradução da presença humana, em sínteses dialéticas do processo informacional. (SILVA, 2006a, p. 195).

Convém salientar a diferença entre os conceitos de informação e de conteúdo informacional. Para Silva (2002) o conteúdo se distingue do processo denominado informação pela sua característica de representação. Por ser representação, o conteúdo informacional (produto) é passível de quantificação e de localização espacial, enquanto a informação (processo) se dá subjetivamente e intersubjetivamente. Para entender a relação dialética entre informação e conteúdo informacional, podemos utilizar a categoria dialética da passagem da quantidade à qualidade e vice-versa.

Cheptulin (2004) pondera sobre a dinâmica dessa relação quando discorre sobre a categoria dialética materialista da passagem das mudanças quantitativas às mudanças qualitativas e vice-versa. O autor aponta a ligação e interdependência da quantidade e da qualidade, quando observadas na base material da existência humana. Com efeito, toda transformação é resultante dessa interação, sendo que a qualidade nova surge em decorrência de mudanças quantitativas determinadas. Assim, a qualidade nova não se comporta de maneira passiva com relação às mudanças de teor quantitativo, e, por isso, exerce uma reciprocidade, causando também mudanças quantitativas rigorosamente determinadas.

Desse modo, podemos compreender que um conceito decorre do outro, pois notamos a potencialidade quantitativa do conteúdo informacional, e a característica qualitativa do significado de informação. Essa ligação recíproca torna-se mais aparente quando é desenvolvida como instrumento de ação, não só quando representada por conceitos.

A informação situada no contexto da AI se configura, conforme apreendemos, como um processo humano que envolve a reflexão do sujeito sobre sua possibilidade de conhecer e agir, motivando a expansão da consciência. Segundo Silva (2002), a informação não está enquadrada na cadeia hierárquica ‘dado, informação, conhecimento’, proposta por muitos autores dentro e fora da CI. Conforme o autor, nesta cadeia, o conhecimento parece desenvolver-se ao final de uma etapa, até um momento em que ele próprio estaria encerrado. A concepção baseada em níveis restritivos empobrece o entendimento do conceito de informação, pois desconsidera a realidade do homem no mundo e as suas condições de conhecimento.

Com a contribuição da compreensão da informação como processo, nossa pesquisa apóia-se na realidade material do profissional bibliotecário com a tecnologia, tendo em vista que o desenvolvimento das concepções sobre a AI dificilmente estão dissociadas da prática.

Com o exposto, afirmamos a necessidade, para a nossa pesquisa, da análise dialética para a compreensão do objeto de estudo da CI, a informação. Reconhecemos, a partir de Silva (2002, 2006a), que a informação é um processo eminentemente humano e que como tal, interfere diretamente na realidade, em razão de necessidades específicas do contexto. Em razão dessa concepção, não identificamos a informação como ‘fenômeno’, manifestação exterior, pois ela se dá na subjetividade do ser humano.⁵

⁵ A contradição aparente deste trecho, com relação à subjetividade do humano na constituição do conceito aqui proposto para ‘informação’ pode ser melhor aprofundada em Silva (2006a), onde o autor aborda correlações entre idealismo/platonismo e materialismo histórico.

Mutch (1997) identifica a necessidade nos estudos sobre a AI, de uma definição de informação que reconheça que esta não consiste em dados estruturados, nem está restrita à palavra impressa, nem às fontes formais, necessitando incluir reflexões provenientes de variadas disciplinas. Nesse sentido, pretendemos alcançar o aprofundamento da relação entre o conhecer e o agir, considerando que informação é processo mediado por pessoas, objetos e tecnologias.

2.3 SOBRE O ENTENDIMENTO DA ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL

Para uma abordagem mais precisa para o conceito de AI, apreciamos a questão linguística concernente ao tema. Com isso, pretendemos destacar a influência, para o seu entendimento, do contexto onde se originaram as discussões. Para tanto, resgatamos o conceito em sua origem, configurado como tentativa de valorização da categoria profissional dos bibliotecários e como resposta às mudanças no acesso a conteúdos digitais. Desde sua gênese, o conceito ainda se confunde com práticas instrucionais e noções fluidas de áreas afins.

2.3.1 Formação do conceito de alfabetização informacional

Segundo Campello (2006), a expressão que designa o tema de nossa pesquisa teve origem no ano de 1974, nos Estados Unidos, com o relatório da *National Commission on Libraries and Information Science* (NCLIS), agência do Governo americano responsável por apoiar as iniciativas pública e privada relativas a políticas de bibliotecas e informação, intitulado *The information service environment relationships and priorities*, de autoria do bibliotecário Paul Zurkowski, na época presidente da *Information Industry Association* (IIA).

O documento da NCLIS enfatizava a necessidade de aperfeiçoamento de habilidades para a utilização dos aparatos tecnológicos que estavam sendo desenvolvidos. Conforme Dudziak (2001), o relatório descrevia produtos e serviços informacionais fornecidos por instituições privadas e suas relações com as bibliotecas, isto é, dissertava sobre as

possibilidades de uso dos novos recursos de acesso a conteúdos informacionais, trazendo uma perspectiva política sobre a importância da biblioteca.

Nota-se que o primeiro registro sobre a AI tinha na sua essência o sentido de recurso para o desenvolvimento de habilidades técnicas de acesso a conteúdos informacionais no âmbito profissional. A classe bibliotecária americana buscava atualizar seus conhecimentos quanto ao uso de ferramentas tecnológicas e evidenciar sua importância além do contexto da biblioteca.

Para Campello (2006), a apropriação do termo pelos bibliotecários americanos veio a acontecer a partir da divulgação, em 1983, do relatório *A Nation at risk: the imperative for educational reform*, da *National Commission on Excellence in Education*, constituída de 18 membros, oriundos do setor privado, governo e da área da educação. O documento trazia um diagnóstico da situação problemática da educação nos Estados Unidos, omitindo o recurso da biblioteca para fins educacionais. Como reação a esta exclusão, anos mais tarde foi publicada pela *American Library Association (ALA)*, uma das conceituações mais citadas sobre as funcionalidades da AI, estabelecida no documento *Presential Committe on Information Literacy: Final Report* (1989), que diz

Para ser alfabetizado em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Resumindo, as pessoas alfabetizadas em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, tradução nossa).

Martí Lahera (2007) destaca que Zurkowski (1974) considerou o uso da informação e o estado de alfabetização em que se encontra o indivíduo, enquanto a ALA (1989) distingue a localização e avaliação da informação. Dessa forma, nenhum dos dois documentos que estão situados na gênese dos estudos sobre a AI discerne sobre a produção de conteúdos informacionais. Sobre essa questão, Martí Lahera, apesar de preferir não discorrer sobre o seu entendimento de informação, ressalta que “[...] o ser humano recebe a informação, transforma sua realidade, cria nova informação; ao ser destino passa a ser fonte no processo de comunicação, e se transforma em receptor outra vez.” (MARTÍ-LAHERA, 2007, p. 27, tradução nossa).

2.3.1.1 Da ‘educação de usuários’ à alfabetização informacional

Observa-se que o teor dos documentos que incitaram os estudos sobre AI está fundamentado na comunicação e nos objetivos da atividade de aperfeiçoamento para busca e uso de conteúdos informacionais, chamada na área da Biblioteconomia de educação de usuários.

A discussão sobre a relação entre a AI e a educação de usuários merece atenção de Bawden (2002), na ampla revisão de literatura que oferece sobre os conceitos de AI e alfabetização digital, na qual identifica uma aproximação nítida entre a AI e a educação de usuários, devido ao papel que o bibliotecário desempenha no contexto informacional e a função educacional das bibliotecas.

Para Paquarelli e Tálamo (1995), a atividade de educação de usuários é designada no Brasil de diversas formas, como por exemplo, pesquisa bibliográfica, instrução sobre o uso da biblioteca, treinamento para o uso da biblioteca, entre outros. No exterior é mais comumente denominada de *bibliographic instruction*, expressão original dos Estados Unidos, localizada na literatura entre 1876 e 1914. As autoras realizam a análise da expressão e constataam que a designação adequada seria ‘procedimentos e técnicas para busca e uso da informação’, pois explica a relação de equivalência semântica entre o termo e o seu conceito.

No estágio preliminar do advento das análises sobre a AI, o tema poderia ser compreendido como uma sofisticação da chamada educação de usuários. Naquele nível de apreensão da realidade, as habilidades para a busca de conteúdos informacionais recebiam destaque na literatura, pois produtos baseados em tecnologias informáticas estavam sendo lançados no mercado e demandavam cada vez mais consumidores no contexto do trabalho.

Numa percepção preliminar da questão, vê-se nos documentos da NCLIS (1974 *apud* Campello, 2006) e da ALA (1989) a preocupação unívoca com a etapa de busca do conteúdo informacional. O estágio anterior à busca, de construção da questão que a motiva, e a possível produção do conhecimento, não são tratados. Dessa forma, as relações entre a realidade do sujeito e o processo de AI, e as possibilidades de intervenções na realidade proporcionadas pela expansão da consciência, ainda foram pouco estudadas até o momento.

Nesta pesquisa, a AI abarca um sentido que vai além da sua função pragmática e envolve um sentido histórico que está vinculado ao contexto em que é desenvolvida e que não deve limitar-se ao ambiente de uma biblioteca, já que, conforme entendemos, informação é processo subjetivo, ligado à transformação da realidade. Para sua plena realização, o processo

informacional depende da ação dos sujeitos, no sentido de satisfazer suas necessidades e demandas contextuais de conhecimento, estabelecendo, portanto, a relação sujeito/objeto como única.⁶

2.3.2 A dispersão terminológica e conceitual da alfabetização informacional

Uma das questões que mais requerem aprofundamento sobre a AI diz respeito à variedade léxica que possui e como esta dispersão conceitual interfere na reflexão sobre o conceito.

Tendo em vista o estágio incipiente dos estudos relativos ao tema, a isenção da tarefa de cotejar sentidos e discernir sobre o objeto pode acarretar uma lacuna teórica sobre o seu significado e relações que mantém com o contexto, já que, dialeticamente, o contexto influencia a realidade do objeto, como também, o conhecimento produzido sobre o mesmo.

Behrens (1994) declara que, apesar da maior significância do conceito, seu tratamento na literatura permanece essencialmente restrito à Biblioteconomia e CI (*Library and Information Science*). Mutch (1997), ressalta a necessidade da consciência crítica para o uso da informação já que “[...] a busca de uma AI arrasta-nos inexoravelmente às perguntas mais profundas relacionadas à natureza do conhecimento [...]” (MUTCH, 1997, p. 385, tradução nossa).

A questão da indefinição sobre a expressão mais apropriada para o conceito pode ser explicada em razão da problemática linguística causada pela origem histórica e tradução da expressão *information literacy*, pois o conceito em seu idioma original exerce a sua função na estrutura semântica utilizada na língua inglesa.

Embora a tradução do vocábulo *literacy* não exista de forma precisa na língua portuguesa, há várias interpretações advindas de autores de origem diversa da anglo-saxônica. Mostra-se mais coerente com nossos objetivos de pesquisa não utilizarmos o anglicismo a que se refere o conceito, pois compreendemos que podemos avançar no seu entendimento com o pensamento dialético, no qual o problema apresenta-se em perspectiva mais ampla e diferente e admite que as coisas não devam ser compreendidas isoladamente.

⁶ O conceito de informação que adotamos (SILVA, 2002, 2006a) requer uma concepção diferenciada da relação sujeito/objeto, sem o determinismo tradicional na ciência que caracteriza o objeto. Se o objeto da nossa pesquisa (AI) está associado ao meio ambiente profissional, o sujeito deve colocar-se no centro do seu ambiente. Cf. Morin (2007).

Observa-se que o conceito de ‘competência’ está sendo amplamente difundido na área da Educação por autores como Perrrenoud *et al.* (2002), que referem-se à competência como faculdade de mobilizar e associar um conjunto de recursos ou esquemas mentais (ações ou operações mentais) de caráter cognitivo, sócio-afetivo e psicomotor (saberes teóricos e da experiência e a afetividade) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações novas. O termo mostra-se útil para teóricos empolgados com a funcionalidade do conceito.

No Brasil, as expressões competência em informação ou competência informacional são as mais recorrentes na literatura da CI e da Biblioteconomia, em trabalhos de autores como Campello (2003, 2006), Campello e Abreu (2005), Miranda (2004, 2006), nos quais se oferece uma visão gerencial da AI como diferencial competitivo para o mercado de trabalho.

Preterimos a utilização do termo competência por entender que o conceito está enquadrado num modelo de qualificação voltado para o mercado, que privilegia a especialização. Reconhecendo o caráter de *continuum* que impregna o sentido da AI a partir do raciocínio crítico que pretendemos exercer nesta dissertação, afirmamos que o desenvolvimento de competências funcionais é suficiente para a produção material, mas não permite que os sujeitos reconheçam sua capacidade ímpar de transformação e produção da própria existência.

O chamado letramento informacional também está sendo citado na CI, porém com mais parcimônia, pois o letramento é uma tentativa recente de teóricos da área da Educação e de Letras de tradução para o termo *literacy*. Há uma imprecisão conceitual bastante aguçada com relação às ênfases do letramento. Na concepção de Soares (2002), o letramento seria a antítese do analfabetismo. Para a autora, letramento é “[...] o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento.” (SOARES, 2002, p. 145). Esse modo de pensar contém a ideia de competência, além de desconsiderar o potencial crítico e social do conceito de alfabetização proposto por Paulo Freire, que trabalha com a leitura do mundo, antes mesmo da leitura da palavra.

O conceito de AI, para alguns autores, traz em seu significado algumas ênfases: os processos cognitivos, o aprendizado ao longo da vida e a tecnologia da informação (DUDZIAK, 2003); em Campello (2003), o ambiente da AI requer a sociedade da informação, as teorias educacionais, a figura do bibliotecário e a tecnologia da informação; Miranda (2004, p. 120), multiplica os viéses do conceito, transformando-o em competências que “[...] estão ligadas à tecnologia da informação, ao ciclo e à análise da informação”. Sem

aprofundar os elementos caracterizadores da AI, propostos por estes autores, destacamos que em todos eles sobressai a tecnologia da informação como elemento necessário para a AI.

A partir de nossa abordagem, entendemos que o profissional bibliotecário deve se colocar como sujeito da ação potencialmente transformadora da sua práxis⁷. Reinventando-se, através do contato com a tecnologia, ele possibilita a ampliação do alcance do próprio conhecimento.

2.3.3 A alfabetização informacional do ponto de vista dialético-materialista

Autores de orientação dialética materialista histórica embasam a observação, a interpretação, a crítica do significado dos dados e fatos levantados pela presente pesquisa. Valendo-nos desse cabedal, concordamos que “[...] não há qualquer lei que imponha universalmente a obrigatoriedade de modelos demonstrados eficazes no passado e em outras circunstâncias nacionais.” (VIEIRA PINTO, 2005, v. 1, p. 302).

Segundo Cheptulin (2004, p. 2-3), as categorias e leis da dialética são

[...] o reflexo das formas universais do ser e das relações que se manifestam no mundo material e no conhecimento [...] conclusões tiradas da história do desenvolvimento da ciência e da atividade prática.

No decorrer de nossa análise, convergimos contexto e relações humanas, considerando algumas categorias da abordagem dialética descritas por Marconi e Lakatos (2005):

- a) mudança dialética ou negação da negação: o bibliotecário deixa de utilizar algumas práticas biblioteconômicas, mas a lógica delas ainda resiste em atividades de organização, representação de conteúdos informacionais digitais;
- b) ação recíproca: todo o contexto da prática bibliotecária sofre a influência do atual sistema de produção, que valoriza a tecnologia como base para operações técnicas alienantes;
- c) passagem da quantidade à qualidade e vice-versa: o uso do crescente número de recursos tecnológicos tanto pode revelar nova condição material para o surgimento de conhecimentos e possibilidades de ação, quanto também pode tirar o controle do

⁷ Conforme Bottomore *et al.* (2001, p. 292) “A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres.”

bibliotecário sobre sua própria qualificação, quando ele não participa da concepção de tais recursos e nem tem permissão e meios para alterá-los;

- d) interpenetração dos contrários: ao mesmo tempo em que a técnica pode ser vista como simples ação operatória, pode também ser considerada elemento de relação social, instrumento de florescimento de criações do conhecimento e da capacidade de modificação do mundo.

Para se abranger também o tema na perspectiva dialética da totalidade, faz-se necessário interpretar a AI pelo ângulo da função que exerce no ambiente social no qual opera, já que entendemos que “[...] só podemos compreendê-lo [o indivíduo] situando-o no cruzamento das acções [sic] do todo sobre ele e das suas relações em relação ao meio.” (FOULQUIÉ, 1966, p. 60).

Visando à construção da análise da relação entre AI e tecnologia associada ao conceito de informação no âmbito do cotidiano do profissional bibliotecário, na condição de usuário de tecnologias, concordamos com a formulação oferecida por Martí Lahera (2007). A autora afirma que a AI pode contribuir para a garantia dos direitos políticos, sociais, econômicos e culturais dos sujeitos, mediante a formação de uma cultura informacional.

Baseados nesse sentido da AI, esclarecemos a adoção da expressão AI (ao invés de *information literacy* ou competência informacional ou letramento informacional, entre outras), por entender que o conceito possui pontos convergentes com a filosofia e problemática do processo de alfabetização como conscientização, que Paulo Freire traduz em sua trajetória teórica e prática. Segundo o autor, a alfabetização envolve necessariamente a conscientização, decorre da apreensão crítica da realidade, na qual o homem assume uma posição epistemológica, baseada na relação consciência-mundo (FREIRE, 1980). Dessa forma, a AI é vista como processo que envolve um emaranhado de relações sociais para sua origem e desenvolvimento. É este o sentido que assumimos quando entendemos a informação como processo.

O conceito de AI também pode ser relacionado, ainda, ao conceito de consciência informacional (SILVA, 2006a), entendido como o resultado da expansão da consciência da possibilidade de conhecer e agir em determinado contexto social. Ao alcançar a consciência informacional, o sujeito passa a ter a clareza da necessidade do exercício da razão para aplicação na sua realidade.

Tal proposição encontra afluência com o conceito de AI, pois, segundo nosso entendimento, a AI provém da compreensão crítica dos meios subjetivos e objetivos de que

dispõe para a contribuição da superação da realidade. Tanto o conceito de consciência informacional, como o de AI, parecem considerar secundária a apresentação da informação como fenômeno, aparência, resultado de treinamento ou instrução, e não como processo, pois os dois conceitos refletem a necessidade do sujeito de conhecer.

Preterimos as formulações sobre a AI ligadas exclusivamente a habilidades e destrezas específicas para execução de tarefas. Interessa-nos investigar a totalidade das relações que o bibliotecário mantém no exercício da sua função, identificando o processo da AI, associada ao uso das tecnologias.

3 CONSCIÊNCIA E TECNOLOGIA

Este capítulo da dissertação pretende analisar, sintetizar e criticar a convergência entre as ideias de Paulo Freire (1921 - 1997), contextualizadas no âmbito da educação popular, e o pensamento de Álvaro Vieira Pinto (1909 - 1987), do ponto de vista filosófico. Neste sentido, arriscamos identificar a correlação das lucubrações dos supracitados autores, a fim de explanar sobre o processo da AI, tendo em vista o que nos diz Martí Lahera (2007), quando declara que, no atual contexto de desenvolvimento, o binômio tecnologia/informação ganha ênfase, daí a suma importância de se analisar as novas atitudes e valores da prática dos profissionais da informação.

Vivemos numa era chamada imprecisamente de globalizada, cuja justificativa de sentido frequentemente se dá pelas mudanças econômicas, pelas dinâmicas das inovações tecnológicas e pelo afastamento do papel regulatório do Estado.

Para nosso trabalho de pesquisa, a denominada fase de globalização abarca uma falsa totalidade representada numa condensação forçada das peculiaridades das civilizações, regida pelo pretexto de progresso da ciência e da técnica.

Como bem explicita Chauí (1999, p. 3), “A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho [...]”. Nosso interesse é o de atentarmos para o momento atual no âmbito de um processo pleno de elementos e fenômenos contraditórios, considerando a ampliação da consciência como possibilidade de aperfeiçoamento para a construção humanista do cotidiano.

Goldmann (1991) indica que numa sociedade privada de aprimoramento crítico

[...] a consciência tende, com efeito, a tornar-se um simples reflexo, a perder toda função ativa, na proporção em que o processo da *reificação*⁸, consequência inevitável de uma economia mercantil, se estende e penetra no âmago de todos os setores não econômicos do pensamento e da afetividade. (GOLDMANN, 1991, p. 111).

Segundo Vieira Pinto (2005, v.1), esta forma de alienação é demonstrada nos tempos atuais, com o estado de estupefação e entusiasmos exagerados causado pelos produtos

⁸ Segundo Bottomore *et al.* (2001, p. 314) reificação “É o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso ‘especial’ de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.”

tecnológicos lançados no mercado. O autor ressalva que este distanciamento dos instrumentos materiais revela a perda da identidade do sujeito na relação com o seu trabalho, causando o estranhamento de suas obras.

De uma maneira enfática, Vieira Pinto assegura que a postura de consumidor passivo denota a necessidade de se repensar autenticamente a realidade do país pobre. Para isso, faz-se adequada, com o aporte do raciocínio dialético, a ‘interpretação analfabeta’ das condições reais do mundo. O autor não se refere, obviamente, à habilidade da leitura e da escrita, pois a alfabetização não se restringe a estas operações, mas à formação da consciência de si com fundamento muito maior no que se vê do que no que se lê. Isto porque a consciência só é legitimada ao explicar a essência do seu meio, em paradoxo às infiltrantes concepções provenientes de regiões ricas.

3.1 ALFABETIZAÇÃO COMO CONSCIENTIZAÇÃO

Intentamos tratar a AI a partir da realidade material em que ela tem a possibilidade de se desenvolver. Neste sentido, encontramos uma aproximação com a teoria de Paulo Freire, pedagogo e filósofo da Educação brasileiro que, a partir da década de 1960, sistematizou e aplicou, nacionalmente e internacionalmente, o método para educação popular de alfabetização de jovens e adultos, obtendo resultados notórios.

Freire (1980) considera a educação como um ato de conhecimento. A categoria fundamental do método de alfabetização é a conscientização, processo contínuo que implica no comprometimento do sujeito pela transformação, devido à reflexão sobre o mundo. Para o autor, o processo de alfabetização implica a ultrapassagem da esfera espontânea de apreensão da realidade, para um estado crítico.

Pode-se distinguir, com o auxílio da agudeza de raciocínio de Freire, que “[...] A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.” (FREIRE, 1980, p. 26). A AI, como processo de formação, relaciona-se não só à formação de valores, mas também com a aquisição de habilidades e conhecimentos, e como reflexão cidadã para o exercício de direitos. Assim sendo, é necessário não só formar hábitos e atitudes morais positivos de compilação, acesso,

recuperação, difusão, uso e geração de conteúdos informacionais, é imprescindível incorporá-los ao modo de fazer e pensar cotidianos (MARTÍ LAHERA, 2007).

Mesmo que Freire não tenha nos elucidado sobre a alfabetização do ponto de vista informacional, identificamos uma proximidade da AI com o método do autor, tendo em vista nosso entendimento sobre o processo denominado informação.

O conceito que adotamos está associado à expansão da consciência política e social, traduzindo-se na reflexão crítica das possibilidades de conhecer e agir (SILVA, 2006a). Também não é nossa intenção discorrer sobre Educação sob o enfoque informacional, mesmo porque o conceito de educação é reflexo do momento histórico, sendo que “A classe que domina materialmente é também a que domina com sua moral, a sua educação, e as suas idéias.” (PONCE, 2005, p. 171).

Contudo, é lícito observar que existe um estreitamento entre os sentidos de informar e formar. Podemos identificar essa relação quando Capurro e Hjørland (2007) examinam com atenção a etimologia e formação da palavra informação e atinam para suas raízes latinas e origens gregas:

O *Thesaurus Linguae Latinae* (1900) dá referências detalhadas dos usos em latim de *informatio* e *informo* desde Virgílio (70-19 a.C.) até o século VIII. Existem dois contextos básicos, a saber, um tangível (*corporaliter*) e um intangível (*incorporaliter*) [...]. O contexto intangível ou espiritual diz respeito a usos morais e pedagógicos desde o II século d.C. e revelam não apenas a influência do cristianismo – Tertuliano (ca. 160-220 d.C.) chama Moisés de *populi informator* [sic]; ou seja, educador ou modelador de pessoas [...] (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 156).

A inter-relação entre a informação e a Educação também pode ser identificada no importante documento norteador para políticas em Educação e parâmetros curriculares, o Relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS *et al.*, 1998), no qual são destacadas as capacidades de seleção e hierarquização, voltadas ao exercício do espírito crítico, valorizadas como estratégias de enfrentamento para os desafios das chamadas ‘sociedades de informação’. Para tanto, é requerida a aprendizagem ao longo de toda a vida (*Lifelong Learning*), fundamentada em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser. O texto do documento afirma que

[...] as instituições culturais como os museus ou as bibliotecas tendem a reforçar as suas funções educativas, já não se limitando apenas a tarefas científicas ou de conservação do patrimônio. Por outro lado, o sistema escolar tende a cooperar mais com essas instituições. (DELORS *et al.*, 1998, p. 115)

Outro documento importante produzido é o Informe Mundial, *Hacia las sociedades del conocimiento* (UNESCO, 2005), no qual o potencial educacional pode ser identificado:

A biblioteca – desde o bibliobus até o grande complexo arquitetônico contemporâneo [a recém-inaugurada Biblioteca de Alexandria] – seguirá sendo um pilar da circulação social dos conhecimentos e um fator de vitalidade para as redes de aprendizagem. Com efeito, suas funções cognitivas fazem dela uma organização de aprendizagem por excelência. (UNESCO, 2005, p. 73, tradução nossa).

Também é notável como a AI e o processo educacional aparecem imbricados claramente em vários documentos provenientes da CI e das suas subáreas⁹. Os trabalhos, em sua maioria, se detêm em descrever o ambiente da biblioteca como o lugar ideal para o desenvolvimento da AI e/ou a função pedagógica do profissional bibliotecário. Neles, observa-se a maneira como a AI é pontuada com elementos da prática do consolidado serviço de referência das bibliotecas.

Para Mangas (2007), o serviço de referência pode ser entendido como aquele específico da biblioteca que visa a facilitar utilização e acesso a conteúdos informacionais, em outras palavras, existe para atender o usuário nas suas dúvidas e pesquisas.

Giraldo Giraldo, Otálvaro González e Moncada Patiño (2006) tecem considerações sobre os vínculos entre a Biblioteconomia e a Educação, propondo a construção de uma ‘pedagogia do conhecimento’ como resposta às exigências de aprender para a vida, onde estão implicadas todas as dimensões para a elaboração e uso de conteúdos informacionais (acesso, análise, interpretação, avaliação, produção, entre outros). Uma pedagogia que visa a redimensionar os encontros entre as duas áreas, promotora de uma aprendizagem integral e que atribua à informação um lugar vital no processo de produção e geração de novo conhecimento, com responsabilidade crítica e reflexão, conforme representada na Figura 1.

⁹ Veja por exemplo e entre muitos outros: Breivik e Gee (1989); Lenox e Walker (1993); Bundy (1995); Pozo (1996) *apud* Marti Lahera (2007); American Library Association (1998); Association for College & Research Libraries (2000); Rader (2000); Dudziak (2001, 2003); Caregnato (2000); Campelo (2003; 2006); Campelo e Abreu (2005); (Hatschbach (2002).

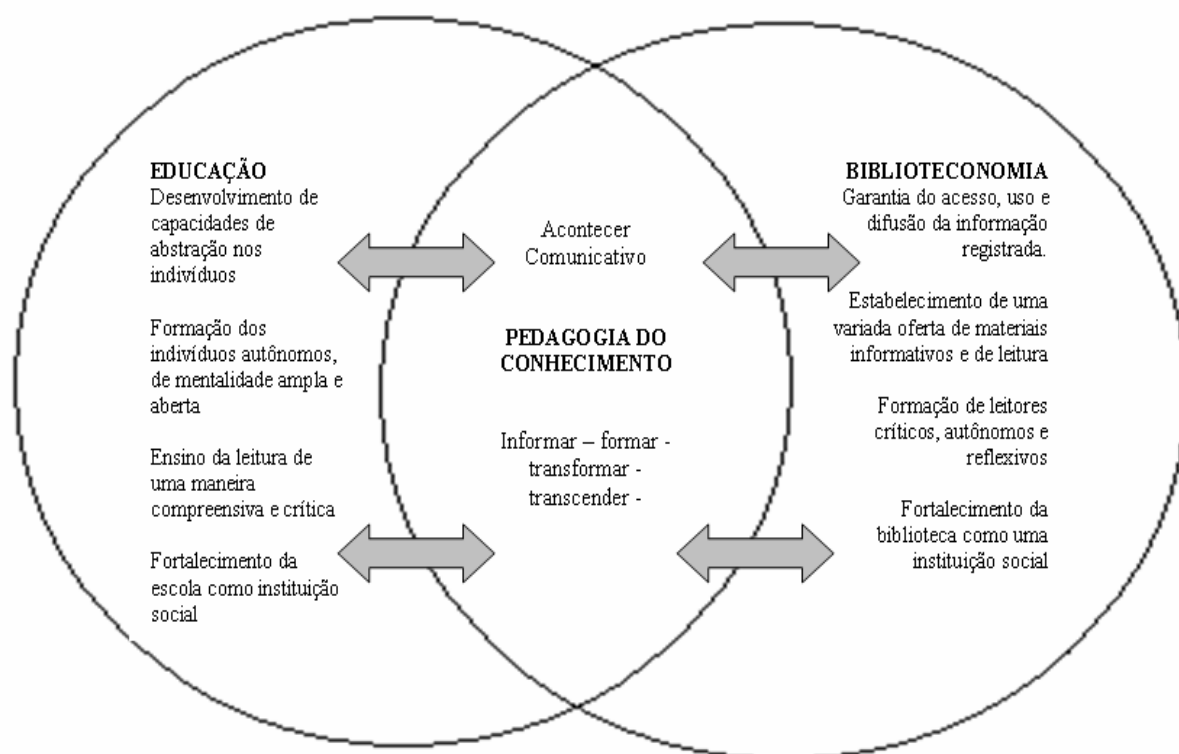


Figura 1 – Relações que fundam uma pedagogia do conhecimento pela Biblioteconomia e a Educação

Fonte: Giraldo Giraldo, Otálvaro González e Moncada Patiño, 2006, p. 75, tradução nossa.

Reconhecemos que a Biblioteconomia apresenta um conjunto eficaz de caminhos para a criação, processamento e disseminação de conteúdos informacionais e, com isso, contribui incisivamente para a AI.

Existe uma hipótese bem aceita sobre o avançado estágio em que o bibliotecário está situado, quando o tema é a AI. Provavelmente porque o tema seja frequentemente tratado como um conjunto de destrezas e habilidades aplicado ao uso dos recursos da biblioteca. Desse modo, ao restringir o âmbito em que a AI pode se desenvolver, corremos o risco de privilegiar a faceta pragmática do conceito e sobrepô-la ao mecanismo interno de potência transformadora da AI, que é a consciência crítica frente às possibilidades de conhecimento.

Balizando nossa dissertação pela ação dos sujeitos da nossa pesquisa, os bibliotecários de IES privadas, observamos a oportunidade de repensar a dinâmica da interação humana no ambiente da biblioteca.

A interação entre o bibliotecário e o público pode levar a uma oportunidade para aqueles comprometidos com a AI, no sentido freireano, pois é nesse momento em que a biblioteca pode assumir seu potencial pedagógico, enfatizando a vocação transformadora do indivíduo e das coletividades. A chave encontra-se no diálogo.

Freire (1983) relata-nos um tipo de relação, comumente observado na Educação que é caracterizada pela existência do narrador (professor) e o ouvinte (aluno). Esse é o princípio da concepção ‘bancária’, na qual o ouvinte é exposto a conteúdos herméticos, desvinculados da sua realidade, pelo considerado detentor do conhecimento, o narrador.

Percebemos que o estabelecimento de conduta instrucionista e impositiva no âmbito da biblioteca, tal qual ocorre na ‘educação bancária’, pode resultar no prejuízo do desenvolvimento da AI dos sujeitos envolvidos. Tal prejuízo se daria pelo reflexo da ação do bibliotecário que visa a transferir mecanicamente seu aprendizado ao usuário, esperando que ele o receba, memorize e repita.

Os esforços empreendidos na busca de conteúdos informacionais devem dirigir-se para o comprometimento com o pensamento crítico e pela procura da mútua educação, já que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1983, p. 63). Preterindo serem zeladores do conhecimento que não criaram, os envolvidos no processo de AI refletem sobre o conhecimento que querem construir, sempre realizando a correspondência deste conhecimento com a realidade vivida.

A prática ‘bancária’ aparece em alguns modelos propostos para o desenvolvimento da competência para resolução de problemas, atribuindo ênfase à busca e ao uso de conteúdos informacionais. Exemplo deste tipo de proposta é o explicitado no programa educacional e também marca comercial *Big6 Skills*, idealizado por Eisenberg (1998), em que são definidos seis passos para o processo de AI. São eles: 1º - definição da tarefa, 2º - estratégias de busca da informação, 3º - localização e acesso, 4º - uso da informação, 5º - síntese, 6º - avaliação¹⁰. Em modelos como o citado, não identificamos o estímulo ao poder criador das pessoas, ou espaço para a problematização, pois sugere o estímulo à repetição.

A busca pela criatividade e o incentivo devem ser internalizados e concretizados pelos comprometidos com a AI, visto que toda apreensão crítica se dá pela relação do humano com o mundo, com a realidade cotidiana.

Se o encontro do bibliotecário com o público da biblioteca significar a unidade de diálogos, e não o mero diagnóstico de situações, caracterizado pela constatação mecânica de necessidades e prescrição de conteúdos informacionais, eles podem conquistar as condições de interferir conscientemente no momento histórico, pois estarão refletindo, inventando, decidindo juntos, deixando para trás ambientes passivos, instrucionistas.

¹⁰ Para maiores detalhes sobre o programa *Big6* e seus produtos, acessar <<http://www.big6.com/>>.

Segundo Freire (1980), toda educação deve estar precedida de uma reflexão sobre o homem e sobre seu meio de vida. Com essa compreensão talvez possamos pensar que a atuação daqueles envolvidos com a AI não pondere exclusivamente sobre a necessidade informacional do sujeito, ou sobre sua lacuna de conhecimento, mas também reconheça a importância das relações mantidas com o mundo, que impelem a buscar conteúdos informacionais. Com essa perspectiva, modelos prontos de respostas a tais buscas poderiam inviabilizar o regozijo pela conquista de respostas originais.

3.2 SOBRE O ENTENDIMENTO DE TECNOLOGIA

Atestamos a evidente mudança qualitativa e quantitativa das transformações tecnológicas atuais e, com isso, o incremento da complexidade do acesso a conteúdos informacionais.

Do nosso ponto de vista, o que estamos vivenciando no âmbito das transformações tecnológicas é o que Cheptulin (2004) chama de salto qualitativo gerado pelas lentas, discretas e contínuas mudanças quantitativas. O autor afirma que há basicamente dois tipos de saltos: os saltos que se produzem sob a forma de rupturas, e também aqueles que se desenvolvem gradualmente, pelo predomínio dos elementos da nova qualidade. A ruptura se dá brutalmente e por substituição, afetando todo o conjunto da qualidade. O salto gradual pode ser dado pela transformação paulatina e progressiva dos elementos da antiga qualidade. De acordo com Silva (2001, p. 168):

A tecnologia propõe mudanças, mas é a sociedade que vai fazer uso dessas tecnologias, logo, não se deve ter uma expectativa demasiada elevada quanto a mudanças porque a velocidade da mudança social é substancialmente mais lenta que a mudança tecnológica. A mudança social não acontece, constrói-se. Um novo *Éthos*, o *Éthos da mediatização* tecnológica da comunicação, instalar-se-á progressivamente, envolvendo-nos de modo silencioso, subtil [sic], mas eficaz. É necessário estar atento para participar criticamente no processo.

Compartilhando esta concepção, entendemos que a tecnologia representa um salto qualitativo e gradual da existência humana, onde a sua essência, a relação do homem com a tecnologia, se constitui como *perene*. É essa a forma de apreciação da realidade que incorrerá na compreensão da prática potencialmente transformadora do profissional bibliotecário.

Numa leitura mais desatenta, pode parecer que nosso trabalho, ao relacionar tecnologia com a AI, tenda a condicionar um processo ao outro, ou a privilegiar o entendimento de AI como um conjunto de habilidades técnicas.

Esclarecemos que encontramos um sentido imanente ao de tecnologia na concepção de AI, pois, partindo da compreensão sobre alfabetização como processo de conscientização mediado pela realidade material do sujeito, percebemos que a capacidade de transformação da sociedade também está atrelada à vivência com a tecnologia.

Nosso entendimento de tecnologia está baseado no pensamento de Álvaro Vieira Pinto, filósofo e matemático brasileiro, já referido nesta dissertação, cuja produção está ligada, principalmente, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), centro de estudos vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 1955 e extinto pelo golpe militar de 1964. A obra selecionada para fundamentar nossa análise tem como principal interesse o exame crítico dos conceitos de tecnologia, trabalho e ciência na realidade brasileira, a partir da lógica dialética materialista, onde o autor pretende desmistificar a percepção imediata da máquina, propondo uma nova abordagem e compreensão acerca do conceito de técnica.¹¹

O ponto de partida de Vieira Pinto (2005, v.1) é a observação da realidade segundo suas impressões do contexto nacional brasileiro e suas condições históricas particulares. Com esta perspectiva, o autor entrelaça ideias que indicam como o trabalho se constitui como mediador para um estágio de consciência crítica, que impulsiona o sujeito a refletir sobre a sua realidade.

Para os acríticos e para o grande público, o conceito de tecnologia dificilmente é definido com objetividade, frequentemente é apresentado pelas suas consequências. Numa compreensão com capacidade de abstração mais elaborada, a tecnologia apresenta-se como campo original de estudo, considerada, conforme Vieira Pinto, como epistemologia da técnica, ciência que a abrange e que explora o produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas.

De forma primordial, na análise de Vieira Pinto, a tecnologia é indicada e deslindada como capaz de oferecer um conjunto de formulações teóricas, plenas de conteúdo epistemológico. Tal compreensão reflete a inerência, para o pensamento dialético, da

¹¹ A obra de Vieira Pinto na qual baseamos nossa pesquisa, intitulada O conceito de tecnologia, foi mimeografada em 1973 e recém-descoberta na forma de 1.410 laudas datilografadas, minuciosamente corrigidas a mão pelo autor, e finalmente publicada em 2005, em dois volumes. A atemporalidade do pensamento do autor é assegurada quando ele esclarece que toda época possui a tecnologia a que pode ter acesso.

associação entre a teoria e a prática. As mediações sociais embutidas nas técnicas, cada vez mais complexas, requerem uma atitude reflexiva, traduzida na proposta do autor.

Além do exposto, o autor observa a gênese da máquina, inserida no processo histórico da sociedade, que incita a criação do engenho, porque provoca no homem a concepção da possibilidade de utilizá-lo para resolver uma contradição com a natureza. Assim, a máquina é construída já com uma contradição interna que se resolverá pela substituição por outra, mais perfeita, projetada para superar as eventuais deficiências do tipo que a antecede. Diz Vieira Pinto:

Desligada a técnica das bases do processo social produtivo, o que significa ao mesmo tempo desconhecer a inerência dela à ação racional do homem, converte-se em um fantasma filosófico, a respeito do qual podem contar-se as impressionantes histórias, algumas otimistas, outras terríficas. A técnica torna-se não um substantivo, categoria gramatical, mas uma substância, categoria física, um ser, uma coisa. (VIEIRA PINTO, 2005, v. 1, p. 50).

Outro ponto importante da obra do autor é o entendimento que se concebe sobre o sentido ideológico que imbuí o conceito de ‘era tecnológica’, geralmente utilizado para designar os tempos atuais. Para ele, esta concepção está desvinculada do contexto histórico e é exercida, principalmente, por grupos interessados em entranhar de valor moral o sentido de tecnologia. Esta sutil, mas poderosa, ferramenta ideológica, objetiva causar um permanente sentido de dependência e admiração ingênua nas áreas estritamente consumidoras do conjunto de objetos e procedimentos técnicos. A estratégia é a de disseminar a imagem de um tempo sem precedentes em termos de inovação e originalidade da ciência e da técnica proveniente das relações de mercado. Resta, então, às regiões desestimuladas à realização, a sensação de gratidão às potências e a renúncia ao direito de aprofundamento dos conhecimentos sobre as tecnologias propostas. O autor explica ainda que

Por sua natureza dual e contraditória, refletindo o caráter dialético de toda natureza humana, a técnica presta-se às duas funções antagônicas. Serve para conservar o atraso, quando se constitui, pela repetição, em fator limitante da necessária transformação do trabalho das massas, que têm com os instrumentos e os métodos que os proprietários lhes põem nas mãos, uma vez que por própria iniciativa, não dispõem de força social, de inspiração intelectual, nem de recursos econômicos para mudar de técnica. Na sociedade adiantada, ao contrário, o interesse do grupo dominante situa-se na constante substituição da tecnologia, e para tanto estipendia a pesquisa avançada. (VIEIRA PINTO, 2005, v. 1, p. 309).

Com este rumo conceitual, Vieira Pinto discerne sobre o processo de conscientização gerado pelo exercício do trabalhador e a conseqüente clareza do sujeito sobre o dever de mudar a realidade em que se vive.

De acordo com a contribuição de Benakouche (2005), adotamos a concepção de tecnologia como fruto inerente ao desenvolvimento da sociedade. Preterimos as visões que privilegiam as impressões de impacto tecnológico ou qualidade nefasta da tecnologia que algumas correntes teóricas comunicam. Como exemplo desta posição, situa-se Baudrillard, filósofo francês citado por Franco e Sampaio (1999), que compartilha a concepção de que a técnica está à parte da máquina, desconsiderando o processo criador humano, como nos explicita no trecho a seguir:

O Homem Virtual, imóvel diante do computador, faz amor pela tela e faz cursos por teleconferências. Torna-se um deficiente motor, e provavelmente cerebral também. Esse é o preço para que ele se torne operacional. [...] é de temer que a inteligência artificial e seus suportes técnicos tornem-se a prótese de uma espécie da qual as idéias tenham desaparecido. (BAUDRILLARD, 1992, p. 60 *apud* FRANCO; SAMPAIO, 1999, p. 2).

Por um momento associado à ideologia que afirma a propriedade impactante das tecnologias, é possível considerar a imagem do indivíduo submerso por enxurradas de lançamentos de ferramentas tecnológicas, que se multiplicam e lhe sugerem novas necessidades de consumo. O fatalismo dessa concepção não atenta para as circunstâncias sociais, históricas e humanas nas quais o ‘Homem Virtual’ desempenha seu trabalho.

O que parece fazer mais sentido no entendimento da tecnologia como fruto da ação e reflexão humanas, é que os níveis de significado dos termos técnica e tecnologia podem variar, como objetos físicos ou artefatos, atividades ou processos, e conhecimento ou saber-fazer (BENAKOUCHE, 2005). Assim sendo, passamos da percepção sensível imediata da máquina para a compreensão da aplicação da técnica como atividade intelectual humana.

Benakouche (2005) nos traz como exemplo do rompimento com a visão ingênua da tecnologia, a sociologia da técnica, que trabalha com três abordagens: tecnologia como sistema, a tecnologia como construção social, a tecnologia como rede. Tais abordagens buscam desmistificar a falsa autonomia da técnica, rejeitar a noção de impacto tecnológico, reconhecer, sobretudo, a trama das relações – culturais, sociais, econômicas, políticas - que envolve sua produção, difusão e uso.

Com isso, é possível defender que o homem desde os seus primórdios históricos vivencia a chamada ‘era tecnológica’, na qual os artefatos são traduções do seu aprimoramento reflexivo e das relações com outros homens e instrumentos materiais.

O papel mediador do conhecimento que os instrumentos materiais assumem no contexto da aprendizagem também pode ser observado na interpretação histórico-cultural de Vigotski (1896 – 1934) do desenvolvimento humano, que entende o conceito de mediação na interação homem-ambiente.

O sistema de signos e os instrumentos são criados pela sociedade ao longo da história e transformam o nível de desenvolvimento cultural. Nesta perspectiva, observa-se que as transformações individuais dos sujeitos têm fundamento na mudança das dinâmicas da cultura das sociedades (VIGOTSKI, 2003).

Vigotski concebe que a cognição humana pode ser entendida pela complexa interação entre quatro Planos Genéticos de Desenvolvimento ou entradas de desenvolvimento: a filogênese, a ontogênese, a sociogênese e a microgênese (OLIVEIRA, 1995).

A filogênese corresponde à história de uma espécie animal, a qual contribui para o seu funcionamento psicológico. Assim, a filogênese é exemplificada por uma série de características do corpo humano, do organismo. Por exemplo, a condição ou não de bípede, de visão binocular, de plasticidade do cérebro, etc.

A ontogênese explica o desenvolvimento do ser (do indivíduo da espécie), que segue uma determinada sequência, um percurso de desenvolvimento. Ele nasce, se desenvolve, se reproduz, morre, num ritmo determinado de desenvolvimento.

A sociogênese define os limites históricos de desenvolvimento; é a forma de funcionamento cultural do meio, que é organizada de diferentes formas, que tem parte no funcionamento psicológico. Cada cultura organiza o desenvolvimento de forma diferente, e pode funcionar como alargador das potencialidades humanas.

Na microgênese está o caminho para o não determinismo; diz respeito aos fatos na história de cada ser humano, que vão definir a singularidade a cada momento da vida do sujeito, onde cada fenômeno psicológico tem sua própria história (OLIVEIRA, 1995).

É relevante salientar a importância da mediação simbólica na teoria de Vigotski, pois afirma que a relação com o mundo não é direta. O ser humano utiliza ferramentas intermediárias para a mediação entre a ação concreta e o mundo. Os signos fazem essa mediação através da representação. Representação do homem que não é o próprio homem. A linguagem realiza a mediação pela comunicação, troca entre membros da espécie e pelo pensamento generalizante, criando relação entre pensamento e linguagem. O grande salto qualitativo na forma da relação do homem com o mundo se dá através da língua. O uso da linguagem implica na classificação, ato de nomear (OLIVEIRA, 1995).

No âmbito da CI, Varela (2007) estuda a mediação na aprendizagem a partir do Programa de Ensino Instrumental (PEI), baseado na Teoria de Modificabilidade Cognitiva Estrutural (TMCE), criados pelo pedagogo e psicólogo israelense Reuven Feuerstein, e aplicado no contexto de escolas públicas de ensino médio da Bahia.

A TMCE se fundamenta nos pressupostos de teorias psicológicas interacionistas de Jean Piaget (1896 - 1980) e Vigotski, pois “[...] parece apropriar-se da ênfase vigostskiana da mediação cultural nos processos psicológicos, enfatizando epistemologicamente a necessidade e importância da ação mediada nos processos de construção intelectual [...]” e contribui com a teoria piagetiana, ao desenvolver “[...] a questão dos mecanismos concretos da aprendizagem em relação à mediação de outro ser humano.” (VARELA, 2007, p. 125-126).

Também Lévy (1993, p.169) aponta nesta direção quando diz que

Pensar é um dever coletivo no qual misturam-se homens e coisas. Pois os artefatos têm o seu papel nos coletivos pensantes. Da caneta ao aeroporto, das ideografias à televisão, dos computadores aos complexos de equipamentos urbanos, o sistema instável das coisas participa integralmente da inteligência dos grupos.

Esse entendimento, para nós, está presente no conceito de AI, ao considerarmos as tecnologias como ferramentas para objetivos mais amplos, os quais colocam o indivíduo, não a ferramenta tecnológica, como responsável pela sua própria história. Conforme Vieira Pinto:

A técnica, de qualquer tipo, constitui uma propriedade inerente à ação humana sobre o mundo e exprime por essência a qualidade do homem sobre o mundo, como o ser vivo, único em todo processo biológico, que se apodera subjetivamente das conexões lógicas existentes entre os corpos e os fatos da realidade e as transfere, por invenção e construção, para outros corpos, as máquinas, graças aos quais vai alterar a natureza, com uma capacidade de ação imensamente superior à que caberia aos seus instrumentos inatos, os membros de que é dotado. (VIEIRA PINTO, 2005, v. 1 p. 136-137).

Dessa forma, a tecnologia é considerada como processo e ou produto da inteligência do homem, fruto do amadurecimento do seu sistema nervoso, da sua capacidade de se relacionar, de criar pontes para intercâmbio do conhecimento. Ela interfere nas atribuições dos trabalhadores e as novas atribuições influenciam a essência do trabalho, revelando à consciência a condição material para o surgimento de novos conhecimentos.

A AI quando vista como meio para a melhoria existencial, preconiza enxergar os sujeitos como produtores de conhecimento e não somente como consumidores de conteúdos informacionais, como acontece na ‘educação bancária’, da qual nos fala Paulo Freire. Para tanto, é importante rever seu plano conceitual, no qual a potencialidade mediadora da tecnologia é de fundamental importância, haja vista que a AI deve se fundar na objetividade. Examinando a trajetória da AI partindo do plano conceitual, podemos continuar refletindo, nesta dissertação, sobre seu processo nas dimensões instrumental e institucional.

4 BIBLIOTECÁRIOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS NO MUNICÍPIO DO SALVADOR

Instituições de Educação Superior (IES) é o nome dado àquelas instituições que ministram educação superior, tais como universidades, faculdades, escolas, institutos, etc. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), as instituições passam a ser classificadas em categorias administrativas: pública e privada. São públicas as instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e privadas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (BARREYRO, 2008).

As IES privadas foram escolhidas para a pesquisa devido à importância da ampliação acelerada da participação do setor privado na educação superior, demonstrado em dados como os do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2006, do Ministério da Educação (MEC). No documento, as escolas privadas constituem 89% das instituições que ministram ensino superior no Brasil, sendo que das 2.270 instituições existentes, 248 são públicas e 2.022 são privadas.

Ainda segundo o Censo da Educação Superior, as matrículas na graduação presencial que correspondem ao ano de 2006, no Brasil, se acumulam no total de 4.676.646. O segmento público detém 1.209.304 destas matrículas, 25,9% do total, enquanto o privado ocupa-se de 3.467.342, ou seja, 74,1% das matrículas efetivadas na graduação presencial. (BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007). A consolidação do crescimento do setor, depois da sanção da LDB, está representada nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Instituições brasileiras de educação superior (1994, 1998, 2001 e 2006) segundo a categoria administrativa

Tipo	1994	1998	2001	2006
Públicas	25,6%	21,5%	11,9%	11%
Privadas	74,4%	78,5%	88,1%	89%

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2007.

Tabela 2 – Matrículas no ensino superior no Brasil (2006 e 2007) segundo a categoria administrativa

Ano	Matrículas	%	Pública	%	Privada	%
2004	4.163.733	100	1.178.328	28	2.985.405	72
2006	4.676.646	100	1.209.304	25,9%	3.467.342	74,1

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2007.

Conforme Araújo (2003), o ensino superior privado na cidade do Salvador é constituído por instituições isoladas, onde podemos perceber a repetição do quadro nacional, conforme pode ser verificado na Tabela 3. Isso foi possível pela dinâmica com que a iniciativa privada respondeu à demanda do setor, mesmo porque o processo de autorização para criação de uma faculdade é mais ágil do que o de uma universidade.

Tabela 3 - IES privadas segundo categoria administrativa e organização acadêmica no município do Salvador – BA – maio /2008

Categoria Administrativa	Organização Acadêmica									
	Universidades		Centros universitários		Faculdades integradas		Faculdades, escolas e institutos		Centros de educação tecnológica	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Privadas	2	3,2	1	1,6	1	1,6	48	76,2	1	1,6
Total	53 = 100%									

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2008.

Numa análise precipitada, aparentemente, os bibliotecários estão logrando êxito com os efeitos dessa expansão pela conquista de espaço profissional no município do Salvador, já que o MEC determina a obrigatoriedade do profissional bibliotecário em todas as IES. Neste contexto, são consideradas pela presente pesquisa questões relacionadas ao uso das tecnologias que possibilitam o acesso a conteúdos informacionais.

Para proceder à investigação, faz-se necessário o delineamento do contexto histórico no qual se insere o tema em estudo. Tal necessidade se apresenta pelo entendimento da elucidação de Demo (2000) a respeito da categoria dialética da historicidade da sociedade e da natureza. Segundo o sociólogo e pedagogo, a dinâmica da historicidade, segundo a análise dialética, pode ser singelamente explicada pela interação entre fases chamadas de tese, antítese e síntese.

A situação vigente é interpretada como a tese, que por ser intrinsecamente contraditória, gera seus contrários, ou seja, a antítese. Esta, ao tornar-se prevacente, provoca

uma nova síntese. A síntese se converte imediatamente em tese do processo histórico seguinte. De acordo com o autor

[...] quando analisamos a história e sacamos dela alguma conclusão, a formalizamos minimamente, descobrindo tendências, relevos recorrentes, todos e partes. Se fosse dinâmica completamente caótica, nada teríamos a analisar. Um dos esteios da análise são as datas: utilizamos como artifício para ver antes e depois, já que, sem pano de fundo mais fixo, não conseguimos ver o movimento. (DEMO, 2000, p. 110).

Por consequência da concepção exposta, na subseção seguinte trazemos uma breve perspectiva da formação e desenvolvimento do ensino superior no Brasil, descrevendo alguns momentos políticos e os principais atos legais relacionados. Nesse sentido, pretendemos cumprir nossos objetivos de pesquisa, enfatizando o setor privado que o constitui e caracterizando essa dinâmica histórica no Estado da Bahia.

4.1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

Segundo Luiz Antônio Cunha (1980 *apud* BARREYRO, 2008), as origens da educação superior no Brasil situam-se em 1572 com a criação dos cursos de Artes e Teologia no Colégio dos Jesuítas da Bahia.

O ensino superior não-religioso iniciou-se com a transferência da sede do império português para o Brasil, em 1808. Segundo Maria Couto Cunha (2002) foi na Bahia onde se efetivou a implantação do primeiro curso de nível superior no país, o de Medicina na Escola Cirúrgica da Bahia, em 18 de fevereiro de 1808.

A partir desse ano foram instalados cursos superiores com o intuito de suprir as necessidades do Estado, formando profissionais para a burocracia e também profissionais liberais.

Foram criados os cursos de Cirurgia, Medicina e Matemática, relacionados com as atividades militares, e Agronomia, Desenho Técnico, Economia, Química e Arquitetura, destinados à burocracia estatal. Houve outros cursos ligados à Academia de Belas Artes, tais como os de Desenho, História, Arquitetura e Música. Depois da Independência, foram criados os cursos de Direito (CUNHA, L. A., 1980 *apud* BARREYRO, 2008). Para Santos e Silveira (2000) foram as áreas litorâneas e de mineração que convocaram essa oferta: Bahia, Rio de

Janeiro, São Paulo, Olinda e Recife, Ouro Preto, Porto Alegre e outras cidades de Rio Grande do Sul.

Barreyro (2008) esclarece que a partir do século XIX, o desenvolvimento do ensino superior esteve ligado à formação profissional. Esse tipo de ensino foi estruturado em estabelecimentos isolados e essas escolas isoladas persistiram durante todo o Império, embora mudando de forma: academias, faculdades, etc. com tentativas de reuni-las, as quais não foram bem-sucedidas.

Ainda conforme Barreyro (2008), foi depois da Independência, em 1822, que se formaram no Brasil dois setores, o do ensino estatal (secular) e o do ensino particular (religioso).

Pode-se afirmar, então, que, já no Império, o consenso geral havia consagrado a liberdade do ensino particular primário e médio, pois os políticos liberais desejavam ver o Estado se retirar progressivamente do campo educacional, em nome da liberdade de opinião e crença. (BARREYRO, 2008, p. 15).

Maria Couto Cunha afirma que a autonomia política do país não resultou em mudanças no modelo de ensino superior adotado, nem sequer ampliação e diversificação do sistema, pois se mantém nesse período, exclusivamente, público e privativo do poder central. Morais (1989) destaca que

[...] não muita gente se encontrava em condição de estudar, visto que os homens brancos muito pobres igualmente não tinham vez na educação formal. Restava, para um atendimento escolar, a elite branca e livre e... quase tudo ia continuando como nos tempos coloniais. A situação econômica do império era muito ruim, sendo que os recursos necessários para reorganizar a estrutura escolar, ou melhor, para organizá-la em moldes diversos do tempo jesuítico, inexistiam. (MORAIS, 1989, p. 99).

O surgimento do ensino superior privado no Brasil pode ser cogitado a partir do período demarcado entre a proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930, chamado de República Velha, Primeira República ou de República oligárquica. (CUNHA, L. A., 2007).

A Constituição de 1891 “[...] descentralizou o ensino superior, que era exclusivo do poder central, delegando-o também para os governos estaduais e permitiu a criação de instituições privadas”. (SAMPAIO, 2000 *apud* BARREYRO, 2008, p. 37). Durante este período foram criadas as escolas superiores livres por particulares de vertente educacional positivista. E assim, em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, um aglomerado de escolas isoladas.

Maria Couto Cunha (2002) assegura que durante o período compreendido entre o Brasil Colônia, Império e Primeira República, a Bahia acompanha as características de

formação do sistema de educação superior do país, com ênfase na formação para as profissões liberais, no princípio sob o controle estatal e, posteriormente, na República, com a abertura para a participação dos governos regionais e da iniciativa privada nessa oferta. “[...] No entanto, a Bahia não acompanha os movimentos evidenciados no sul do país, com relação à consolidação da idéia de universidade. As iniciativas de expansão de uma rede de ensino superior, neste Estado, são muito tímidas, considerando as tendências da região.” (CUNHA, M. C., 2002, p. 70).

Luckesi *et al* (2003) observam que a partir de 1930 são iniciadas profundas mudanças no ensino superior no Brasil. Os autores destacam que a partir deste período começaram a realizar agrupamentos de escolas e faculdades, que podiam legalmente chamar-se de universidades.

Em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas. A partir do estabelecimento do Estatuto das Universidades Brasileiras, que regulamentava a organização do ensino superior no Brasil, e permitia que as universidades fossem mantidas pelo governo federal, ou pelos estaduais, portanto oficiais, ou ‘livres’, mantidas por fundações ou associações particulares.

As novas universidades que surgem nesse âmbito ainda não têm interesse na atividade de pesquisa, pois são resultantes de

[...] iniciativas de grupos políticos, intelectuais e educadores, nem sempre ligados ao ensino superior e, ao incorporar os interesses dos integrantes do sistema anterior, tiveram que confrontar com interesses estabelecidos e a continuar prestigiando o modelo antigo de faculdades orientadas para a formação de profissionais liberais [...] (CUNHA, M. C., 2002, p. 70).

Com esta configuração, as instituições de ensino superior deixam de responder a demandas concretas da sociedade e de representarem movimentos internos.

Na Bahia, Maria Couto Cunha (2002) destaca a criação da Universidade da Bahia, em 1946, com a reunião de oito escolas de educação superior existentes. Algumas já mantidas pelo Governo federal, outras pelo Governo estadual e outras, ainda, de iniciativa particular. Ainda da iniciativa particular, são implantados, a partir de 1951, cursos que constituirão a Universidade Católica do Salvador, reconhecida pelo Governo Federal em 1961; a fundação da Escola Superior de Estatística, e da Escola de Medicina e Saúde Pública, mantida pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência (1953). No final da década de 1960, Salvador ganha a Faculdade de Educação da Bahia, conhecida como Faculdade de Educação Olga Mettig.

Segundo Maria Couto Cunha (2002), a educação superior na Bahia, nas décadas de 1950 e 1960, reflete a dinâmica do processo de crescimento econômico do Estado, com a chegada da Petróleo Brasileiro (PETROBRÁS) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), impulsionando a integração à economia nacional. Com isso, o ensino universitário continua marcadamente voltado para a formação das profissões liberais.

A autora percebe que a Universidade da Bahia atende aos requisitos que essa nova configuração econômica e social traz, mas também respalda o desenvolvimento científico, cultural e artístico do Estado, através da criação de novas unidades e cursos, inclusive com a contratação de quadros docentes de formações diversificadas.

De uma maneira geral, até o início dos anos 1960, continuam os agrupamentos de escolas e faculdades, longe do controle governamental. Sampaio (2000 *apud* BARREYRO, 2008) aponta a criação de universidades estaduais, provenientes de anexação de instituições privadas e, num momento posterior, da federalização dessas mesmas universidades, em 1961, e também da incorporação de instituições privadas na rede federal. No mesmo ano é aprovada a primeira LDB e sua legislação complementar que definiu normas para a autorização e reconhecimento das IES. Tal legislação não respondia aos anseios por uma universidade imbuída de valores nacionais da camada estudantil e dos chamados liberais, que reivindicavam modelo universitário integrado.

Vale ressaltar a importância das ações do movimento estudantil direcionadas às discussões sobre a reforma universitária, desde 1957 (1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino), seguindo como o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (Salvador, 1961) que deu origem à ‘Carta da Bahia’, na qual constam as diretrizes da reforma: “[...] quebra das barreiras entre as faculdades; criação de institutos, organização do regime departamental e do trabalho docente e discente em tempo integral; extinção da cátedra vitalícia.” (CUNHA, L. A, 1983, p. 225 *apud* BARREYRO, 2008).

Reformulando as ideias escolanovistas de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e uma equipe de intelectuais criam a Universidade de Brasília, em 1961, buscando renovar o pensamento brasileiro, abandonando a antiga estrutura de universidade baseada em institutos isolados. Porém, com o golpe de Estado de 1964, seu desenvolvimento é impedido, seus professores e cientistas afastados de suas atividades. (LUCKESI *et al*, 2003).

Em 1965, o MEC inicia um ciclo de estudos voltados para a reforma universitária, que é implantada no ano de 1968, mesmo ano de consolidação do Ato Institucional nº5, instrumento que sustenta extrema repressão política no país.

A reforma universitária, explicitada na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, mantém a estrutura fragmentada do ensino superior brasileiro, mas inaugura algumas alterações:

[...] a unificação do vestibular; criou carreiras de curta duração; instituiu um ciclo geral e estabeleceu a matrícula por disciplinas em forma de créditos; implementou o sistema de pós-graduação para formar cientistas e professores; extinguiu a cátedra e incorporou os departamentos como forma de organização das instituições; criou a carreira docente baseada nos títulos e méritos e determinou o princípio da dedicação exclusiva (CUNHA, L. A., 1983 *apud* BARREYRO, 2008, p. 19).

A partir da Lei nº 5.540 houve uma considerável expansão das matrículas no ensino superior. As matrículas duplicaram em quatro anos (de 1968 a 1971) e voltaram a duplicar em sete anos (de 1971 a 1977).

A participação das IES privadas foi fundamental para essa expansão, apoiada pelo Estado e identificada fora dos grandes centros urbanos. O ensino superior se dividia entre as grandes universidades e as faculdades isoladas interioranas. Surgiam os empresários do ensino superior, oriundos de instituições privadas de 1º e 2º graus, transformando suas associações com um novo objetivo. (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001 *apud* BARREYRO, 2008).

O cenário de expansão do ensino superior privado permanece até a década de 1980, ao tempo da elaboração e aprovação da Constituição de 1988, que permitiu que o princípio de gratuidade nas instituições públicas não se aplicasse às criadas por lei estadual ou municipal antes da sanção da Lei maior (art. 242). Nesse ínterim, estão sendo debatidos os vários projetos da LDB nº 9.394/96, que vai receber aprovação em dezembro de 1996.

Barreyro (2008) nota que em cinco anos (1985-1990) dobra o número de universidades privadas, diminui o número de estabelecimentos isolados e aumenta o número de federações de escolas, como demonstrado na Tabela 4. Tal variação quantitativa é resultado de dois instrumentos legais principais, que regem o ensino superior brasileiro, tanto público como privado, a Constituição Federal de 1988 (artigos 207, 208, 213 e 218) e a LDB, que oferecem base legal para estimular o setor privado a transformar suas instituições em universidades. Com a autonomia universitária, é possível ter maior flexibilidade na gestão do funcionamento dos cursos.

Segundo a LDB, conforme já indicamos, as instituições passam a ser classificadas em categorias administrativas: pública e privada. As privadas diferenciam-se entre as que têm e as que não têm finalidade de lucro. As primeiras são as particulares (em sentido estrito); as privadas sem fins lucrativos são as comunitárias, confessionais e filantrópicas.

O artigo 45 da LDB permitiu a diversificação das instituições; sua regulamentação pelo Decreto nº 2.306/97, da Presidência da República, possibilitou a criação de diferentes organizações acadêmicas autorizadas a ministrar educação superior. São elas: centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores podem educar sem precisar desenvolver as funções indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão que as universidades devem cumprir, como postula a Constituição (art. 207). Assim, o Centro Universitário tem autonomia para criar novos cursos sem o ônus da indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão, que requer maior investimento financeiro (BARREYRO, 2008).

Tabela 4 - Instituições brasileiras de educação superior segundo a categoria administrativa e a organização acadêmica (1980, 1985, 1990, 1994)

Ano	Universidades		Estabelecimentos isolados		Federações		Total
	Total	Privada	Total	Privados	Total	Privados	
1980	65	20	197	643	20	19	882
1985	68	20	732	548	59	58	859
1990	95	40	749	582	74	74	918
1994	127	59	637	490	84	84	848

Fonte: Sampaio (2000, p. 77) *apud* Barreyro (2008, p. 20).

Do final dos anos 1960 até os anos 1980, o sistema de educação superior na Bahia acompanha a tendência de dilatação do número de matrículas, decorrente da reforma universitária e demanda por mão-de-obra qualificada para atuar nas indústrias em implantação no Pólo Petroquímico de Camaçari.

Por outro lado, não é impressionante a expansão do setor privado, em consequência do peculiar papel do Governo Estadual no ensino superior, que desempenha, até os dias atuais, a expansão e interiorização deste nível de educação, alargando, assim, a rede pública de instituições da educação superior no Estado, o que de certa forma distingue a Bahia do restante do Brasil (CUNHA, M. C., 2002).

Na década de 1990, o processo de privatização do ensino superior continua acelerado com o incentivo do governo Fernando Henrique Cardoso, partindo da nova LDB. A rede particular de ensino superior toma partido das necessidades técnicas que o mercado impõe pelas mudanças tecnológicas e discorre sobre a implantação de uma nova tipologia de cursos que pretende atender aos requisitos do mercado de trabalho, caracterizada pelas habilitações específicas voltadas ao setor de serviços.

Na Bahia, entre meados da década de 1980 e durante os anos 1990, as unidades estaduais de ensino superior continuam em expansão e o segmento privado começa a seguir à risca a tendência nacional de implantação de cursos desdobrados em habilitações.

A UFBA encontrava-se impossibilitada de implantar novos cursos em função de restrições severas ao financiamento de sua manutenção (CUNHA, M C., 2002).

4.1.1 A avaliação do ensino superior e a biblioteca universitária

Com relação ao processo de avaliação do ensino superior, a LDB institui a autorização de instituições e o reconhecimento de cursos renovados periodicamente. O reconhecimento é uma necessidade legal estabelecida para todos os cursos superiores existentes no Brasil e deve ser revalidado periodicamente.

Cursos de graduação e sequenciais – presenciais ou à distância – devem ser reconhecidos dentro do prazo especificado na legislação, correspondente ao momento de seu pleno desenvolvimento e implantação integral do projeto inicialmente autorizado.

Para a efetivação da avaliação, foi introduzido, em 1996, o Exame Nacional de Cursos (ENC) – o ‘Provão’ –, e em 1997, a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, a qual verifica *in loco* a situação das seguintes dimensões: corpo docente, organização didática e pedagógica e instalações físicas.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil se redefine através da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que abarca os três principais eixos da educação superior – instituições, cursos e estudantes – e se destina a avaliar todos os aspectos que os rodeiam, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão.

A partir da referida lei, o ‘Provão’ se aperfeiçoa, tornando-se Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), e o segundo processo passa a denominar-se Avaliação dos Cursos de Graduação. Para Lubisco (2007):

[...] do ponto de vista do Governo, os resultados e informação obtidos a partir destas avaliações permitem oferecer um panorama da qualidade das instituições e dos cursos superiores do país e, deste modo, orientar as políticas públicas do setor; do ponto de vista das Instituições, permitem orientar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social; e do ponto de vista da sociedade, serve como base para suas decisões a respeito da realidade das instituições e dos cursos superiores no cenário nacional. (LUBISCO, 2007, p. 190, tradução nossa).

Atualmente, a biblioteca universitária é avaliada pelo MEC como um Grupo de Indicadores, segundo os critérios estabelecidos no item denominado como Dimensão.

A avaliação da biblioteca se dá através de indicadores como espaço físico e acervo e serviços. (BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005). Os indicadores para avaliação encontram-se assim organizados:

a) espaço físico e acervo;

- instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo,
- informatização,
- políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização

b) serviços;

- serviços (condições, abrangência e qualidade),
- recursos humanos.

Lubisco (2007) discerne que a partir de 2006 começa a ser demonstrado um esforço mais concentrado por parte do MEC, por meio do seu instrumento de avaliação externa das IES, no sentido de um investimento conceitual mais aprofundado. Porém, no que concerne à biblioteca, o MEC tende a restringir as atividades e serviços do setor, quando averigua somente a consulta e o empréstimo de materiais.

No parâmetro de avaliação vigente, a autora indica o enquadramento da biblioteca como instalação física da IES, deixando de considerá-la como espaço pedagógico, e questiona a visão que a universidade tem da sua biblioteca.

A partir de 2007, começou a ser instituída pelo MEC, uma profusão de diferentes instrumentos de avaliação para autorização, reconhecimento e revalidação de reconhecimento de cursos, sendo que alguns com critérios específicos para determinadas graduações. Em todos os documentos a biblioteca ainda é vista como parte integrante dos requisitos físicos de avaliação.

Compreendemos que a problemática da privatização da educação superior é muito mais complexa do que nosso sumário histórico expõe. A legislação que rege o ensino superior brasileiro, tanto público como privado, consta de dois instrumentos legais principais, a Constituição Federal de 1988 (artigos 207, 208, 213 e 218) e a LDB (Lei 9394/1996). Além destes instrumentos principais, existe um grande número de Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Conselhos Profissionais e outros

órgãos e Portarias Ministeriais que são promulgadas com grande frequência, visando a regulamentar e implementar as normas constitucionais e da LDB.

Portanto, está além de nossos objetivos explorar com mais afinco as possibilidades que o marco normativo do setor privado na educação superior oferece para nosso tema principal.

Neste momento, para assegurar uma reflexão da práxis do bibliotecário, interessa-nos considerar o contexto das IES privadas, com sua base legal, para identificar e analisar a inter-relação entre os conceitos de AI, tecnologia e informação. Mesmo porque comungamos com autores como Foulquié (1966), o qual afirma que só podemos compreender o indivíduo situando-o no cruzamento das ações do todo sobre ele e das suas reações em relação ao meio.

Assim sendo, privilegamos a categoria dialética da totalidade, a predominância universal do todo (o contexto das IES) sobre as partes (o contexto das bibliotecas). Para tanto, prosseguimos enfocando o cotidiano do bibliotecário, pois pretendemos entender como esse profissional percebe a sua ação, no sentido das possibilidades de transformação social, quando associada à tecnologia.

4.2 O BIBLIOTECÁRIO NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS

Baptista e Mueller (2004) inferem sobre as influências históricas no estabelecimento da Biblioteconomia como profissão no Brasil¹², apoiadas nos pressupostos de Abbott (1988). As autoras afirmam que a atividade se consolidou no país a partir da iniciativa da UNESCO, órgão internacional que incentivou a fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954, onde foi possível criar o Curso de Documentação Científica (CDC), em nível de especialização para graduados.

A hipótese das autoras é a de que a implantação do CDC, que contava principalmente com especialistas estrangeiros em documentação, tenha enraizado o discurso em voga mundialmente, naquela época, da necessidade de pessoal capacitado para atuar com os documentos gerados pela abundante oferta de informação científica e tecnologia, por ocasião do pós-guerra, na metade do século passado.

¹² O exercício bibliotecário no Brasil é regulamentado pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962; Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965; Lei nº. 9.674, de 26 de junho de 1998.

A partir desta configuração, a Biblioteconomia caracterizaria sua participação no que as autoras chamam de ‘jurisdição da informação’, campo de atuação que ainda requer conceituação precisa e delimitação de responsabilidades.

Sem que nos detenhamos na investigação aprofundada dos meandros das origens e influências da Biblioteconomia no Brasil, cabe-nos registrar que a profissão se desenvolveu pela influência e intervenção de forças internacionais e até hoje é impulsionada neste sentido.

Atualmente, no município do Salvador, seguindo uma tendência nacional, a biblioteca universitária situada em IES é um campo de atuação para bibliotecários em ritmo acelerado de expansão. Entre outras razões, a obrigatoriedade da presença do bibliotecário na instituição que requer autorização de funcionamento ou reconhecimento de cursos, com a devida inscrição no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), mantém uma fração do mercado de trabalho garantida a esse profissional. Não há, até o momento, dados oficiais divulgados, provenientes dos órgãos de classe concernentes, relativos a este setor de atividade.

Constatamos que as políticas em desenvolvimento reforçam o setor privado, em detrimento do público. Dentro deste contexto, os profissionais que dirigem as bibliotecas são levados a orientar sua ação pelas diretrizes instituídas em ‘manuais de avaliação’ produzidos pelo Governo, onde a biblioteca é vista como um setor estanque da IES, nitidamente desconsiderada no momento da construção dos objetivos políticos e pedagógicos da instituição.

São requeridos quantidades físicas de documentos, instalações adequadas, serviços otimizados, etc., ou seja, a racionalização do trabalho está plenamente voltada para a alavancagem da qualidade do sistema. Chauí (1999, p. 1) suscita a discussão sobre os valores da qualidade requerida na educação superior pelos padrões estabelecidos pelo Estado:

A ‘qualidade’ é definida como competência e excelência, cujo critério é o ‘atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social’; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão.

Alguns resultados de pesquisas têm sido recentemente publicados, no âmbito da CI, objetivando traçar o perfil do profissional que trabalha em bibliotecas universitárias e sua

adequação ao mercado de trabalho,¹³ e especificamente em IES do setor privado, localizadas em estados diferentes do Brasil¹⁴.

Campos e Baptista (2008) dão indícios da realidade deste profissional no contexto das IES, quando dizem que a maioria dos empregadores admite desmotivação por parte dos empregados, pois reconhecem, entre outros fatores causais, os baixos salários, as cargas horárias dilatadas e a falta de prestígio entre o público, o que vêm acarretar a rotatividade dos profissionais, insatisfação nos trabalhos e disfunções na saúde do trabalhador. E concluem:

Embora os empregadores percebam não atender as necessidades dos profissionais e a existência destas deficiências citadas, nada de concreto vem sendo desenvolvido nas IES para modificar esta realidade. Acredita-se que, [sic] os empregadores não se preocupam com tal situação, porque não percebem ou não se importam com a qualidade das atividades desenvolvidas pela biblioteca, mas somente esperam que ela exista e cumpra os requisitos do MEC. (CAMPOS; BAPTISTA, 2008, p. 12).

De forma geral, os autores apontam os requisitos impostos a este profissional, que podem ser traduzidos pelo atendimento às demandas de uma lógica de produtividade orientada para resultados concretos e imediatos. Nesta tendência de estudo, o pressuposto ideológico de globalização mundial está usualmente embutido para sua justificativa.

Outra premissa frequente é a premência do mercado de trabalho por um profissional que se situe com postura e atitude gerencialista diante das questões que a propalada Sociedade da Informação propõe. São tidos como imprescindíveis para os que desejam atuar neste contexto, conhecimentos e habilidades ligados ao uso das tecnologias, assegurando, assim, a garantia da manutenção da competitividade profissional dos bibliotecários no mercado de trabalho, também nomeada de ‘empregabilidade’.

4.2.1 O cotidiano do bibliotecário com as tecnologias nas bibliotecas universitárias

Nas últimas décadas, o computador tem sido utilizado de forma cada vez mais intensa nas bibliotecas universitárias. Desde os anos 1970, muitas delas implementaram seus catálogos em linha, passaram a acessar bancos de dados, iniciaram o uso regular de CD-ROM para recuperar referências bibliográficas e textos completos de artigos de periódicos, verbetes de enciclopédias e itens de outras fontes de referência. A partir de 1994, por exemplo, com o

¹³ Ver Santos e Tolfo (2006); Duarte *et al* (2006); Schweitzer (2007).

¹⁴ Ver Rocha e Araújo (2007); Campos e Baptista (2008).

fenomenal crescimento da internet, as possibilidades de acessar e recuperar conteúdos informacionais aumentaram consideravelmente.

O surgimento da internet como fonte de conteúdos, disponibilizando os seus mais diversos serviços, possibilitou o acesso a uma grande quantidade de bases de dados, aos acervos de grandes bibliotecas, às páginas eletrônicas (URLs) de diversos órgãos e instituições, assim como a portais com conteúdos informacionais pertinentes às mais diferentes áreas do conhecimento. Tal processo levou à criação de bibliotecas digitais, servindo como instrumento de gerenciamento e acesso a esses serviços. As bibliotecas virtuais apresentam-se como grandes catálogos, provedores de conteúdos, uma ampliação da base de pesquisa com acesso a documentos de forma cada vez mais fácil¹⁵.

Valendo-nos das impressões sobre a atual condição histórica, nos propomos a examinar com atenção a prática do bibliotecário, quando afetada pelas possibilidades de acesso a conteúdos informacionais, ao mesmo tempo em que constatamos a atual multiplicação de artefatos tecnológicos à disposição para algumas camadas sociais, com a finalidade de auxiliar na execução de uma diversidade impressionante de tarefas cotidianas.

O conceito de AI é muito relacionado e até confundido com o que se explora como alfabetização digital, alfabetização informática, alfabetização em redes, alfabetização em meios eletrônicos e até hiper-alfabetização. A legislação sobre Educação Obrigatória na Espanha e o Parlamento Europeu (*apud* GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008, p. 60) endossa esse cruzamento de conceitos, quando diz que a alfabetização digital é também informacional em sentido amplo, já que na sociedade atual se faz necessária a compreensão do que propõem as tecnologias para a vida privada, social e profissional. Neste sentido, se faz necessária a capacidade de buscar, obter e tratar informação, assim como de utilizá-la de maneira crítica e sistemática, avaliando sua pertinência, e comunicando-a de maneira adequada ao fim, aos destinatários e de modo responsável. Então, diante deste ambiente, torna-se desejável

[...] saber utilizar ferramentas para produzir, oferecer e compreender informação complexa e ter a habilidade necessária para acessar serviços baseados na Internet, buscá-los e utilizá-los, assim como saber utilizar as tecnologias no apoio ao pensamento crítico, à criatividade e à inovação, e ter interesse por participar em comunidades e redes com fins culturais, sociais ou profissionais. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008, p. 60).

¹⁵ As bibliotecas virtuais e digitais possuem a característica de existirem num ambiente eletrônico, acessível através da internet e de redes de computadores. No entanto, percebemos a diferença recorrente entre suas concepções: enquanto a biblioteca digital é uma extensão de uma biblioteca tradicional, a biblioteca virtual é desvinculada e autônoma.

Dessa forma, nosso entendimento sobre a AI se relaciona com o uso que se faz do conteúdo informacional, que também pode ser mediado pelas tecnologias. Sob este prisma, preocupamo-nos com a ação empreendida a partir da expansão da consciência informacional, porque supomos, pelo nosso aporte teórico e prático, que à medida que se consolida a AI, a ação é a consequência e a causa da transformação ao redor do sujeito.

Walter (2005) percebe que as tecnologias da informação exercem papel essencial nas rotinas referentes às bibliotecas, nos centros de informações e serviços de informação. A autora afirma que as mencionadas tecnologias integram “[...] desde o planejamento, incluindo a interface com clientes dos serviços, que se tornam igualmente remotos em função das possibilidades de comunicação, até trabalhos mais administrativos, como empréstimos e material bibliográfico.” E ainda acrescenta: “A Ciência da Informação encontra nas tecnologias de informação o suporte indispensável de sua vertente pragmática”. (WALTER, 2005, p. 9).

Além da sua função pragmática no desenvolvimento da CI, interpretamos as tecnologias à luz de Vieira Pinto, quando ratifica que

A conveniente via de ingresso na compreensão do significado humano da tecnologia inicia-se com o exame da máquina, enquanto produção intelectual da inteligência humana, desde os primórdios de sua evolução. Com efeito, a máquina compendia, já nas primeiras realizações, o esforço do homem em descobrir meios de superar as resistências opostas pela realidade física a seus projetos. A máquina, assim como a técnica, é coetânea ao homem. Representa uma das manifestações do processo de criação do homem por si mesmo. (VIEIRA PINTO, 2005, v.1, p. 54).

Certificamo-nos de que a grande maioria das IES privadas na cidade do Salvador está organizada academicamente de forma isolada. As desigualdades financeiras, culturais e políticas de cada instituição e, ainda mais decisivamente, as diferenças de grau de habilidade e conhecimento dos profissionais com as ferramentas tecnológicas, enfraquecem a imagem de abrangência e qualidade irrefutáveis, frequentemente atribuída às tecnologias.

Tendo em vista as bibliotecas que integram as IES privadas, identificamos que, conforme as diretrizes que norteiam o plano de trabalho dos profissionais que nelas atuam, as tecnologias nem sempre estão distribuídas equitativamente em todas as bibliotecas das IES.

Segundo as diretrizes gerais do MEC, o processo de informatização da biblioteca é avaliado como um indicador de qualidade, situado no Grupo de indicadores ‘Espaço físico e acervo’, que, por sua vez, se encontra na Dimensão ‘Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação’. No documento do Ministério, o setor recebe nota máxima:

Quando existe informatização da biblioteca em excelente funcionamento; práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão

com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; quando a biblioteca conta com serviço de informatização do acervo e serviço de catalogação, controle de periódicos, reserva e empréstimo, comutação e consulta ao catálogo. (BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005, p. 148).

Com o estabelecimento de tais critérios, ressaltamos que os trabalhadores são impelidos a atuar como elementos num processo cuja finalidade, como grupo social, não propuseram, materializada num documento que não foi por nenhum deles concebido, o qual nem mesmo têm permissão e meios para alterar.

Gómez Hernández (2008) defende uma atitude reflexiva diante das ferramentas tecnológicas, representada numa posição ativa do bibliotecário, na qual o aprendizado conjunto com o usuário é essencial.

O impacto da automação do catálogo, a implementação das redes cooperativas, a criação das bibliotecas digitais, dos repositórios, e de outras formas de edição, são citadas como mudanças contínuas nas práticas de gerência e prestação de serviços de manutenção biblioteconômica durante os últimos trinta anos. E, diante de tais transformações, é proposta uma aproximação social dos bibliotecários aos usuários mais desvalidos cultural, social ou economicamente. Atenção deveria ser dada à diversidade, à mediação e à projeção cultural ou, em outras palavras, à AI.

Ainda Gómez Hernández (2008) discorre sobre o ritmo acelerado das inovações tecnológicas e dá ênfase ao papel da ‘web social’ como ferramenta para o desenvolvimento da AI na prática bibliotecária. O autor conceitua ‘web social’ como “[...] conjunto de tecnologias que permitem aos internautas participarem ativamente na geração e publicação de informação, intercâmbio, difusão e criação coletiva, propondo para as bibliotecas novos desafios.” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008, p. 52, tradução nossa) E descreve as possibilidades que as tecnologias participativas, tais como, *blogs*, *wikis*, a plataforma *Moodle* e as redes sociais, proporcionam para comunicação, produção e publicação de conteúdos informacionais.

A partir de resultados de estudo de campo, Duarte *et al* (2006) afirmam que as bibliotecas universitárias, consideradas pelos autores como organizações do conhecimento, se restringem ao uso da internet e da intranet, deixando de tomar proveito das redes de computador – Extranet, *Data Warehouse*, *Groupware*, *Workflow* e gerenciamento eletrônico de documentos (GED). Os autores apontam os benefícios da cooperação entre bibliotecas e a disponibilização e possibilidades de acesso a conteúdos informacionais, além da comunicação com usuários e fornecedores.

Interessante notar como Campos e Baptista (2008) também percebem a falta de estímulo a um desempenho mais criativo e dialógico. Segundo as autoras, os profissionais aqui enfocados dizem que entre algumas das atividades citadas como não desenvolvidas ou habilidades técnicas não aplicadas na IES ou, ainda, competências não identificadas nos profissionais foram:

- Elaboração de publicações eletrônicas da instituição (CD-ROM, DVD, etc.) em termos de organização do conteúdo [...]
- Transformação de informações digitais em hipertextos e encaminhamento a usuários com o devido perfil da informação a ser disseminada [...]
- Participação, utilização ou implementação de uma rede de informação ou um consórcio de bibliotecas universitárias [...] (CAMPOS; BAPTISTA, 2008, p. 8).

Diante do exposto, cabe-nos continuar investigando as condições objetivas do trabalho bibliotecário, pois reconhecemos o indubitável papel que os conhecimentos tecnológicos podem desempenhar na produção e reprodução da existência humana. Desta forma, imaginamos alcançar a compreensão do significado das tecnologias como base material para o desenvolvimento da AI dos sujeitos da nossa pesquisa.

Depois de disposta nossa fundamentação teórica, de forma a favorecer a sustentação de nossas constatações e interpretações da realidade investigada, tratamos de esclarecer, no capítulo seguinte, o aporte metodológico que conduziu nossa ação científica.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo da dissertação, estabelecemos o referencial metodológico que visa a entender as relações entre os fatores que podem interferir na AI de bibliotecários de IES privadas, por meio do uso das tecnologias, ao repensar a dinâmica da sua ação-reflexão.

Autores como Marconi e Lakatos (2005), Demo (1995, 2000), Triviños (1987) foram fundamentais para uma compreensão de base sobre a metodologia utilizada, pois a consideramos como um caminho da pesquisa, no qual são identificados três elementos que constituem sua essência: a abordagem, os procedimentos e o conjunto de técnicas de coleta de dados. Com efeito, pudemos visualizar o caminho a ser percorrido e cumprir o trajeto do esquadramento com maior segurança, pois tínhamos em mãos um roteiro definido por estratégias metodológicas que nos aproximou do objeto de estudo, progressivamente, até onde foi possível, segundo proposição de nossos objetivos.

Para uma compreensão da realidade condizente com nosso objetivo geral de identificar e analisar a inter-relação entre os conceitos de informação, tecnologia e alfabetização informacional (AI), no âmbito do cotidiano do profissional bibliotecário atuante em IES privadas da cidade do Salvador, buscamos tratar a metodologia científica como instrumento de conhecimento das mediações materiais necessárias para a consolidação do aperfeiçoamento das condições sociais atuais de nosso universo de pesquisa.

Concordamos com Triviños (1987) quando diz que o material sistematizado pela aplicação dos métodos de pesquisa deve ser considerado segundo o esquema de interpretação que o escopo das teorias utilizadas na pesquisa proporciona. Segundo o autor,

Esta análise interpretativa apoiar-se-á em três aspectos fundamentais: a) nos resultados alcançados no estudo (respostas aos instrumentos, idéias dos documentos etc.); b) na fundamentação teórica (manejo dos conceitos-chave das teorias e de outros pontos de vista); c) na experiência pessoal do investigador. (TRIVIÑOS, 1987, p. 173).

Desta maneira, valendo-nos de princípios científicos que garantam a coerência ao nosso entendimento, adotamos a dialética materialista como abordagem, na qual encontramos uma fecundidade interpretativa da realidade, que extrapola a dimensão exclusivamente acadêmica.

Como procedimentos, fizemos a opção pelo monográfico, pelo histórico e pelo estatístico, por meio dos quais consolidamos, de forma mais instrumental, nossa pesquisa.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: documentação indireta (pesquisa bibliográfica e documental) e a observação direta extensiva (aplicação de formulário).

No que diz respeito à delimitação do universo, elegemos o total de bibliotecários que trabalham em IES privadas no município do Salvador, no período da coleta de dados, contabilizados em 60 indivíduos.

5.1 MÉTODO DE ABORDAGEM: DIALÉTICA MATERIALISTA

O método de abordagem corresponde a uma visão abstrata da investigação, requerendo do pesquisador uma estruturação filosófica que apóie seus passos na atividade científica. As abordagens mais significativas destacadas por Marconi e Lakatos (2005) são a indutiva, a dedutiva, a hipotética-dedutiva e a dialética.

A abordagem que marca esta pesquisa, desde as primeiras leituras voltadas para o curso de mestrado, é a dialética, mais especificamente, a materialista histórica, por nos interessarmos pelo caráter não peremptório dos processos sociais, pela perspectiva interveniente da realidade para o pensamento, e do pensamento para a ação.

Como já é bastante perceptível até este ponto do nosso trabalho de pesquisa, nos calcamos em Marx e Engels (1986) e em Foulquié (1966), Cheptulin (2004), Konder (2006), para explorar as formas e conteúdos da visão de unidade entre tecnologia, informação e AI. Segundo Foulquié (1966), esta abordagem possui características como a interdependência entre as diversas partes da realidade, a incompletude das coisas e das pessoas, a relação entre qualidade e quantidade e a luta dos contrários.

Esse ângulo de apreciação do nosso problema de pesquisa dá conta de apoiar nossas impressões sobre as causas e conseqüências sociais da AI e da tecnologia, as contradições inerentes ao contexto das IES privadas, no que concerne às suas determinações históricas, suas relações interdependentes com áreas afins do conhecimento, e, principalmente, o potencial de transformação da realidade do bibliotecário, através da expansão coletiva da consciência, por meio da informação.

5.2 MÉTODOS DE PROCEDIMENTO: MONOGRÁFICO, HISTÓRICO E ESTATÍSTICO

Entre os métodos de procedimento destacados por Marconi e Lakatos (2005) estão o histórico, o comparativo, o monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista. Para as autoras, os métodos de procedimento tratariam de investigar o fenômeno de maneira mais concreta, caracterizando a necessidade de uma percepção sequencial da pesquisa.

Utilizamos os procedimentos monográfico, histórico e estatístico, no anseio de descobrir convergências e divergências entre a prática com tecnologias e os perfis de profissionais bibliotecários de instituições previamente selecionadas.

Ao estudar as possibilidades de análise que cada tipo de procedimento descortina, formamos ideia de que o procedimento monográfico seria um dos mais adequados para o alcance de nossos objetivos, por tratar-se de um método que examina o tema escolhido observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.

Conforme Marconi e Lakatos (2005, p. 108), “A vantagem do método consiste em respeitar a ‘totalidade solidária’ dos grupos, ao estudar, em primeiro lugar, a vida do grupo na sua unidade concreta, evitando, portanto, a prematura dissociação de seus elementos.” Assim procedendo, distinguimos a noção dialética da totalidade, pela qual podemos favorecer a compreensão das condições dadas pela história como fator preponderante para explicação do raciocínio. Com efeito, estudamos a base das condições materiais da profissão bibliotecária, com as particularidades do entremeio das tecnologias, para inferir sobre a importância da AI.

O procedimento histórico permite a investigação de ocorrências, processos e instituições situadas no passado para detectar a influência na sociedade contemporânea, “[...] pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 107). Isto significa, segundo Triviños (1987), que o interesse histórico se caracteriza pela descrição da essência do fenômeno, ultrapassando a dimensão de sua aparência. São buscadas as causas da sua existência, pela explicação da sua origem, suas relações e mudanças. Aspectos históricos da formação dos conceitos estudados, da base contextual das IES, foram assegurados pela preocupação com suas raízes e desenvolvimento.

Ao perquirirmos as condições materiais do contexto da pesquisa, tomamos a decisão de nos basear, também, no procedimento estatístico, cujos resultados objetivos obtidos produzem análises e interpretações bastante significativas.

Triviños (1987) percebe que a estatística deveria ser adotada como um elemento auxiliar, pois quando o pesquisador deixa de avançar numa interpretação mais ampla da informação obtida, ele termina seu estudo, onde verdadeiramente, deveria começar.

Enfocando nosso trabalho, mediante a obtenção dos números absolutos e percentuais, expostos a partir da quantificação de experiências declaradas pelos pesquisados, buscamos avaliar detidamente as tendências de opiniões pela prevalência ou exiguidade de incidência de respostas, pois, segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 109) “[...] a estatística pode se considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise”. Para tanto, optamos pela estatística descritiva, a partir da descrição e exploração dos dados através de frequências e cruzamentos entre variáveis, pela assistência do *software* estatístico aplicativo denominado *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 15.0.

As características principais da estatística descritiva seguem no Quadro 1:

Métodos	Elementos-chave
Frequência	Descreve a porcentagem de indivíduos que selecionou uma resposta ou que pode ser descrito ou se comporta de uma maneira ou de outra.
Média	Descreve a tendência central da população.
Desvio Padrão	Em um conjunto de notas obtidas, descreve a distância que cada nota está da média. É geralmente combinada com a média para melhor descrever a população.

Quadro 1 – Características-chave das principais técnicas analíticas (estatística descritiva) normalmente usadas

Fonte: Adaptado de Raupp; Reichle, 2003.

Pudemos, ainda, como forma de representar ilustrativamente os resultados obtidos pela aplicação do instrumento de coleta de dados, construir gráficos e tabelas a partir de *software* de edição de planilha eletrônica específico.

5.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS: DOCUMENTAÇÃO INDIRETA E OBSERVAÇÃO DIRETA EXTENSIVA

Percebemos que alguns dos objetivos específicos do trabalho, que se referem ao entendimento do conceito de AI pela análise das condições materiais de realidade particular, poderiam ser alcançados pelo uso de algumas técnicas de coleta de dados, como a documentação indireta e a observação direta extensiva, ou seja, por meio da pesquisa bibliográfica e documental e da aplicação de instrumento de coleta de dados do tipo formulário.

5.3.1 Documentação indireta: pesquisa bibliográfica e documental

Fizemos uso da documentação indireta, pelo emprego das técnicas da pesquisa bibliográfica e documental, fundamentando-nos em material já elaborado em língua portuguesa e estrangeira, com a finalidade de conhecer as diferentes formas de contribuição científica.

Intentando subsidiar nossas reflexões e ações, manipulamos e selecionamos fontes bibliográficas em suporte papel e digital, tais como livros, teses, dissertações, periódicos, jornais, literatura cinzenta (documentação produzida pelo MEC, agências governamentais, IES privadas do município do Salvador, anais e relatórios de reuniões, congressos e foros de discussão científica), publicações avulsas e até material cartográfico, pela atenção aos assuntos que entendemos que poderiam enriquecer nossa pesquisa. São eles: alfabetização informacional e suas múltiplas denominações, materialismo histórico dialético, conceitos de informação, história e epistemologia da CI, perfil profissional do bibliotecário, biblioteca universitária no Brasil, epistemologia da técnica, ensino superior privado do Brasil e na Bahia, interface entre a CI e a educação.

5.3.2 Observação direta extensiva: aplicação de formulário

Tendo em vista o prazo de conclusão de nossa pesquisa acadêmica, e atendendo ao rigor metodológico e disciplina que tal atividade acadêmica demanda, percebemos mais operacional e produtora a escolha da observação direta extensiva, que possibilita o uso de formulário. Temos tal impressão por se tratar de uma técnica que depende da disposição do pesquisador para garantir o retorno dos resultados, mesmo considerando os inevitáveis obstáculos interpostos pelas condições dos próprios pesquisados para plena realização da coleta de dados, além das inevitáveis dificuldades logísticas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005), este sistema de coleta de dados consiste em obter dados diretamente com o entrevistado e permite maior flexibilidade para adaptar-se às necessidades de cada situação. Nesse processo conversamos com os entrevistados face-a-face, como também, em conversas preliminares via telefonia.

Enfatizamos o benefício da execução da aplicação do formulário pelo contato humano direto com o universo da pesquisa, o qual tornou factível a percepção de expectativas, inseguranças, intenções embutidas nas falas nos respondentes, o que nos levou ao reconhecimento da potencialidade transformadora da realidade que apreendemos no âmago do nosso tema. Com relação a este exercício de apreensão da realidade pela lógica do pensamento, Demo (2000, p. 108) lembra que

[...] ainda que a linguagem seja o meio de nossa comunicação, é feita de dinâmicas sempre também inatingíveis, segundo sentidos, silêncios ensurdecedores, em trama infinita de interpretações, nas quais tanto somos entendidos pelo outro que nos escuta, como igualmente desconstruídos e reconstruídos.

Com o uso do formulário, transcrito no Apêndice C deste trabalho, visamos a detectar a visão do bibliotecário para seu cotidiano profissional junto às tecnologias e como elas são compreendidas.

Sua aplicação junto ao universo pesquisado se deu entre os dias 7 de abril de 2008 e 14 de maio de 2008 (38 dias corridos, sendo 26 dias úteis), período no qual a pesquisadora deslocou-se diariamente, nos turnos matutino, vespertino e noturno entre vários pontos da cidade do Salvador, em busca das respostas às questões do formulário.

Sua estrutura foi idealizada em cinco versões sucessivas, à medida que se desenvolvia o processo de sua elaboração e aperfeiçoamento. A versão final é composta por 38 formulações, entre sentenças e perguntas.

Nas primeiras 26 sentenças do instrumento de coleta de dados utilizamos a Escala de Likert, uma escala de medidas com categorias de respostas que vão do extremo grau de discordância ao extremo nível de concordância, sendo que o respondente deve apresentar a intensidade da sua avaliação frente a cada um de uma série de itens (RAUPP; REICHLE, 2003). Com a alternativa de respostas pré-definidas o trabalho mostrou-se mais objetivo ao evitar que os respondentes fugissem do tema principal da pesquisa, o que poderia acontecer com o uso de um instrumento de coleta de dados tipo aberto. O formato utilizado para a Escala de Likert foi:

- a) discordo plenamente;
- b) discordo muito;
- c) discordo levemente;
- d) não discordo, nem concordo;
- e) concordo levemente;
- f) concordo muito;
- g) concordo plenamente.

As perguntas elaboradas e questões de múltipla escolha foram úteis para entendermos a descrição feita pelos bibliotecários acerca das dimensões do uso das tecnologias e das características do seu ambiente profissional.

Com o intuito de estimular a fluência das respostas às questões do formulário, alguns exemplos de tendências de tecnologias em voga, passíveis de serem utilizadas para aperfeiçoamento da prática bibliotecária, foram elencadas mediante a experiência da Autora na área da Biblioteconomia e de concordâncias e discordâncias com designações de Walter (2005), Santos e Tolfo (2006), Silva, P. M. (2007), Gomez Hernández (2008), e das sugestões baseadas em opinião de Rios (2007)¹⁶, entre outros.

¹⁶ Rios (2007) descreve as dez tendências de tecnologias mais importantes nas quais os bibliotecários deveriam ser competentes. São elas: 1) *Software* social (ex.: *blogs, wikis, e Facebook*), 2) *software* de código aberto (ex.: *Moodle, Sakai*), 3) dispositivos móveis de informação (ex.: *iPhone*), 4) ferramentas de colaboração (ex.: *Microsoft SharePoint, Connotea, Zotero*), 5) *Second Life*, 6) *Cloud Architecture* (ex.: *Folksonomias*), 7) rede sem fio, 8) *mashups*, 9) *streaming media* (ex.: *You Tube*), 10) *Catalog Overlays* (ex.: *Endeca, AquaBrowser*). A listagem e a descrição de tais tipos de tecnologias estão disponíveis em: <<http://medlibtechtrends.wordpress.com/2007/03/01/top-10-technology-trends-librarians-should-be-conversant-on-gabe-rios>>

Para efeito de organização e vantagem no desenvolvimento das análises das respostas, subdividimos as formulações em sete partes, que descrevem nossos interesses de conhecimento. As subdivisões referem-se a:

- a) a função do bibliotecário com as tecnologias;
- b) conhecimentos, capacidades e responsabilidades no uso das tecnologias;
- c) aquisição, organização, análise e avaliação de conteúdos informacionais utilizando as tecnologias;
- d) utilização das tecnologias para comunicação eficaz, solução de problemas e expressão da criatividade individual;
- e) papel das tecnologias e aplicação das normas éticas e jurídicas em seu uso;
- f) condições de uso das tecnologias;
- g) dados gerais.

Mais do que a averiguação das habilidades sobre os usos de *software*, *hardware* ou da internet, as questões buscaram conhecer como o profissional se coloca frente às possibilidades de acesso a conteúdos informacionais que as tecnologias permitem oferecer e/ou acessar.

5.4 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO

Quanto à delimitação do universo, trabalhamos com todos os bibliotecários de IES privadas do município do Salvador, independente das categorias administrativas ou tipos de organização acadêmica.

Observando o crescente fenômeno de expansão do ensino superior privado na capital baiana, percebemos que tal transformação interfere na capacidade que o indivíduo detém para intervir no mundo, já que também se expandem as vagas de trabalho e espaços de interação humana via sinal digital. Neste sentido, novamente recorreremos à lógica dialética na busca da compreensão da qualidade nova (o aperfeiçoamento da AI) que surge em decorrência da mudança quantitativa (crescimento de espaço profissional e de inovações tecnológicas).

Os bibliotecários incluídos na pesquisa correspondem ao universo daqueles atuantes em 53 IES privadas, estabelecidas no município do Salvador e devidamente registradas até 14 de maio de 2008 no Cadastro das Instituições de Ensino Superior do sítio do INEP (BRASIL, 2008) como credenciadas pelo MEC com autorização de funcionamento de cursos.

O cadastro do INEP nos serviu de fonte de dados para contatos (números de telefone, correio eletrônico, sítio na *web*, localização geográfica e dimensionamento quantitativo de instituições), conforme pode ser visualizado no Anexo A. Salientamos que entre 16 de julho de 2007 e 14 de maio de 2008, período que compreende nossos primeiros contatos com instituições e o término da aplicação do formulário, cinco novas instituições foram credenciadas pelo MEC e tiveram que ser incluídas no universo.

O trabalho por amostragem mostrou-se desnecessário tendo em vista o número razoável de instituições identificadas e a possibilidade de contato paulatino com os profissionais bibliotecários.

O total de 62 bibliotecários só foi constatado através de contatos telefônicos preliminares para cada instituição a partir de julho de 2007, pois não localizamos qualquer instrumento oficial ou informal que relacionasse nominalmente os profissionais juntamente com a identificação das empresas onde laboram. No contato telefônico feito com as IES, tivemos o cuidado de nos dirigir ao responsável pela biblioteca, com o intuito de apresentar as características e objetivos principais do então projeto de pesquisa e assegurar exatidão de dados requisitados, como nome dos bibliotecários, horários de funcionamento do setor, bem como a vontade e disponibilidade do profissional em participar da investigação.

O formulário aplicado permitiu coletar dados e opiniões de 60 bibliotecários em suas próprias localidades de trabalho, sendo que dois componentes do universo não aceitaram participar da pesquisa, por razões não explicitadas pelos mesmos, além da vontade própria em não participar.

Estão descritas na Tabela 5 as IES privadas contatadas, segmentadas por ordem alfabética, com os respectivos indicadores quantitativos de bibliotecários identificados por contato telefônico com as instituições e de bibliotecários que se mostraram dispostos a participar da pesquisa.

É notório ao observar a Tabela 5 que não foram identificados bibliotecários atuando em 13 das 53 IES cadastradas no INEP, mesmo sendo requisito legal do MEC a presença de um bibliotecário na instituição para que seja conferida a autorização do pleno funcionamento de seus cursos.

O que também pudemos detectar é que algumas das IES utilizam nomes comerciais distintos, mas abrigam cursos numa mesma localidade, o que vem a acarretar a necessidade de implantação de apenas uma unidade de biblioteca, dispensando a contratação de um número maior de bibliotecários.

Tabela 5 – Relação das IES privadas (Salvador – BA) onde foram localizados os elementos do universo da pesquisa – maio 2008

(continua)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DA CIDADE DO SALVADOR (1)	QUANTIDADE DE BIBLIOTECÁRIOS IDENTIFICADOS (2)	QUANTIDADE DE BIBLIOTECÁRIOS ENTREVISTADOS (3)
Área1 - Faculdade de Ciência e Tecnologia – AREA1 (4)	1	1
Centro Universitário da Bahia - FIB	4	4
Escola Bahiana de Administração - EBA	1	1
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública - EBMSP	2	2
Escola de Engenharia de Agrimensura - EEA	1	1
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Salvador - FACOC SALVADOR	1	1
Escola Superior de Estatística da Bahia - ESEB	-	-
Faculdade Amec Trabuco - Amec	-	-
Faculdade Baiana de Ciências Contábeis - FABAC	1	1
Faculdade Baiana de Direito e Gestão -	1	1
Faculdade Batista Brasileira - FBB	1	1
Faculdade Castro Alves - FCA	1	1
Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia - FACCEBA	1	1
Faculdade Cidade do Salvador - FCS	1	1
Faculdade da Bahia - FAB	-	-
Faculdade de Artes, Ciências e Tecnologias - FACET	1	1
Faculdade de Ciências Contábeis - FACIC	1	1
Faculdade de Ciências da Bahia - Faciba - FACIBA	-	-
Faculdade de Ciências Gerenciais da Bahia - UNICENID	1	1
Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC SALVADOR	6	6
Faculdade de Tecnologia Empresarial - FTE (4)	-	-
Faculdade de Tecnologia Senai Cimatec – SENAI CIMATEC	2	2
Faculdade Delta - FacDelta	1	1
Faculdade Dois de Julho – F2J	2	2
Faculdade Dom Pedro II - FDP II	-	-
Faculdade Einstein	-	-
Faculdade Evangélica de Salvador - FACESA	1	1
Faculdade Hélio Rocha - FHR	2	2
Faculdade Isaac Newton - ISAACNEWTON	1	1
Faculdade Jorge Amado - FJA	1	1
Faculdade Montessoriano de Salvador - FAMA	1	1
Faculdade Parque - FAP	1	-
Faculdade Pensar - FP	-	-
Faculdade Regional da Bahia - FARB	1	1
Faculdade Ruy Barbosa de Administração e de Direito - FRBA (5)	1	1
Faculdade Ruy Barbosa de Ciência da Computação - FRBCC (5)	-	-
Faculdade Ruy Barbosa de Psicologia - FRBPSIC (5)	-	-

Tabela 5 – Relação das IES privadas (Salvador – BA) onde foram localizados os elementos do universo da pesquisa – maio 2008

(conclusão)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DA CIDADE DO SALVADOR (1)	QUANTIDADE DE BIBLIOTECÁRIOS IDENTIFICADOS (2)	QUANTIDADE DE BIBLIOTECÁRIOS ENTREVISTADOS (3)
Faculdade Ruy Barbosa de Tecnologia em Processamento de Dados - FRBTPD (5)	-	-
Faculdade São Bento da Bahia - FSBB	1	1
Faculdade São Camilo	1	1
Faculdade São Salvador - FSS	1	1
Faculdade São Tomaz de Aquino - FSTA	1	1
Faculdade Social da Bahia - FSBA	2	2
Faculdade Vasco da Gama - FCCB	1	1
Faculdade Visconde de Cairú - FAVIC	1	1
Faculdades Integradas Olga Mettig - FAMETTIG	1	1
Instituto Baiano de Ensino Superior - IBES	1	1
Instituto de Educação e Tecnologias - INET	2	2
Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador - IESUS	1	-
Instituto Salvador de Ensino e Cultura - ISEC	-	-
Instituto Superior de Educação Ocidemnte - Ocidemnte	-	-
Universidade Católica do Salvador - UCSAL	4	3
Universidade Salvador - UNIFACS	7	7
TOTAL GERAL	62	60

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Cadastro das Instituições de Ensino Superior, 2008.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

- (1) Inclui IES figuradas na fonte acima citada. Foram consideradas as IES cadastradas no site do INEP até 14 de maio de 2008.
- (2) A quantidade de bibliotecários identificados foi calculada baseada em contato telefônico com as IES.
- (3) A quantidade de bibliotecários entrevistados foi determinada pela pesquisa de campo.
- (4) No período de coleta de dados, a Faculdade de Tecnologia Empresarial encontrava-se agregada no mesmo prédio da Faculdade de Ciência e Tecnologia Área 1.
- (5) No período de coleta de dados, todos os cursos da graduação da Faculdade Ruy Barbosa encontravam-se funcionando no mesmo prédio.

Encaminhamos aos bibliotecários uma Carta de Apresentação da pesquisa (Apêndice A), cujo conteúdo descreve o motivo e os objetivos da pesquisa, bem como a duração estimada para que eles respondessem todos os itens. Além da Carta de Apresentação, solicitamos assinatura dos respondentes em Termo de Autorização de coleta de dados (Apêndice B).

Feito isso, tratamos de delinear um roteiro que facilitasse nosso deslocamento pelas diversas zonas da cidade do Salvador, onde estão situadas as IES, agrupando-as em bairros limítrofes.

Produzido o plano de visitas às IES, tendo como principal objetivo ter êxito em conseguir nos encaminhar ao maior número de instituições em menor tempo possível, um novo ciclo de ligações telefônicas foi realizado, efetivando a marcação de horários para nossas entrevistas aos bibliotecários, que mostraram-se, em sua maioria, dispostos a colaborar.

Ressaltamos que devido à grande variação dos horários de trabalho dos bibliotecários, muitas vezes não conseguíamos encontrá-los, provocando a necessidade de novos contatos, certas vezes por correio eletrônico, até que cumpríssemos nosso intento.

5.5 O PRÉ-TESTE

Depois de determinada a metodologia da pesquisa e, conseqüentemente, todo seu aparato teórico e material, restava a aplicação do pré-teste, que consiste, segundo Marconi e Lakatos (2005) na atividade de aplicação do instrumento de coleta de dados junto à uma amostra reduzida da população estudada, para avaliação das reações dos entrevistados às questões formuladas, inconsistências na redação, propensões a interpretações tendenciosas etc. Para as autoras o pré-teste deve apresentar os seguintes elementos:

fidedignidade – isto é, obter-se-ão sempre os mesmo [sic] resultados, independentemente da pessoa que o aplica?

validade – os dados obtidos são todos necessários à pesquisa? Nenhum fato, dado ou fenômeno foi deixado de lado na coleta?

operatividade – o vocabulário é acessível a todos os entrevistados, e o significado das questões é claro? (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 230, grifos dos autores).

Seguindo tais recomendações, selecionamos uma amostra para o pré-teste com características semelhantes às do universo da pesquisa, pois não poderíamos contar com a participação de amostra do próprio universo, já que segundo a literatura, isto pode acarretar ‘contaminação’, ou seja, não deveríamos entrevistar pessoas que configurassem no universo, pois existe o provável prejuízo à pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Dessa forma, convidamos o correspondente a 10% do universo, seis bibliotecários recém-formados no semestre de 2007.1 na UFBA, com experiência em biblioteca universitária, devida a estágio obrigatório da graduação. Nesse ínterim, o formulário submetido recebeu críticas necessárias para seu aprimoramento quanto à clareza, algumas questões foram desprezadas, e o pesquisador pôde se preparar no sentido de uma postura mais segura para sua função.

O processo de coleta de dados foi estimado em 20 minutos de duração, individualmente, segundo a média do espaço de tempo, devidamente cronometrado, necessário para exposição de perguntas, pelo entrevistador, e declaração de respostas, pelo entrevistado.

De forma curiosa, ao analisarmos os resultados obtidos no pré-teste identificamos analogia com os números provenientes das respostas do universo pesquisado, com exceção de questões muito específicas dos bibliotecários de IES, como características de sistemas informatizados adotados ou bases de dados utilizadas.

Depois de aplicado o instrumento de coleta de dados, os resultados da pesquisa foram organizados paulatinamente e analisados à luz do nosso arcabouço teórico e metodológico.

Assim, no próximo capítulo, apresentamos os resultados obtidos pela organização das impressões que os bibliotecários de bibliotecas universitárias de IES privadas possuem sobre o uso das tecnologias, buscando entender as relações que possibilitam a ampliação do alcance social do seu próprio processo de AI.

6 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo da dissertação reunimos os resultados da pesquisa, os quais denotam nosso esforço de convergência entre rede conceitual e rigor metodológico.

Lembramos que o nosso problema de pesquisa interroga a importância do uso das tecnologias como ferramentas de acesso a conteúdos informacionais visando ao desenvolvimento do processo de AI. Para deslindar o problema proposto, buscamos entender como se caracteriza a relação que o bibliotecário atuante em IES privadas mantém com as tecnologias e como essa vivência interfere no desenvolvimento de sua própria AI.

Como forma de planejamento para o pleno alcance de objetivos e cumprimento de prazos estabelecidos pela jornada do curso de mestrado, decidimos, na fase de projeto da pesquisa, dar prosseguimento ao nosso intento pela seguinte sequência de trabalho: execução da coleta de dados, processamento, análise e revisão do trabalho.

Tivemos a preocupação de intensificar a pesquisa de campo para que houvesse tempo suficiente para realizar as análises devidas dos dados coletados. Nossa intenção, desde esta fase, era aplicar com máxima correção as relativamente simples técnicas de pesquisa escolhidas, para que depois pudéssemos investir o tempo necessário em análises complexas dos resultados. Como exemplo dessa diligência, entrevistamos uma média de 2,3 respondentes por dia, durante 26 dias úteis de atividade em campo, verdadeiramente exaustivos, ou seja, foram 60 formulários aplicados em 26 dias, sendo visitadas 53 IES privadas.

6.1 PERFIL DO UNIVERSO PESQUISADO

Nesta subseção, trazemos os resultados que descrevem as características demográficas mais gerais dos bibliotecários atuantes em bibliotecas do segmento privado de ensino superior. Fazem parte desse delineamento, respostas a itens como idade, sexo, formação acadêmica, período médio de tempo para conclusão do curso de Biblioteconomia e de ofício na IES.

Visualizamos na Tabela 6 que o sexo feminino predomina, confirmando a tradição do perfil comum da profissão, como amplamente exercida por mulheres. Encontramos 49 mulheres (82%) e 11 homens (18%).

Tabela 6 - Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por sexo

Sexo	(n)	(%)
Feminino	49	82
Masculino	11	18

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

De acordo com a Tabela 7, a soma de 30 bibliotecários (50%) encontra-se na faixa etária entre 30 e 39 anos. Aqueles situados na faixa entre 50 ou mais são minoria, constituindo 12% do universo.

Tabela 7 - Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por faixa etária

Idade	(n)	(%)
25 a 29	9	15
30 a 39	30	50
40 a 49	14	23
50 ou mais	7	12
Total	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

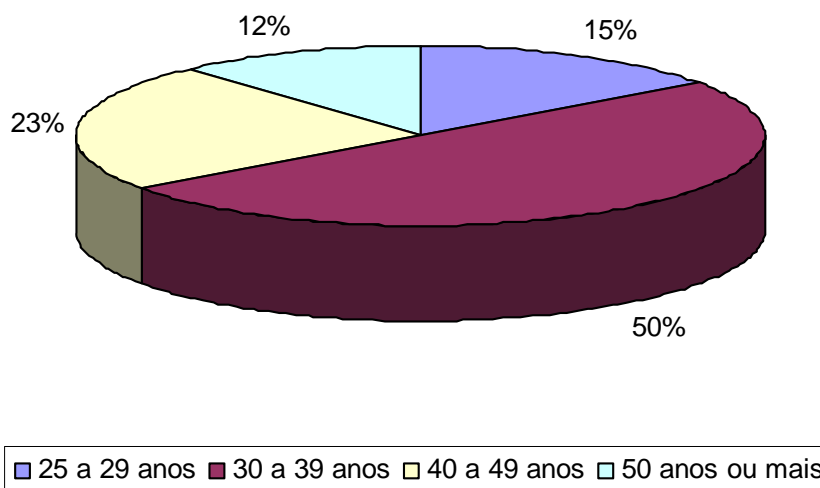


Gráfico 1 – Idade dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA)

Na Tabela 8, cruzamos as variáveis referentes a sexo e idade, consolidando a indicação da média de 37,8 anos entre os homens e mulheres. A idade mínima encontrada foi a de 25 anos e a máxima é de 60 anos.

Tabela 8 - Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por idade e por sexo

Idade	Masculino	Feminino	Total
Média (\pm desvio padrão)	38,5(\pm 9,6)	37,7 (\pm 8,5)	37,8 (\pm 8,6)
Máxima	59	60	60
Mínima	28	25	25

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

No Estado da Bahia, o único curso de Biblioteconomia existente até então é o do ICI da UFBA¹⁷. Por essa razão, a quase totalidade dos investigados, 58 bibliotecários (97%), provêm dessa universidade, pelo observado na Tabela 9.

Tabela 9 - Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por Instituição da graduação

Instituição da graduação	(n)	(%)
UFBA	58	97
Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (FATEA – USC, Lorena – SP)	2	3
Total	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Conforme a Tabela 10, a formação no curso de Biblioteconomia se dá em média em cinco anos (\pm 1,7 anos), o que significa ultrapassar o período mínimo instituído na UFBA, atualmente, para conclusão da graduação nesse curso, ou seja, oito semestres.

Ao observarmos o máximo e o mínimo de anos dedicados para formação universitária, encontramos um elemento do universo que a concluiu em apenas dois anos de curso, na FATEA (cidade de Lorena, São Paulo), enquanto outro indivíduo obteve seu título de bacharel em 13 anos de vínculo com a UFBA.

Identificamos na pesquisa que o universo investigado possui em média 4,7 anos (\pm 4,4) de prática biblioteconômica na IES. Esta média é explicável quando consideramos que as IES instaladas na capital baiana têm pouco tempo de existência, devido à flexibilidade

¹⁷ Curso reconhecido pelo Decreto n.º 43/804 de 23/05/1958. Base Legal: Resolução n.º 08/82 do CFE, segundo registro no sítio do ICI: <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/ICI/Biblioteconomia>>. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008).

conferida pela LDB (1996) para instalação deste tipo de instituição. A variação entre o tempo mínimo e o máximo de atuação se estabelece entre zero a 19 anos.

Tabela 10 – Distribuição de anos para formação pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) no curso de Biblioteconomia

Medidas	Anos para formação no curso de Biblioteconomia	Anos de atuação na IES
Média (\pm desvio padrão)	5,3 (\pm 1,7)	4,7 (\pm 4,4)
Máximo	13	19
Mínimo	2	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Ao interrogarmos há quanto anos se deu a formatura no curso de Biblioteconomia, descobrimos que 36 bibliotecários (60%) concluíram sua graduação em anos mais recentes, de 2000 à 2008, ou seja, no máximo há oito anos. Os que se formaram há até 38 anos perfazem uma minoria do nosso universo, pois identificamos apenas quatro profissionais (15%), conforme números configurados na Tabela 11 e no Gráfico 2. Encontramos coerência desse resultado com a constatação de que profissionais na faixa dos 50 ou mais anos são os menos encontrados (Tabela 7).

Tabela 11 - Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por ano de conclusão da graduação em Biblioteconomia

Ano de conclusão da graduação	(n)	(%)
1970 – 1979	4	7
1980 – 1989	5	8
1990 – 1999	15	25
2000 – 2008	36	60
Total	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

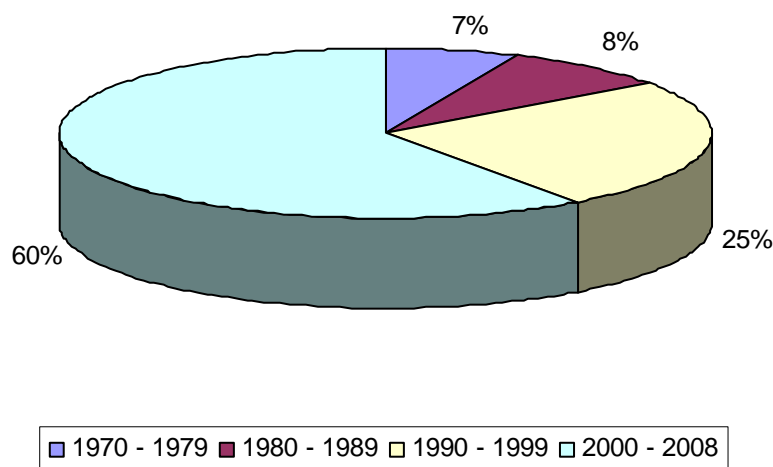


Gráfico 2 – Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por ano de conclusão da graduação em Biblioteconomia

Conforme a Tabela 12, vemos que 24 bibliotecários (40%) completaram cursos de pós-graduação, sendo 38% em cursos de especialização e 2% em curso de mestrado. Com isso, evidencia-se que estejam preocupados com a educação continuada.

Tabela 12 - Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) por formação acadêmica

Formação acadêmica	(n) (1)	(%) (1)
Bacharelado	60	100
Licenciatura	2	3
Especialização	23	38
Mestrado	1	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

(1) Os números absolutos e percentuais são superiores ao total, pois os respondentes podiam assinalar mais de uma opção na questão.

Entendemos ser importante analisarmos dados que caracterizam os bibliotecários, mesmo que aparentemente de forma mais superficial, para que possamos ter maior capacidade de identificar tendências e eventuais discrepâncias entre suas particularidades.

Observadas as frequências e médias dos dados coletados, podemos dizer que o perfil particular mais comum do agente da prática biblioteconômica no contexto da pesquisa é do sexo feminino, com 38 anos de idade, em média, formado pela UFBA, e com a média de cinco de anos de exercício profissional na IES.

6.2 CONDIÇÕES DE ACESSO A CONTEÚDOS INFORMACIONAIS PELO USO DE TECNOLOGIAS

Nesta etapa de nosso trabalho, explicitamos a incidência de respostas às questões relacionadas às condições objetivas que venham a interferir no acesso a conteúdos informacionais pelos indivíduos constituintes do universo da pesquisa no ambiente do trabalho.

Pelo observado na Tabela 13, constatamos que o grupo observado utiliza em média 6,7 horas ($\pm 2,1$) por dia o computador para executar suas funções. O máximo declarado de horas trabalhadas com o auxílio do computador foi de 12 horas por dia e o mínimo, duas horas por dia.

Tabela 13 - Distribuição de horas por dia utilizadas para o trabalho com o computador de bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA)

Medidas	Horas de trabalho com o computador por dia
Média (\pm desvio padrão)	6,7 ($\pm 2,1$)
Máximo	12
Mínimo	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Conforme Tabela 14, todos os 60 bibliotecários respondentes declaram ter acesso à internet no local de trabalho, sendo que 59 deles (98%) dizem utilizar banda larga, enquanto um único elemento (2%), a conexão discada¹⁸.

Tabela 14 - Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) com acesso à internet no local de trabalho

Tipo de rede de banda	(n)	(%)
Banda larga	59	98
Banda base (conexão discada)	1	2
Total	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

¹⁸ A rede de banda larga, também chamada de *broadband* ou *wideband*, “[...] é um método de comunicações análogas, caracterizado pelo fato de possuir uma banda de transmissão de grande largura. O sinal costuma ser dividido, ou multiplexado, de modo a propiciar vários canais de comunicações. [...] As comunicações com banda larga podem atingir grandes distâncias e velocidades extremamente altas. [...] Portanto, ela comporta comunicações de dados e de voz. (PFAFFENBERGER, 1992, p. 45-46).

Conhecida também como *baseband*, rede de banda-base, rede de banda básica, a conexão discada é uma técnica para transmissão de sinais sob forma de pulsos de corrente contínua, e não como sinais modulados. Toda a largura de banda do meio de transmissão é utilizada por cada sinal digital transmitido, de modo que os computadores ligados a uma rede de banda-base só podem transmitir quando o canal não está ocupado. (DYSON, 1995, p. 37).

Com relação aos sistemas informatizados específicos de bibliotecas utilizados pelas IES, listados na Tabela 15, distinguimos que a maior parte, 17 bibliotecas (26%), utiliza a marca Pergamum. Muito usado também é o Sagres, com 13 bibliotecas clientes (19%). Interessante notar que, mesmo com o funcionamento legalmente regulamentado, algumas das IES possuem bibliotecas que ainda funcionam sem sistema informatizado. Três bibliotecas (5%) catalogam seus acervos e propiciam a circulação de materiais em sistemas manuais. Outras três bibliotecas (5%) utilizam programas informáticos gerados pela própria IES, caracterizados como sistemas locais. Não foram encontradas IES que fizessem uso de versões gratuitas de *software* livre para bibliotecas.

Tabela 15 – Sistemas informatizados utilizados pelas bibliotecas das IES privadas (Salvador – BA)

Sistemas informatizados de gerenciamento de bibliotecas	(n) (1)	(%)(1)
Pergamum	17	26
Sagres	13	19
RM Biblios	5	8
PHL	5	7
Sib	4	6
Jaguar	4	6
Sistema Local (desenvolvido pela própria IES)	3	5
Probiblio	2	3
Sistema Aula	2	3
SEI	1	2
Kia	1	2
Calímaco	1	2
Bibliosoft	1	2
Alexandria	1	2
Mestre Ágil	1	2
Nenhum	3	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

(1) Os números e percentuais são superiores ao total, pois os respondentes podiam descrever mais de uma opção na questão.

Ao investigar se os componentes do universo pesquisado tinham participação na ‘customização’¹⁹ do sistema informatizado adotado pela biblioteca, identificamos que 48 dos interrogados (80%) possuem tal prerrogativa, pois são autorizados a intervir nas

¹⁹ A origem do termo ‘customizar’ está no adjetivo da língua inglesa corrente nos Estados Unidos, *custom*, que significa feito sob medida ou por encomenda (HOUAISS, 1982). Apesar de ainda não encontrar-se dicionarizado em língua portuguesa, é amplamente empregado na linguagem coloquial para designar a possibilidade de adaptação de uso de um produto ou processo de acordo com as necessidades específicas da empresa ou cliente.

características do desenvolvimento e funcionamento de determinado *software*, conforme indicamos na Tabela 16.

Tabela 16 - Distribuição dos bibliotecários de IES privadas (Salvador – BA) que têm participação na ‘customização’ do sistema informatizado utilizado na Biblioteca

Tem participação na ‘customização’ do sistema adotado pela Biblioteca?	(n)	(%)
Sim	48	80
Não	12	20
Total	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Quando inquirimos aos bibliotecários sobre a existência de convênios institucionais com bases de dados bibliográficos e/ou portal de periódicos, identificamos que 38 desses profissionais (63%) dizem ter acesso a esses recursos. Os que afirmam não contar com tal possibilidade de acesso a conteúdos informacionais perfazem 22 indivíduos (37%), pelo observado na Tabela 17.

Tabela 17 - Distribuição dos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) que têm acesso a bases de dados bibliográficos e/ou portal de periódicos devido a convênios institucionais

Tem acesso a bases de dados/portal de periódicos?	(n)	(%)
Sim	38	63
Não	22	37
Total	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

Foi nosso interesse conhecer quais as bases de dados e portais de periódicos acessíveis por intermédio da biblioteca. A mais mencionada foi a base de dados EBSCO, com dez citações (22%). As menos verificadas foram a Pubmed, DotLib, INEP, Periódico LIS.JUS, IOB *Online*, ColecionaSUS, indicadas cada uma por um bibliotecário (Tabela 18). Sabemos que entre as bases e portais citados estão produtos de acesso livre, mas a maioria é realmente paga pelas instituições por meio de convênios/contratos.

Tabela 18 – Bases de dados e portais de periódicos citados como indicados para usuários das Bibliotecas das IES privadas (Salvador – BA)

Base de dados e/ou portal de periódicos	(n) (1)	(%) (1)
EBSCO	10	26,3
COMUT	8	21
Portal de Periódicos da CAPES	6	15,7
Portal Infotrac <i>One File</i>	4	10,5
Biblioteca Virtual de Saúde (BVS)	5	13,1
<i>Dialog</i>	3	7,8
Pearson	2	5,2
Portal ACM	2	5,2
Pubmed	1	2,6
DotLib	1	2,6
INEP	1	2,6
Periódico LIS.JUS	1	2,6
IOB <i>Online</i>	1	2,6
ColecionaSUS	1	2,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

(1) Os números e percentuais são superiores ao total, pois os respondentes podiam descrever mais de uma opção na questão.

Ao interrogar sobre os tipos de tecnologias considerados como úteis para o exercício da função, obtivemos os resultados expostos na Tabela 19.

Tabela 19 – Tipos de tecnologia considerados pelos bibliotecários de IES privadas (Salvador – BA) como úteis para sua função²⁰

Tipo de tecnologia	(continua)	
	(n) (1)	(%) (1)
Internet	60	100
Intranet	51	85
Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	47	78,3
Videoconferência	31	51,6
Cursos de Educação a Distância (EAD)	29	48,3
Comunidades virtuais	27	45
<i>Software</i> de código aberto	21	35
Ferramentas eletrônicas sociais (<i>Blogs, wikis, Orkut, etc.</i>)	20	33,3
<i>Workflow</i>	18	30
<i>Wireles</i>	15	25
Outros tipos	13	21,6
<i>Streaming Media (You Tube, Podcasting)</i>	10	16,6
Extranet	8	13,3
<i>Groupware</i>	8	13,3

²⁰ Para saber mais sobre a o funcionamento e utilidade no âmbito da atividade em bibliotecas universitárias de alguns dos tipos de tecnologias digitais citados nominalmente nesta tabela, consultar Duarte *et al* (2006), Rios (2007), entre outros autores.

Tabela 19 – Tipos de tecnologia considerados pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA) como úteis para sua função²¹

Tipo de tecnologia	(conclusão)	
	(n) (1)	(%) (1)
<i>Catalog Overlays (Endeca e AquaBrowser)</i>	6	10
<i>Data Warehouse</i>	3	5
<i>Second Life</i>	2	3,3
<i>Cloud Architecture (Folksonomias, Tag Clouds)</i>	2	3,3
<i>Connotea</i>	1	1,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

(1) Os números absolutos e percentuais são superiores ao total, pois os respondentes podiam assinalar mais de uma opção na questão.

Percebemos que o grupo de profissionais pesquisado revela ter condições semelhantes de acesso a conteúdos informacionais pelo uso de tecnologias. A maioria diz trabalhar bastante com a ferramenta computacional, ter meios para se conectar à internet, gerencia de forma abrangente sistemas de informatizados, tem possibilidades de recuperação de conteúdos através de bases bastante conceituadas no âmbito acadêmico, além de privilegiar a utilidade de uma variada gama de tipos de tecnologia para o exercício do seu papel profissional.

6.3 PERCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS SOBRE O SEU PRÓPRIO USO DA TECNOLOGIA

Esclarecemos que os parâmetros utilizados para entender a relação entre o uso das tecnologias e a AI detêm-se na visão que os bibliotecários têm da sua prática baseada no uso da tecnologia e na importância atribuída a estes instrumentos. Mais do que a averiguação das habilidades sobre os usos de *software*, *hardware* ou da internet, as questões buscaram detectar como o profissional se coloca frente à tecnologia.

Na Tabela 20, é possível observar como o bibliotecário percebe a si próprio num contexto integrado com as tecnologias.

Pelos resultados obtidos e demonstrados na Tabela 20, 88% dos pesquisados concordam que o bibliotecário está atento aos produtos tecnológicos que possibilitam o acesso a conteúdos informacionais.

²¹ Para saber mais sobre a o funcionamento e utilidade no âmbito da atividade em bibliotecas universitárias de alguns dos tipos de tecnologias digitais citados nominalmente nesta tabela, consultar Duarte *et al* (2006), Rios (2007), entre outros autores.

Os bibliotecários que discordam que o desenvolvimento de ferramentas de automação de serviços e produtos de informação tende a diminuir a importância da profissão bibliotecária perfazem 95% da população estudada.

Vemos na Tabela 20 que 73% dos bibliotecários consideram que o trabalho que executam está baseado em suportes materiais diferentes do papel.

Quanto à formação universitária, os dados da tabela demonstram que 83% dos respondentes dizem que as disciplinas do curso de Biblioteconomia deveriam ser mais fortemente dirigidas ao aprendizado de tecnologias.

Uma porcentagem de 76,6% da população discorda da afirmação de que aprender a desenvolver sistemas de informação na graduação é mais importante que aprender a tratar e organizar conteúdos de informação.

A maioria (80%) discorda da afirmativa sobre a apreciação da baixa incidência de mudanças na unidade de informação em que atua.

Entre os profissionais, 85% discordam da afirmativa que diz que a internet diminui a necessidade de trabalho bibliotecário no atendimento às demandas dos usuários das bibliotecas.

Já no que diz respeito à importância dada ao recurso da internet como apoio para a realização de documentos administrativos, institucionais e/ou organizacionais, 82% dos pesquisados concordam que é valiosa.

Pelo resultado que descreve a percepção do profissional quanto à sua dificuldade nas buscas na internet, 76,5% revelam-se autônomos na tarefa de buscas informacionais baseadas na internet.

Uma grande maioria da população pesquisada (88%) reconhece o condicionamento que os impositivos tecnológicos trazem ao exercício profissional do mercado de trabalho. Este grande percentual concorda que o bibliotecário que deseja atuar deve adequar-se às tecnologias.

Tabela 20 – Sobre a função do bibliotecário com a tecnologia nas IES privadas (Salvador – BA)

SENTENÇAS	OPINIÕES (%)							Total (%)
	Discordo plenamente	Discordo muito	Discordo levemente	Não concordo, nem concordo	Concordo levemente	Concordo muito	Concordo plenamente	
O bibliotecário está atento aos produtos tecnológicos que possibilitam o acesso a conteúdos informacionais	-	-	6,7	5	30	35	23,3	100
O desenvolvimento de ferramentas de automação de serviços e produtos de informação tende a diminuir a importância da profissão bibliotecária	65	20	10	1,7	-	1,7	1,7	100
As disciplinas do curso de Biblioteconomia deveriam ser mais fortemente dirigidas ao aprendizado de tecnologias	-	5	6,7	1,7	11,7	23,3	51,7	100
Aprender a desenvolver sistemas de informação na graduação é mais importante que aprender a tratar e organizar conteúdos de informação	18,3	23,3	33,3	10	11,7	3,3	-	100
Um dos fatores que mais aprecio na unidade de informação na qual trabalho é que ela muda pouco ao longo do tempo	38,3	31,7	10	5	8,3	5	1,7	100
A internet diminui a necessidade de trabalho bibliotecário no atendimento às demandas dos usuários	58,3	18,3	8,3	3,3	8,3	3,3	-	100
A internet é valiosa como apoio para a elaboração de documentos administrativos, institucionais e/ou organizacionais	5	3,3	5	5	35	20	26,7	100
Enfrento dificuldades ao realizar buscas na internet	41,7	23,3	11,7	3,3	16,7	3,3	-	100
O bibliotecário que não se adequa aos impositivos tecnológicos está fora do mercado de trabalho	1,7	-	8,3	1,7	20	26,7	41,7	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

6.4 CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E RESPONSABILIDADES NO USO DA TECNOLOGIA PELOS BIBLIOTECÁRIOS

Na Tabela 21, são relacionados os resultados das respostas às sentenças que buscam investigar os conhecimentos, capacidades e responsabilidade no uso das tecnologias.

A maioria dos profissionais pesquisados (77%) percebe-se como elemento-chave para a produção do conhecimento na instituição em que atua, enquanto 68% acreditam que a tecnologia é elemento-chave para o referido processo.

Os cursos de capacitação tecnológica são tidos como fundamentais para a formação do bibliotecário: 97% revelam a sua preocupação com esse tipo de educação, e 95% atribuem importância ao conhecimento de formatos bibliográficos para a atuação.

Tabela 21 - Conhecimentos, capacidades e responsabilidades no uso da tecnologia dos bibliotecários nas IES privadas (Salvador – BA)

SENTENÇAS	OPINIÕES (%)							Total (%)
	Discordo plenamente	Discordo muito	Discordo levemente	Não discordo, nem concordo	Concordo levemente	Concordo muito	Concordo plenamente	
O bibliotecário é elemento-chave para a produção do conhecimento na instituição em que atuo	5	5	8,3	5	21,7	20	35	100
A tecnologia é elemento-chave para a produção do conhecimento na instituição em que atuo	6,7	3,3	11,7	10	18,3	26,7	23,3	100
É fundamental para o bibliotecário freqüentar com regularidade cursos de capacitação tecnológica	-	-	33	-	11,7	10	75	100
O conhecimento sobre os principais formatos bibliográficos influencia na minha atuação como profissional	-	3,3	1,7	-	16,7	25	53,3	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

6.5 ATIVIDADES DE AQUISIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS UTILIZANDO A TECNOLOGIA

Na Tabela 22, apresentamos os resultados quanto às opiniões sobre as atividades de aquisição, organização, análise e avaliação de conteúdos informacionais utilizando a tecnologia.

O uso de estratégias de busca por conteúdos informacionais mostra-se fundamental para os bibliotecários. Tanto que 88% deles concordam sobre a importância dessa atividade. Ainda neste sentido, para 73% são vistas diferenças significativas entre motores de busca e diretórios disponibilizados na *web*.

Mostram-se relativamente equilibrados os resultados que traduzem as opiniões sobre a atribuição ao bibliotecário de construção de páginas *web*. Um percentual de 45% concorda que é uma habilidade requerida ao bibliotecário e 38,4% diz não ser da alçada do bibliotecário a atividade com a *web*.

Tutoriais e módulos de orientação em formato *web* são produtos que o bibliotecário costuma utilizar, segundo 56,6% dos pesquisados. Faz parte das atribuições dos bibliotecários a disponibilização de relatórios estatísticos com fórmulas e funções de planilhas de cálculo para 82% dos participantes.

Tabela 22 - Aquisição, organização, análise e avaliação de conteúdos informacionais utilizando as tecnologias pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA)

SENTENÇAS	OPINIÕES (%)							Total (%)
	Discordo plenamente	Discordo muito	Discordo levemente	Não discordo, nem concordo	Concordo levemente	Concordo muito	Concordo plenamente	
A utilização de truncamento e operadores lógicos booleanos (AND, OR, NOT) é fundamental na busca de conteúdos informacionais	1,7	1,7	8,3	-	13,3	30	45	100
Os motores de busca e diretórios das páginas <i>web</i> possuem diferenças significativas	1,7	1,7	3,3	20	41,7	21,7	10	100
A construção de páginas <i>web</i> faz parte das habilidades requeridas para o bibliotecário	8,3	13,3	23,3	16,7	26,7	5	6,7	100
Tutoriais e módulos de orientação ou treinamento em formato <i>web</i> são produtos que o bibliotecário costuma utilizar	6,7	6,7	16,7	13,3	28,3	20	8,3	100
Faz parte das atribuições do bibliotecário disponibilizar relatórios estatísticos com fórmulas e funções de planilhas de cálculo	6,7	1,7	5	5	26,7	15	40	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

6.6 USO DA TECNOLOGIA PARA COMUNICAÇÃO EFICAZ, SOLUÇÃO DE PROBLEMAS E EXPRESSÃO DA CRIATIVIDADE INDIVIDUAL

Com os resultados expostos na Tabela 23, pretendemos entender a utilização da tecnologia para comunicação eficaz, solução de problemas e expressão da criatividade individual.

Pelo menos 90% das opiniões concordam que o bibliotecário sabe realizar apresentações eletrônicas em *slides*; comunicam-se frequentemente por *email* com vistas a apoiar suas atividades profissionais e atender necessidades informacionais dos usuários; representam a informação através de documentos que incorporam imagens, tabelas e gráficos; e que a biblioteca deve ser um setor que trabalhe com serviços e produtos eletrônicos.

Tabela 23 – Utilização da tecnologia para comunicação eficaz, solução de problemas e expressão da criatividade individual pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA)

SENTENÇA	OPINIÕES (%)							Total (%)
	Discordo plenamente	Discordo muito	Discordo levemente	Não discordo, nem concordo	Concordo levemente	Concordo muito	Concordo plenamente	
O bibliotecário deve saber construir trabalhos com apresentações eletrônicas em <i>slides</i>	3,3	-	-	-	10	21,7	65	100
Já está dentro da rotina do bibliotecário se comunicar por <i>email</i> com vistas a apoiar suas atividades profissionais e atender necessidades informacionais dos usuários	-	-	-	-	-	6,7	93,3	100
A realização de produtos com a incorporação de imagens, tabelas e gráficos é prática constante na atividade bibliotecária	3,3	-	6,7	-	31,7	15	43,3	100
As demandas informacionais de usuários devem ser atendidas pela biblioteca com serviços e produtos eletrônicos	-	1,7	3,3	3,3	31,7	16,7	43,3	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

6.7 PAPEL DA TECNOLOGIA E APLICAÇÃO DAS NORMAS ÉTICAS E JURÍDICAS EM SEU USO

Os dados da Tabela 24 visam a detectar, numa visão mais geral, a importância concedida ao papel da tecnologia. Com os dados coletados, foi possível inferir como as normas éticas e jurídicas em ambientes digitais estão sendo valorizadas na área bibliotecária.

Os resultados vistos na Tabela 24 sugerem que o bibliotecário não considera a automação dos processos como fator de dificuldade no mercado de trabalho, pois 78,3% dos observados não concordam com essa afirmação. Em oposição a este dado, detectamos que 80% das pessoas imputam um valor condicionante à tecnologia quando se relaciona com o trabalho do homem.

O total de 98% da população pesquisada concorda que conhecer as implicações éticas e jurídicas de ações que desrespeitem a propriedade intelectual em meios digitais é importante para o bibliotecário.

Tabela 24 - Papel da tecnologia e aplicação das normas éticas e jurídicas em seu uso pelos bibliotecários das IES privadas (Salvador – BA)

SENTENÇA	OPINIÕES							Total (%)
	Discordo plenamente	Discordo muito	Discordo levemente	Não discordo, nem concordo	Concordo levemente	Concordo muito	Concordo plenamente	
O mercado de trabalho bibliotecário se tornará cada vez mais difícil em consequência da automação dos processos	16,7	23,3	8,3	3,3	13,3	1,7	3,3	100
As tecnologias condizionarão cada vez mais o trabalho do homem	3,3	5	6,7	5	16,7	35	28,3	100
Conhecer as implicações éticas e jurídicas de ações que desrespeitem a propriedade intelectual em meios digitais é importante para o bibliotecário	-	-	-	1,7	-	10	88,3	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

No capítulo que se segue, trataremos de analisar os fatores contextuais e características da prática e da formação do bibliotecário que contribuem para as impressões que este profissional possui sobre o uso da tecnologia, na qual projetamos o sentido de instrumento de mediação para avanço no estágio da AI.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em todas as formas de atividade humana o emprego da técnica mostra-se indispensável. Na sociedade atual, caracterizada pela interação humana alicerçada pela estrutura das redes informáticas, presenciamos a transformação de papéis sociais, fato este que afeta diretamente os perfis profissionais. Tais mudanças implicam na reconstrução de práticas e pensamentos que visem ao aprimoramento da capacidade crítica dos indivíduos frente às possibilidades de transformação qualitativa de suas realidades.

Salientamos que até o final da pesquisa, não localizamos conteúdos informacionais que adotassem inequivocamente a perspectiva dialética para análise do tema de nossa pesquisa. Do ponto de vista prático e teórico, nossos esforços para uma compreensão dialética da AI, um tanto quanto distinta das encontradas na literatura da área da CI, são trabalhosos, mas muito recompensadores, por exigirem a consideração das contradições inerentes às condições materiais que circundam e influenciam diretamente no pensamento e comportamento dos nossos entrevistados, ao mesmo tempo em que possibilitam vislumbrar possibilidades de transformação social.

O ponto seminal de nossa atividade durante a pesquisa refere-se à busca da compreensão sobre como os bibliotecários entendem a realidade com a tecnologia digital, já que passam por diversas pressões, as quais exercem influência diária em suas ações. Nessa perspectiva, mostra-se interessante que a sua atividade esteja embasada no seu posicionamento aberto a soluções criativas, de modo a incentivar em seu meio social o uso da criatividade para que suas ações ressoem nas transformações vivenciadas. Por isso, a AI deve ser tratada como uma produção social, construída por pessoas que vivem em determinados contextos históricos e sociais, com uma proposta de conteúdo que tenha uma intervenção a partir do que está sendo vivido, pensado e realizado pelas pessoas.

Para consecução das análises contidas neste capítulo, partimos do relato circunstanciado realizado pelo universo abordado, para então buscar a crítica dos fatores contextuais e características da prática e da formação do bibliotecário, os quais buscam contribuir para o aprimoramento da reflexão do nosso tema.

Conduzimos nossas análises pela aplicação do conjunto metodológico que se refere ao uso da abordagem dialética materialista, dos procedimentos monográfico, histórico e estatístico, bem como das técnicas de documentação indireta, pela pesquisa bibliográfica, e

observação direta extensiva, pela aplicação de formulário, conforme pode ser conferido no Capítulo 5 deste trabalho.

Nossa estratégia de análise, coerente com os pressupostos da dialética materialista, busca a identificação e compreensão dos processos e produtos tecnológicos presentes no exercício da profissão, conforme especificamos nos nossos objetivos específicos. São eles:

- a) identificar como a tecnologia é compreendida e utilizada pelo bibliotecário;
- b) analisar a influência do uso e da compreensão da tecnologia pelo bibliotecário no desenvolvimento da sua própria AI;
- c) entender como o bibliotecário percebe a sua práxis, no sentido das possibilidades de transformação social, quando associada às tecnologias digitais.

Pelo exposto, constatamos que os locais nos quais os bibliotecários trabalham são descritos pelos mesmos como ricos de possibilidades de acesso a conteúdos informacionais por meio da tecnologia, tanto que são quase unânimes em afirmar a veracidade do processo de mudança inerente às unidades de informação em que atuam. Tamanha mudança pode ser evidenciada pela impressão que os profissionais têm de que os artefatos informacionais materializados em papel não são prioridade para o desempenho das suas funções.

Em razão da ampla condição de acesso à internet dos profissionais bibliotecários nas IES, constatamos que atualmente ela se estabelece como um canal de conectividade trivial no seu cotidiano.

Certamente, a necessidade que tem a instituição de atender às recomendações do MEC, constantes nos instrumentos para avaliação institucional, credenciamento, autorização e reconhecimento de cursos, que dizem respeito à condição de informatização do setor e acesso à internet para uma avaliação bem pontuada, são muito importantes para tal situação.

Há certo equilíbrio quanto à possibilidade de acesso a conteúdos informacionais por intermédio das ferramentas tecnológicas. A maioria utiliza os mesmos recursos, os mesmos *software*, fontes de dados semelhantes.

Mais uma vez, atribuímos essa conformidade de realidades às diretrizes instituídas pelos instrumentos fornecidos pelo Governo Federal, que obrigam as IES a respeitarem um determinado montante de equipamentos e configurações espaciais, no que diz respeito à biblioteca. O MEC passa a predizer as metas, ações, procedimentos e resultados necessários à uma atuação bem avaliada perante às representações de necessidades da sociedade relativas às condições de ensino superior.

Em resposta ao nosso interesse, a maioria dos componentes do universo inquirido afirma que a necessidade do trabalho bibliotecário no atendimento às demandas dos usuários permanece preservada, mesmo com a disponibilidade da internet, ou seja, entendemos que o advento da rede mundial de computadores não a desobrigou de tarefas rotineiras. Fundamental ratificar que a internet é um canal de comunicação que redimensiona a criatividade humana e que as bibliotecas universitárias brasileiras dificilmente já estiveram num estágio tão elaborado de informatização de produtos e serviços. Dessa forma, a variedade de bases de dados bibliográficas à disposição e a diversidade de tipos de tecnologias descritas como úteis para a profissão, não são vistos como meios que deixem os bibliotecários mais liberados para atividades diferenciadas.

Tornou-se nítido o reconhecimento de que o instrumental tecnológico se consolida como fundamental para a manutenção das atribuições de gestão que são exercidas no contexto das bibliotecas das IES privadas, pois distinguimos que a importância da internet é aumentada quando apóia a realização de documentos administrativos, institucionais e/ou organizacionais. O benefício trazido pela internet, neste caso, se revela mais individual do que coletivo.

O bibliotecário avalia que seu trabalho continua necessário num ambiente no qual as tecnologias digitais se mostram fundamentais; avalia também que tem facilidade em suas buscas por conteúdos informacionais baseadas na internet. Existindo uma desenvoltura no processo de busca por conteúdos na internet, poderiam ser pensadas e viabilizadas maneiras de instrução aos usuários para obtenção de melhores estratégias de localização de conteúdos que circulam no meio virtual.

Entendemos que a partir da consciência da sua identidade e de suas potencialidades nesse instigante cenário, surge a oportunidade de ampliação social da AI, pois se os bibliotecários estão habilitados efetivamente a recuperar conteúdos informacionais pelo recurso à internet, interessante seria aplicarem seus conhecimentos com esta ferramenta em benefício de toda comunidade que atendem, não só para uso individual, fortalecendo, assim, a possibilidade de que a coletividade também se mostre autônoma e responsável pela construção do conhecimento.

Os profissionais em questão declaram-se habilitados a recuperar de forma precisa conteúdos informacionais pelo recurso à internet, ao mesmo tempo em que asseveram o desejo por uma formação universitária mais voltada para as tecnologias. Neste momento, depreendemos como o bibliotecário percebe-se à margem do processo de elaboração das ferramentas tecnológicas, já que mesmo considerando-se bem aparelhado para seu uso, não se afirma suficientemente preparado pela formação na graduação para lidar com elas. Tal

percepção é fortalecida quando a maioria dos respondentes assevera o requerimento de um curso de graduação com conteúdo mais tecnológico, e em outro ponto revela a preferência por disciplinas tradicionais da Biblioteconomia. Um dilema do bibliotecário é evidenciado, devido a tais constatações: mesmo identificando-se com uma formação mais tradicional na área da Biblioteconomia, voltada às práticas de seleção, aquisição, registro/tratamento técnico/indexação/classificação e disseminação, percebe-se exigido a sentir-se à vontade diante das inovações tecnológicas. Essas manifestações, aparentemente opostas, tanto podem revelar um descompasso entre o que se exige e o que realmente se deseja como satisfação proveniente da profissão, quanto denotar a demanda de reinvenção do emprego de técnicas específicas da Biblioteconomia pelo apoio das tecnologias digitais.

Fica patente a preocupação com o mercado profissional, que de forma premente requer uma formação universitária que se direcione a resultados imediatos. A resposta à exigência do mercado por capacitação tecnológica talvez seja dada pela alta incidência de profissionais que consideram fundamental esse tipo de conteúdo na sua formação.

As impressões da comunidade inquirida sobre as imposições dos empregadores por pessoal capacitado ao uso de tecnologias deixam transparecer o hiato que se estabelece entre formação acadêmica e mercado de trabalho. A questão da educação relacionada ao mundo do trabalho é desenvolvida com propriedade pela UNESCO:

[...] educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade. (DELORS *et al.*, 1998, p. 106).

Os bibliotecários discordam que o desenvolvimento de ferramentas de automação de serviços e produtos de informação tenda a diminuir a importância da profissão, não sendo visto como ameaça à profissão. Os mesmos respondentes consideram que aqueles bibliotecários desejosos de atuar no mercado de trabalho devem adequar-se aos impositivos tecnológicos.

Entendemos que se a importância atribuída à tecnologia significar uma condição de dependência passiva do profissional a esse instrumental, pode vir a inviabilizar-se a inspiração intelectual necessária para o a criação de novas técnicas, benfazejas ao processo da AI, pois tal postura demonstra a força de iniciativa do segmento sócio-profissional.

Presenciamos, pela análise das opiniões dadas, que a fabricação pela academia de um trabalhador para a tecnologia é privilegiada pelo mercado de trabalho, em detrimento da

fomentação da ideia de que o trabalhador possa desenvolver ferramentas apropriadas às suas próprias necessidades, por iniciativa criativa intrínseca.

Um dos fatores que pode estimular a apropriação das tecnologias para uma atividade criativa é a participação que os bibliotecários dizem possuir na ‘customização’ de seus sistemas informatizados. A possibilidade de ‘customização’ semeia a percepção de que as tradicionais técnicas biblioteconômicas têm condições de serem trabalhadas como aliadas às ferramentas tecnológicas, pois quando o sistema está aberto à reformulação, sua estrutura torna-se suscetível a adaptações que estejam atreladas às características de comportamento de uso e necessidades reais dos seus usuários.

As possibilidades que os espaços virtuais oferecem, de forma direta ou indireta, afetam vários aspectos da vida das pessoas, afinal as tecnologias digitais se constituem em potenciais ferramentas de apoio para superação de dificuldades de acesso a conteúdos informacionais, sejam elas distâncias físicas ou barreiras cronológicas. Essa transformação qualitativa no cotidiano intervém diretamente tanto nas atividades ligadas à produção material, quanto no trabalho baseado exclusivamente na capacidade intelectual.

Atividades ligadas à educação, como a bibliotecária, ampliam seus espaços de intervenção com a progressão qualitativa e quantitativa de tecnologias, pois o ambiente cultural e educativo da biblioteca é assegurado como base de formação e desenvolvimento de coleções que representam a diversificação de fontes de conhecimento humano. Em decorrência disso, as condições dadas do trabalho tornam-se passíveis de transformações, descortinando-se novas formas de desenvolvimento do processo denominado nesta pesquisa como informação (SILVA, 2006a, 2002).²²

Podemos afirmar que as tecnologias digitais podem contribuir para o aprimoramento e criação de estratégias de acesso a conteúdos informacionais, e conseqüentemente interferir nos afazeres dos bibliotecários, já que tais profissionais são identificados em ambientes propícios a esta finalidade criativa. Nesta perspectiva, a máxima utilização das tecnologias digitais passa a ser compreendida como uma opção para se consolidar a AI, pois quando o conteúdo informacional recuperado é contextualizado com as questões sociais e suas contradições, visando ao desenvolvimento integral do ser humano e sua inserção crítica no mundo em que vive, a informação como processo se intensifica. O que implica em utilizar não apenas a tecnologia, mas, sim, inovar as práticas bibliotecárias.

Nossa reflexão é suscitada por Vieira Pinto (2006, v.1, p. 173), que assevera

²² Reunimos esclarecimentos sobre o conceito de informação como processo no Capítulo 2 desta dissertação.

[...] pelas possibilidades oferecidas pelas transformações tecnológicas para o surgimento de mais autêntica consciência nas massas trabalhadoras, as invenções chegam a exercer função interveniente nas mudanças históricas qualitativas. Na verdade, a perturbação trazida ao sistema de relações humanas de produção gera as condições subjetivas para a superação das contradições sociais objetivas do momento.

Nesse sentido, faz-se necessário que a biblioteca abra-se para a utilização de tecnologias digitais a fim de inovar as formas de acesso a conteúdos informacionais e comunicação. Ademais, fazendo uso de tais ferramentas, os bibliotecários têm meios de desenvolver propostas de atuação alinhadas ao desenvolvimento da qualidade da AI da comunidade que atendem, ao contrário da manutenção da subordinação irrefletida a diretrizes de instrumentos avaliativos e que se mostram alinhadas com interesses que estão aquém de uma educação voltada para a crítica transformadora da sociedade.

Em nosso universo de pesquisa, identificamos que não há bibliotecas que façam uso de versões gratuitas de sistemas informatizados para bibliotecas, embora algumas tenham na IES um suporte para o desenvolvimento de um sistema local criado na instituição. Também foi consignado que nem todas as bibliotecas disponibilizam seus catálogos *on-line*, o que viabiliza o acesso do usuário aos registros catalogados pelo bibliotecário, proporcionando uma maior visibilidade do produto da sua realização técnica.

Com relação às bases de dados bibliográficos e portais de periódicos utilizados, identificamos que poucas são aquelas que se prevalecem da gratuidade que muitos sítios desta natureza oferecem. Exemplos de fontes de acesso livre muito requisitadas pela comunidade acadêmica, e não citadas pelos entrevistados é a base *Scientific Electronic Library Online – SciELO*²³, ou os repositórios digitais baseados em arquivos abertos de *eprints*²⁴, ou mesmo as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD), importantes canais agregadores da

²³ “SciELO - *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Especialmente desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e particularmente na América Latina e Caribe, o modelo proporciona uma solução eficiente para assegurar a visibilidade e o acesso universal a sua literatura científica, contribuindo para a superação do fenômeno conhecido como 'ciência perdida'. O Modelo SciELO contém ainda procedimentos integrados para medir o uso e o impacto dos periódicos científicos [...], produto da cooperação entre a FAPESP (<http://www.fapesp.br>) - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, BIREME (<http://www.bireme.br>) - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, instituições nacionais e internacionais relacionadas com a comunicação científica e editores científicos.” Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1>>. Acesso em 29 mar. 2009.

²⁴ Para saber mais sobre iniciativas de Acesso Livre a Informação Científica, recorrer a Moreno, Leite e Márdero Arellano (2006), e também a Marcondes e Sayão (2002).

produção científica nacional, cujo fomentador principal é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)²⁵.

São demonstradas preocupações quanto ao zelo por normas éticas e jurídicas em ambientes digitais pela utilização de conteúdos informacionais. O bibliotecário passa a tomar para si a responsabilidade de investir esforços em preservar a propriedade intelectual em meios digitais, tarefa que consideramos desnecessária, já que estamos num momento histórico no qual o compartilhamento de experiências e conhecimentos revela-se mais fundamental à existência do que o controle por direitos autorais.²⁶

Se nos detivermos nos tipos de tecnologia considerados pelos bibliotecários de IES privadas da cidade do Salvador como úteis para o exercício da função, vamos nos defrontar com muitas alternativas assinaladas.

As comunidades virtuais (CV) são vistas como úteis para um grande número de respondentes. Tal resultado nos remete às conclusões a que Szabó (2008) chegou quando investigou sobre como se desenvolvem e se disseminam as comunidades virtuais do ciberespaço. Com base na abordagem dialética materialista, o autor enfatiza que “[...] quando a agregação de indivíduos em CV é motivada por questões sociais, de saúde pública, distribuição de renda ou preservação ambiental, caracteriza-se o uso do ciberespaço por um movimento social transformador.” (SZABÓ, 2008, p. 109). Assim sendo, imaginamos que a interação sustentada pelas CV possa vir a participar na AI dos nossos pesquisados, pois corroboramos com a opinião de Martí Lahera (2007), que afirma que a AI é um processo que alude não somente à formação de valores, à aquisição de habilidades e conhecimentos, mas principalmente à preparação cidadã para o exercício de seus direitos, por meio da informação.

Durante todo o processo de pesquisa, trouxemos constantemente à memória que a prática se mostra capaz de ajustar, transformar, e até contradizer a teoria, permitindo sua evolução ou até mesmo sua reformulação, provocando um salto qualitativo do conhecimento humano (informação verbal)²⁷. Ao adotar essa perspectiva, nosso pensamento sobre a relação teoria – prática exerce sua função de forma um tanto quanto divergente de Demo (1995)

²⁵ Cf. <http://www.ibict.br>

²⁶ Entre os exemplos de iniciativas flexíveis para licença de uso da produção intelectual de autores estão projetos alternativos como o *Creative Commons*. Para conhecer mais profundamente o projeto *Creative Commons*, acessar <<http://www.creativecommons.org.br/>>.

²⁷ A reflexão marxiana sobre a capacidade e as possibilidades de reformulação da teoria a partir das ações práticas, e de sua observação, foi trazida pelo docente orientador desta dissertação, por ocasião da atividade concernente, em março de 2009.

quando afirma que “Toda prática apequena a teoria, pois não ultrapassa a condição histórica de uma versão dela” (DEMO, 1995, p. 101).

Para nós, à medida que nos aproximávamos da conclusão da investigação, com o suporte decisivo das sessões de orientação acadêmica, tornou-se cada vez mais concreta a impressão de que quanto mais e melhor aproveitados são os meios tecnológicos para a ação humana, melhor é desenvolvido o processo denominado nesta pesquisa como informação, colaborando para o aprimoramento da AI não só individual, mas do coletivo, por percebemos que a AI só se concretiza, objetivamente, pela intervenção social. Destarte, asseguramos que a AI, entendida como processo social, - ao lado de outras interpretações - tem condições de abarcar novos elementos, que podem revestir o conceito de aspectos qualitativamente originais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais o mundo vem passando ocasionam desafios à humanidade em vivenciar o que vem a ser chamada ‘sociedade da informação’. Sociedade onde as tecnologias digitais parecem se situar como inerentes a tais mudanças, figurando como elemento catalisador de ideias.

A área da CI, reconhecida como ciência social aplicada, vinculada desde a sua gênese às mudanças que acompanham as tecnologias, não deve abster-se de pensar as mediações envolvidas nas relações sociais que sustentam a evolução das possibilidades de novas intervenções no real.

Ao longo do percurso da pesquisa, intentamos nos apropriar de constructos teóricos que pudessem dar sustentação ao entendimento sobre a AI, dando ênfase à pertinência do conceito associado ao emprego de tecnologias digitais a partir da realidade dos profissionais bibliotecários que atuam em IES do segmento privado no município do Salvador, Bahia.

À medida que prosseguíamos com atividades de pesquisa bibliográfica e documental, como também com a aplicação de instrumento de coleta de dados, novos e renovados tipos de tecnologias eram lançados no mercado e inaugurados na *web*. Nesses momentos, pensávamos quão defasadas estariam as ferramentas nominalmente descritas nas páginas da dissertação. Talvez por essa razão não tenhamos nos preocupado em nos deter em descrever ou pormenorizar o funcionamento de tipos específicos de tecnologias importantes para a prática bibliotecária.

Nesse caminho, mostrou-se tentadora a adoção de concepções extremadas sobre as propriedades das tecnologias digitais. Se por um lado, localizamos autores distinguindo deslumbradamente sobre suas características inovadoras e revolucionárias, por outro, recuperamos apreensivos discursos sobre novos tipos de patologias e de exclusão social ocasionados pelo excesso e/ou pela privação do uso delas. Por essa razão, ao ancorarmos nosso pensamento em bases teóricas para conclusões coerentes com nossos objetivos de pesquisa, tivemos que reiterar o juízo sobre o nosso principal interesse, que se traduz no reconhecimento do papel que os conhecimentos tecnológicos e os objetos desempenham na atividade laboral diária do sujeito investigado, e como tais noções levam a produzir sua existência.

No ínterim que compreende as reflexões iniciais da pesquisa e as considerações que ora apresentamos, buscamos elucidações sobre as bases epistemológicas da CI, entre as quais

destacamos a questão da sua já bem discutida e pouco consensual propriedade interdisciplinar. Constatamos que as conexões entre as áreas do conhecimento fortalecem o potencial de realização científica da CI, pois estimulam a diversidade de pensamento e podem reverberar na qualidade das contribuições científicas.

Podemos afirmar que empreendemos a interdisciplinaridade ao buscar a totalidade das relações que fazem parte do cotidiano do bibliotecário, a partir da sua própria percepção a respeito do que produz com o auxílio das tecnologias digitais. Para tanto, perquirimos os mecanismos institucionais específicos e elementos sociais, linguísticos e educacionais que interferem nessa sua percepção da realidade.

Utilizamos o enfoque interdisciplinar ao buscar respostas em escritos de autores oriundos de áreas como a Filosofia, Educação, Comunicação, Informática, nos conduzindo ao vislumbre da AI como processo passível de ser desenvolvido em diferentes esferas de ação ou de pensamento, em lugares e tempos que estão além de uma única prática profissional.

Constatamos que um conceito como informação, tão central para a elucidação do nosso problema de pesquisa, pode ter várias representações e conotações condensadas em uma única palavra. Esse conceito confunde-se em discussões acerca da sociedade contemporânea e é ainda mais valorizado quando se realizam previsões sociológicas e filosóficas sobre o futuro. Isso porque as perspectivas para a sociedade atual e vindoura apontam a informação como o pilar que alicerça os ideais de benefício coletivo.

Ao coadunar nossos objetivos à lógica dialética, recorreremos à proposta de compreensão do conceito de informação como processo, independente de configurar-se como registro, pois importa-nos enfatizar a expansão da consciência como elemento fundamental para as possibilidades de conhecer e agir no mundo. Em consequência, examinamos as influências que constituem o conceito de AI e as referências idiomáticas que visam a fazer compreender que o sentido da palavra '*literacy*', quer restrito aos bibliotecários quer a procedimentos, é frequentemente de um comportamento padrão, sistematizado, exposto de acordo com interesses pré-determinados.

O processo de elaboração de seu sentido tem importância decisiva para nós porque revela a origem de muitas das concepções a respeito do tema, as quais de uma maneira ou de outra, acabam frequentemente convertendo a AI em sujeito histórico operante e ignorando o papel do verdadeiro agente, o ser humano.

A partir de considerações sobre o papel da tecnologia e do olhar crítico sobre a prática do profissional bibliotecário, observou-se a necessidade de reformulação de questões técnicas,

humanas e culturais que estão envolvidas nas atividades associadas à busca, recuperação, análise, produção e disseminação de conteúdos informacionais.

Mostrou-se fundamental respeitar a ótica do profissional sobre as suas funções, capacidades e habilidades com as tecnologias digitais, além das suas condições de uso, para que pudéssemos identificar que, muitas vezes, a AI é tratada na literatura da CI como um método de treinamento de especialistas para sobrevivência na ‘sociedade da informação’, exigindo uma certa medida de ceticismo por parte dos seus estudiosos. Os valores embutidos nesse tipo de concepção, promovem a AI como produto, até mesmo comercial, que ignora o potencial criativo dos indivíduos, as condições materiais do ambiente no qual vivem, a formação social na qual está baseado o seu conhecimento do indivíduo.

No município do Salvador, verificamos a aceleração da implantação das IES privadas correspondendo ao que determinam a LDB nº 9.394/96 e o Decreto nº 2.306/97. A legislação vigente possibilita a criação de diferentes tipos de organizações acadêmicas habilitadas para ministrar ensino superior. A maior parte destas instituições funciona de maneira isolada, pois são faculdades, escolas e institutos. É notório que suas estruturas independentes colaboram para que os profissionais que nelas atuam tenham também uma atuação isolada, descompromissada com o fomento de intercâmbios de ideias, ao não favorecer a qualidade da educação superior pela construção integrada de conhecimento local. As opções de rumo se reduzem, imobilizando-os na posição ocupada.

As diretrizes do MEC que direcionam as avaliações da qualidade de ensino das IES exercem importância relevante para o desenvolvimento das ações e planos do segmento profissional estudado. Analisamos que critérios instituídos pelo MEC privilegiam nitidamente o interesse do mercado em multiplicar o número de IES, deixando de lado a qualidade que poderia ser oferecida se o seu funcionamento não fosse tão voltado para o incentivo à um tipo de produção acadêmica demonstrada em resultados quantitativos. Dessa forma, presencia-se um afrouxamento da responsabilidade do Estado brasileiro em atentar para a qualidade das condições de ensino de tais instituições, provocando uma desatenção ainda maior no que diz respeito às suas bibliotecas.

A biblioteca universitária é avaliada dentro de parâmetros que a consideram meramente como instalação física da IES, onde são enfatizadas as quantidades físicas das bibliografias indicadas pelos professores. Existe uma espécie de subestimação do potencial executivo que caracteriza a figura do bibliotecário. Os instrumentos avaliativos medem a eficiência do sistema educacional pela simples produtividade, não levando em conta os fatores determinantes para o processo do trabalho.

Com a biblioteca integrando uma estrutura maior, o papel do bibliotecário é pré-moldado e institucionalizado, e bem ou mal é a partir dessa moldura que o profissional tem a possibilidade de assegurar a objetivação de suas aspirações subjetivas. Nesse sentido, reconhecemos que esses trabalhadores muitas vezes defrontam-se com condições de trabalho, no que diz respeito às orientações que regem sua ação, as quais os impelem a condicionar-se numa determinada situação em que aparentemente é desnecessária a sua disposição criativa, capaz de produzir modificações no ambiente e nas outras pessoas, o que provoca o adiamento do desenvolvimento da sua AI, já que eles percebem que devem adequar-se aos impositivos tecnológicos. O movimento de ação-reflexão-ação, vista por nós como fundamental na AI, é interrompido antes mesmo de ser iniciado, porque sua ação, na realidade, se revela como reação, movimento exógeno, ao objetivar responder principalmente às diretrizes instituídas por instâncias estranhas ao seu cotidiano.

Nossa pesquisa demonstra que o bibliotecário encontra-se num cenário propício ao aprimoramento da sua própria AI, pois conta com instrumentos tecnológicos cada vez mais sofisticados para a representação, o acesso e a disseminação de conteúdos informacionais. Então, por que alguns profissionais mostraram caminhos estreitados quando lhes foi inquirido a respeito de um melhor aproveitamento de tais instrumentos para as transformações objetivas, deixando de se valer de importantes meios eletrônicos e digitais para acesso, compartilhamento e intercâmbio de conteúdos?

A abordagem dialética materialista permite-nos propor respostas para a pergunta supracitada, mesmo que incompletas. É pertinente ratificar que a facilidade no manejo das tecnologias semeia mas não garante o desenvolvimento da AI, pois não qualifica ninguém, de forma compulsória, no sentido de capacidade de apreensão crítica da realidade. Essa afirmação pode ser empiricamente comprovada quando, em paralelo ao contexto que analisamos, presenciamos que a habilidade operatória é adquirida por indivíduos cada vez mais jovens. O importante está em perceber a oportunidade de uma ação mais ampla em consequência da compreensão de si, pois as atividades tipicamente encontradas no âmbito da biblioteca na história pregressa não estão mais restritas ao tratamento de suportes num ambiente físico.

A análise da prática bibliotecária revela o duplo sentido do trabalho: traduz-se na produção de alienação, quando está alinhada com a lógica de produção que considera o trabalho como base para técnicas repetitivas, pouco criativas. E colabora para a desalienação do indivíduo quando incrementa compreensão do seu próprio potencial, descortinando a razão que motiva as ações que pratica.

As possibilidades de diálogos no ambiente da biblioteca, intensificadas pelas opções tecnológicas descritas pelos pesquisados, apontam para caminhos que vão muito além do controle do conhecimento, e revelam vastos espaços para o pensamento criador, capacidade interpretativa, imaginação, solução. Nesta perspectiva, uma postura passiva que limita-se à vigilância de suportes de conteúdos informacionais nos parece pouco desafiadora, trazendo repercussões no modo de pensar, pensar-se e ser pensado pelos outros.

Os produtos tecnológicos estão à disposição dos profissionais, mas ainda falta-lhes, em parte, a qualidade de consciência da real importância da sua identidade naquele universo, quando aliado às possibilidades que as tecnologias trazem. Dessa forma, o bibliotecário se aproxima da ferramenta, mas não esgota suas potencialidades, pois como não é resultado da sua elaboração intelectual, porque não participou da sua criação, também não é facultada a prerrogativa de desenvolvê-la baseado nas suas necessidades peculiares.

No que se refere à automação das bibliotecas, os respondentes da pesquisa deram ênfase maior aos mecanismos de descrição bibliográfica (catálogos e índices), e não ao armazenamento e recuperação do próprio conteúdo dos periódicos, livros e outros documentos contidos no acervo. É escasso o conhecimento das principais bases de dados bibliográficos, periódicos eletrônicos e portais especializados de acesso gratuito na internet. Deixam de ser realizadas atividades importantes para um benfazejo alinhamento ao Movimento de Acesso Livre à Informação, ação fundamentada na *Open Archives Initiative (OAI)*, que baseia-se no uso de *software* de código aberto e o acesso livre à informação, cuja infraestrutura baseia-se no uso de repositórios, como o *E-Prints*, o *Open Journal Systems (OJS)*, o *DSPACE*, entre outros²⁸.

Os bibliotecários mostram-se desejosos por uma formação mais voltada para as tecnologias, ao mesmo tempo em que demonstram a preferência por matérias tradicionais da Biblioteconomia. Está aí uma aparente desconexão entre o que se exige e o que se almeja como satisfação proveniente da profissão. Uma contradição de onde podem ser extraídos indícios de sua superação mediante a elaboração da educação superior articuladora de pesquisa, teoria e prática, realmente interdisciplinar, pois autocrítica.

Os bibliotecários das IES privadas do Salvador se reconhecem como elementos-chave para a produção do conhecimento, e no momento atual, as tecnologias são um dos principais artifícios para tal finalidade, pois associam rapidez e facilidade no compartilhamento de

²⁸ Cf. <<http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf>>

conteúdos informacionais. Fica evidente a importância de que a formação inicial seja revista, de modo a viabilizar a autonomia do sujeito no uso e aperfeiçoamento de tecnologias.

Outro eixo na formação do bibliotecário a ser explorado com mais seriedade é a relação de alteridade entre a Biblioteconomia e a Educação reconhecida na nossa atividade de investigação. Depois de identificados interesses comuns, faz-se necessário um investimento na aproximação efetiva das áreas.

O provimento da perspectiva interdisciplinar na formação do profissional, incluindo conteúdos sobre filosofia da educação, psicologia da educação, teorias cognitivas e técnicas pedagógicas, subsidiaria a sua atuação, já que ele necessita dialogar de forma fundamentada e se mostra predisposto a agir ativamente no processo de aprendizagem da comunidade assistida pela biblioteca. Nessa perspectiva, o bibliotecário propõe caminhos, a fim de promover a reflexão com o outro, e criando condições para que a aprendizagem ocorra como um processo dinâmico.

Mostra-se de extrema relevância, a construção de uma formação bibliotecária na qual as reivindicações identitárias da profissão sejam atendidas pelo respeito às normas de catalogação, aos sistemas de classificação, aos vocabulários controlados, à análise por facetas, à indexação pré e pós-coordenada, ao serviço de referência, circulação, comutação bibliográfica, etc., e que ao mesmo tempo prepare o profissional para a mediação do acesso e produção de conteúdos informacionais em meios digitais.

Ser um articulador no mundo dos objetos e das pessoas e, com seu patrimônio intelectual e pragmático, interagir mutuamente com as pessoas de modo a propiciar um melhor aproveitamento dos conteúdos que circulam no meio digital. Isso significa a conservação da essência da profissão, mas também o aperfeiçoamento do modo pelo qual se realiza, tornando possível a variação das técnicas por nós conhecidas. Assim, o simples diagnóstico e prescrição de fontes de informação pode demonstrar uma visão fragmentada do indivíduo como mero consumidor de conteúdos informacionais e não como produtor de conhecimento, propagando a submissão acrítica às técnicas de memorização e instrução.

AI considerada como processo preliminarmente objetivo possibilita a descoberta da razão da finalidade social da atividade do sujeito, reforçando seu compromisso com o reconhecimento da informação como motor para o aperfeiçoamento das condições materiais ao seu redor. Ao conhecer sua própria essência, seu valor como sujeito da sua própria história, o indivíduo direciona-se rumo ao questionamento de sua práxis, interessando-se pelo incremento de materiais, instrumentos e técnicas que beneficiarão a todos que com ele interagem.

A vinculação estabelecida entre tecnologia e informação permite-nos entender dialeticamente a contradição na qual o universo investigado mergulha. A contradição é representada pelo aprofundamento da diferenciação entre as técnicas patrimonialistas da Biblioteconomia e as novas possibilidades de compartilhamento do conhecimento pelas vias digitais. Esse encontro de conceitos contrários traduz-se no exercício da AI e, segundo nossa compreensão, significa a superação de tal contradição.

Utilizando as técnicas bibliotecárias tradicionais, que se apresentam como resultado histórico da elaboração intelectual do ser humano no sentido de organizar e representar sistematicamente seus conhecimentos, o sujeito toma um necessário distanciamento de sua obra para visualizar o escopo de sua ação, expandindo a sua consciência em direção às novas possibilidades de construção do conhecimento pelo domínio do real sentido da tecnologia. Nessa perspectiva, a tecnologia não determina o destino da profissão, mas o seu agente determina o destino da tecnologia, e assim, dialeticamente, constrói sua própria profissão.

Estas considerações finais devem ser entendidas dentro das limitações impostas pela escolha do universo, os métodos e a circunscrição contextual. A pesquisa, ao ser limitada a um grupo de bibliotecários, não permite ilações quanto à totalidade das relações estabelecidas na biblioteca, pois, sem dúvida, todos os elementos aqui averiguados gravitam em torno do chamado usuário das bibliotecas universitárias, aquele que é mais diretamente afetado pela oferta do serviço bibliotecário.

Pelo suporte tecnológico, os diálogos tornam-se mais viáveis, a lógica das atividades bibliotecárias não se restringe aos seus profissionais, os registros de conhecimentos que antes encontravam-se exclusivamente em dimensões materiais, agora estão também acessíveis digitalmente por qualquer indivíduo que assim o deseje. Doravante, atividades *sui generis* da Biblioteconomia passam a ser processadas por programas informáticos e/ou intuitivamente executadas por indivíduos leigos.

Estudar a AI anuncia quão fecunda pode ser a interação humana na biblioteca e mostra a pertinência de uma revisão de modelos na subárea da CI. Dessa forma, vislumbramos a diversidade de possibilidades que envolvem as relações humanas no âmbito estudado e a observação dos desdobramentos dessas relações para futuros estudos no âmbito das ciências sociais e humanas.

Ao considerarmos objetivos mais amplos do que os que foram propostos nesta pesquisa, nos motivamos a avançar no aprofundamento de questões que envolvem os meandros da cultura informacional/digital em plena discussão. Pretendemos, pois, continuar desenvolvendo a noção de AI no mundo complexo de hoje, onde as pessoas adquirem e usam

idiossincráticas habilidades e estratégias para construir conhecimento para diferentes propósitos em uma ampla gama de contextos, todos formados por cultura, história, língua, condições socioeconômicas diversas.

Recomendamos, então, que seja almejada uma maior capacidade de intervenção crítica por parte da comunidade científica quanto aos parâmetros teóricos e terminológicos da AI para que suas proposições não estejam circunscritas a uma atividade ou área do conhecimento e que, dessa forma, mentes e governos se voltem para o reconhecimento das possibilidades de aperfeiçoamentos das condições da vida por meio da informação.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. **The system of professions**: an essay on the division of expert labour. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Report of Presential Committee on Information Literacy**: final report. Washington, D.C., 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/presidential.cfm>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. **Information standards for student learning**: standards and indicators. Washington, D.C., 1998. Disponível em: <http://www.ala.org/ala/aasl/aaslproftools/informationpower/InformationLiteracyStandards_final.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2009.

ARAÚJO, Mônica Barreto. **O ensino superior privado em Salvador**: oferta e demanda (1990 a 2002). 2003. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Salvador, Salvador, 2003. Disponível em: <http://tede.unifacs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=120>. Acesso em: 30 jun. 2009.

ASSOCIATION FOR COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency standards for Higher Education**. Chicago, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/ilcomstan.html>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Orgs.). **Profissionais da informação**: o espaço de trabalho. 1. ed. São Paulo: Thesaurus, 2004. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Série Documental. Relatos de Pesquisa; 37). Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B8ED30485-A41C-4E03-AD54-A75FB66FFBC3%7D_Relatosdepesquisa37.pdf>. Acesso em 30 jun. 2009.

BAWDEN, David. Revisión de los conceptos de alfabetización informacional y alfabetización digital. **Anales de documentación**, Murcia, n. 5, p. 361-408, 2002. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/viewFile/2261/2251>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

BEHRENS, S. A conceptual analysis and historical overview of information literacy. **College and Research Libraries**, Chicago, v. 55, n.4, p. 309-322, jul. 1994.

BOTTOMORE, Tom et al. (Eds.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumento**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/2005/avaliacao_institucional/avaliacao_institucional_externa_8102005.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. **Cadastro das Instituições de Ensino Superior**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_ies.asp>. Acesso em: 14 maio 2008.

_____. **Censo da Educação Superior 2006**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.cbta.edu.br/presencial/download/censoedsup_2006.pps>. Acesso em: 30 jun. 2009.

BRASIL. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Legislacao/Decreto-56725-16agosto1965.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Decreto nº 2.306, de 19.08.1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10. da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16,19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 1997. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=2334>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <<http://www.crb1.org.br/legislacao/leis/lei-4084.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Lei nº 9.674, de 26 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9674.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2009.

BREIVIK, P.S.; GEE, E.G. **Information literacy**: revolution in the library. New York: Collier Macmillan, 1989.

BRUCE, C. **Seven faces of information literacy in higher education**. Brisbane: Queensland University of Technology, 1997. Disponível em: <<http://sky.scitech.qut.edu.au/~bruce/inflit/faces/faces1.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

BUNDY, A. **Pedagogy, politics, power**: preaching information literacy to the unconverted. 1995. Disponível em: <<http://www.library.unisa.edu.au/papers/infolit1.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28 - 37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.2, n.2, p.63-77, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/18/6>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 178-193, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/2/150>>. Acesso em 30 jun. 2009.

CAMPOS; Grazielle Noronha; BAPTISTA, Sofia Galvão. Perfil dos bibliotecários das bibliotecas de instituições de ensino superior privadas do Distrito Federal e as expectativas dos empregadores. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em:

<<http://www.enancib2008.com.br/cd/6%20-%20Trabalhos%20em%20PDF/GT6/1%20-%20Oral/2121%20-%20Perfil%20dos%20bibliotecários%20das%20bibliotecas%20de%20i...pdf>>. Acesso em: 28 out. 2008.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação, **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidade informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **R. Bibliotecon. & Comum.**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 maio 1999. Caderno Mais!.

CHEPTULIN, Alexandre. A qualidade e a quantidade. In: _____. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Tabela das Áreas do Conhecimento**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/areasconhecimento/6.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. rev. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos de educação superior no Estado da Bahia**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo; Brasília: CORTEZ; UNESCO; Ministério da Educação e do Desporto, 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUARTE, Eneide et al. Vantagens do uso de tecnologias para criação, armazenamento e disseminação do conhecimento em bibliotecas universitárias. **Transformação**, Campinas, v.18, n.2, p. 131-141, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/abcib/index.php/abcib/article/view/548>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n.1, p. 23-35, jan./ abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100003>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Os faróis da Sociedade de Informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

DYSON, Peter. **Novell dicionário de redes**. Tradução Fernando Barcellos Ximenes. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

EISENBERG, M. B. Big 6: Teaching information problem solving. **Emergency Librarian**, [S.l.], mar./abr. 1998.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialéctica**. Lisboa: Europa-América, 1966. (Coleção saber).

FRANCO, Marcelo Araújo; SAMPAIO, Carmen Sanches. Linguagens, comunicação e Cibercultura: novas formas de produção do conhecimento. **Revista de informática**, Campinas, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.ccuac.unicamp.br/revista/infotec/educacao/educacao5-1.html>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Lídia Silva de. A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/147/141>> Acesso em: 30 jun. 2009.

GIRALDO GIRALDO, Yecel Nayrobis; OTÁLVARO GONZÁLEZ, Doris Elena; MONCADA PATIÑO, José Daniel. La deconstrucción de las relaciones entre bibliotecología y educación: una dialéctica de la alteridad. **Rev. Interam. Bibliot.**, Medellín, v. 29, n. 1, jan./jun. 2006.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GOMÉZ HERNÁNDEZ, José Antonio. La función educativa de bibliotecas e bibliotecários em el contexto de las tecnologías participativas de la web social. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 51-71, jun./jul. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2666/1882>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000290/01/Metodologia_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5 - 18, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/433/243>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. A vinculação dos conhecimentos: entre a razão mediada e razão leve. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 16-37, mar. 2005. Disponível em : <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/187/104>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

HATSCHBACH, M. H. L. **Information literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência

da Informação). IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/mariahelena2002.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

HOUAISS, Antônio (Ed.). **Dicionário Webster's**: inglês/português. Co-editor: Ismael Cardim. Rio de Janeiro: Record, 1982.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos, 23).

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

LENOX, M. F.; WALKER, M. L. **Information literacy in the educational process**: educational forum, 1993. Disponível em:
<http://www.tmp.ucn.cl/files/bidoc/Normas_ACRL.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2008.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LUBISCO, Nidia Maria Lienert. **La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña**: evolución y propuesta de mejora. 2007. Tesis Doctoral - Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Universidad Carlos III de Madrid, Getafe, 2007. Disponível em: <<http://e-archivo.uc3m.es/dspace/bitstream/10016/2535/1/tesisnidia.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

LUCKESI, Cipriano *et al.* **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 2003.

MANGAS, Sérgio Filipe Agostinho. Como planificar e gerir um serviço de referência. **Biblios**, Perú, n. 28, p. 1, 31 abr./jun. 2007. Disponível em:
<<http://www.revistabiblios.com/ojs/index.php/biblios/article/view/6/10>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000300005>. Acesso em: 30 jun. 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTÍ LAHERA, Yohannis . **Alfabetización informacional**: análisis y gestión. Buenos Aires: Alfagrama, 2007. (Biblioteca Alfagrama).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/83/76>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n.3, p. 99-114, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/83/76>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papyrus, 1989.

MORENO, Fernanda Passini; LEITE, Fernando César Lima; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 82-94, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/447/258>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

MORIN, Edgard. **Réforme de pensée, transdisciplinarité, réforme del' Université. Communication** . In: CONGRÈS INTERNATIONAL "QUELLE UNIVERSITÉ POUR DEMAIN? VERS UNE EVOLUTION TRANSDISCIPLINAIRE DE L'UNIVERSITÉ, 1977, Locarno, Suisse. Disponível em: <<http://nicol.club.fr/ciret/bulletin/b12/b12cl.htm>>. Publicado na Motivation, v. 24, 1997.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUTCH, A. Information literacy: an exploration. **International Journal Information Management**, Cambridge, v. 17, n. 5, p. 377-386, 1997.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1995.

ORSO, Paulino José. Os desafios do conhecimento e o método da pesquisa científica. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.5, n.1, p.25-39, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/etd/viewarticle.php?id=280&layout=abstract>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**: revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <http://dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.

PAQUARELLI, Maria Luiza Rigo; TÁLAMO, Maria de Fátima. Sobre a questão da designação terminológica da disciplina orientação bibliográfica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 24, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/557/506>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

PERRENOUD, P.et. al. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre Artmed, 2002.

PFAFFENBERGER, Bryan. **Que**: dicionário dos usuários de microcomputadores: português – inglês e inglês – português. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélica; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. (Orgs.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: Ed. Universitária da UFRN/EDUFRN, 2006, p. 111-141.

_____. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/51/1521>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 21. ed. São Paulo:Cortez, 2005.

POZO, J. L. **Aprendices y maestros**: la nueva cultura del aprendizaje. Madrid: Alianza, 1996.

PLEKHÂNOV, G. **Os princípios fundamentais do marxismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

RADER, Hannelore B. Alfabetización informacional em el entorno del servicio de referencia: preparándonos para el futuro. **Anales de documentación**, Murcia, n. 3, 2000, p. 209-216. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/viewFile/2541/2531>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

RAUPP, Magdala; REICHLE, Adriana. **Avaliação**: ferramenta para melhores projetos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

RIOS, Gabe. **Top 10 technology trends librarians should be conversant with**. Disponível em: <<http://medlibtechtrends.wordpress.com/2007/03/01/top-10-technology-trends-librarians-should-be-conversant-on-gabe-rios/>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

ROCHA, Maria Meriane Vieira; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Educação continuada de profissionais da informação: perfil da ação de bibliotecários de Instituições de Ensino Superior Privado no município de João Pessoa – PB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.89-99, jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/62/55>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

SANTOS, Ângela Sikorski; TOLFO, Suzana da Rosa. Competências demandadas dos bibliotecários frente às tecnologias de informação em bibliotecas universitárias. **Enc. Bibli: Rev. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 21, 1º sem. 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2000.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. 4. ed. São Paulo: Ed. da Universidade Paulista; Brasiliense, 2001.

SCHWEITZER, Fernanda. Os novos perfis dos profissionais da informação nas bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.3, n.2, p.80-88, jul-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/view/45/50>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

SILVA, Lídia Oliveira. A Internet: a geração de um novo espaço antropológico. In: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Janelas do ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

SILVA, Patrícia Maria. Sistemas de informação em bibliotecas: o comportamento dos usuários e bibliotecários frente às novas tecnologias de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.5, n. 2, p. 1-24, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=114>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais**: tecnologia e consciência no universo digital. 2002. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://tede-dep.ibict.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15>. Acesso em 30 jun. 2009.

_____. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/806/648>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. Informação, ciberespaço e consciência. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 191-201, set./dez. 2006a. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ptcib/index.php/ptcib/article/view/552>>. Acesso em 30 jun. 2009.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; KOBASHI e Nair Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **DataGramZero**: revista de Ciência da Informação, v.5, n.1, fev. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_03.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002 145. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2009.

SZABÓ, Inácio. **Comunidades virtuais de conhecimento**: informação e inteligência coletiva no ciberespaço. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

TARAPANOFF Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 3, n.5, out. 2002. Disponível em : <http://www.dgz.org.br/out02/Art_04.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Hacia la Sociedad del Conocimiento**. Paris: Ediciones Unesco, 2005. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001419/141908s.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação. [**Matriz curricular do curso de Biblioteconomia e Documentação**]. Disponível em : <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/ICI/Biblioteconomia>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Linhas de pesquisa**. <<http://www.posici.ufba.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

VARELA, Aida. **Informação e autonomia**: a mediação segundo Feuerstein. São Paulo: SENAC, 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v.1.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles. A formação do profissional da informação relacionada às tecnologias de informação. **Enc. Bibli**: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n.19, 1º sem. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/152/5497>>. Acesso: em 30 jun. 2009.

ZURKOWSKI, P. G. **Information services environment relationships and priorities** . Washington D.C.: National Commission on Libraries, 1974.

**APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA APRESENTADA
AOS BIBLIOTECÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR PRIVADAS (SALVADOR – BA)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Salvador, ___ de _____ de 2008

Prezado(a) Senhor(a),

Meu nome é Iole Costa Terso. Sou aluna do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, orientada pelo Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves Silva.

Meu trabalho de pesquisa tem por objetivo identificar e analisar a relação entre informação, tecnologia e alfabetização informacional no âmbito do cotidiano do profissional bibliotecário de Instituições de Ensino Superior privadas da cidade do Salvador.

A colaboração do (a) Sr.(a) é extremamente valiosa para a compreensão dos fatores que interferem no processo de fluência tecnológica na alfabetização informacional do profissional bibliotecário, motivo pelo qual agradeço antecipadamente. O tempo estimado para responder às questões é de 20 minutos e não existem respostas certas ou erradas, pois o importante é a sua opinião.

Todos os dados coletados serão resguardados e as fontes permanecerão em completo sigilo. Os participantes poderão ter acesso aos resultados a partir de março de 2009, quando serão convidados a participar da defesa da dissertação do curso de mestrado.

Atenciosamente,

Iole Costa Terso
Pesquisadora

Iole Costa Terso
Rua Alegria do Castro Neves, nº 51, ap. 07, Edf. Monet – Brotas CEP: 40255-240
Telefones: (71) 3233-1674 / 8859-8442
End. Eletrônico: iterso@hotmail.com

**APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO APRESENTADA AOS
BIBLIOTECÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PRIVADAS (SALVADOR – BA)**

Sr(a). Bibliotecário(a) _____ **aceita**
receber a mestrande Iole Costa Terso, para desenvolver atividades de pesquisa relacionadas ao
Projeto de Dissertação Alfabetização informacional: um olhar sob o enfoque da fluência
tecnológica de bibliotecários de IES privadas.

Assinatura do(a) Bibliotecário (a)

Salvador, _____ de _____ de 2008

**APÊNDICE C – FORMULÁRIO APLICADO BIBLIOTECÁRIOS DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS (SALVADOR
– BA)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

FORMULÁRIO DO PROJETO DE PESQUISA DE MESTRADO:

**ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL:
Uma análise da fluência tecnológica de bibliotecários**

A seguir encontrará uma série de sentenças que procuram avaliar a relação do bibliotecário com as tecnologias nas Instituições de Ensino Superior Privado. Registre no espaço, o número que corresponde à posição do entrevistado frente ao item, utilizando a escala:

1- Discordo plenamente		5- Concordo levemente
2- Discordo muito	4- Não discordo, nem concordo	6- Concordo muito
3- Discordo levemente		7- Concordo plenamente

PARTE A- A FUNÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO COM AS TECNOLOGIAS	
1. O bibliotecário está atento aos produtos tecnológicos que possibilitam o acesso a conteúdos informacionais	
2. O desenvolvimento de ferramentas de automação de serviços e produtos de informação tende a diminuir a importância da profissão bibliotecária	
3. Trabalho basicamente com documentos em suporte papel	
4. As disciplinas do curso de Biblioteconomia deveriam ser mais fortemente dirigidas ao aprendizado de tecnologias	
5. Aprender a desenvolver sistemas de informação na graduação é mais importante que aprender a tratar e organizar conteúdos de informação	
6. Um dos fatores que mais aprecio na unidade de informação na qual trabalho é que ela muda pouco ao longo do tempo	
7. A internet diminui a necessidade de trabalho bibliotecário no atendimento às demandas dos usuários	
8. A internet é valiosa como apoio para a elaboração de documentos administrativos, institucionais e/ou organizacionais	
9. Enfrento dificuldades ao realizar buscas na internet	
10. O bibliotecário que não se adequa aos impositivos tecnológicos está fora do mercado de trabalho	
PARTE B – CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E RESPONSABILIDADES NO USO DAS TECNOLOGIAS	
11. O bibliotecário é elemento-chave para a produção do conhecimento na instituição em que atuo	
12. A tecnologia é elemento-chave para a produção do conhecimento na instituição em que atuo	
13. É fundamental para o bibliotecário freqüentar com regularidade cursos de capacitação tecnológica	
14. O conhecimento sobre os principais formatos bibliográficos influencia na minha atuação como profissional	
PARTE C – AQUISIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS UTILIZANDO AS TECNOLOGIAS	
15. A utilização de truncamento e operadores lógicos booleanos (AND, OR, NOT) é fundamental na busca de conteúdos informacionais	
16. Os motores de busca e diretórios das páginas <i>web</i> possuem diferenças significativas	
17. A construção de páginas <i>web</i> faz parte das habilidades requeridas para o bibliotecário	
18. Tutoriais e módulos de orientação ou treinamento em formato <i>web</i> são produtos que o bibliotecário costuma utilizar	
19. Faz parte das atribuições do bibliotecário disponibilizar relatórios estatísticos com fórmulas e funções de planilhas de cálculo	
PARTE D – UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS PARA COMUNICAÇÃO EFICAZ, SOLUÇÃO DE PROBLEMAS E EXPRESSÃO DA CRIATIVIDADE INDIVIDUAL	
20. O bibliotecário deve saber construir trabalhos com apresentações eletrônicas em <i>slides</i>	
21. Já está dentro da rotina do bibliotecário se comunicar por <i>email</i> com vistas a apoiar suas atividades	

profissionais e atender necessidades informacionais dos usuários	
22. A realização de produtos com a incorporação de imagens, tabelas e gráficos é prática constante na atividade bibliotecária	
23. As demandas informacionais de usuários devem ser atendidas pela biblioteca com serviços e produtos eletrônicos	
PARTE E- PAPEL DAS TECNOLOGIAS E APLICAÇÃO DAS NORMAS ÉTICAS E JURÍDICAS EM SEU USO	
24. O mercado de trabalho bibliotecário se tornará cada vez mais difícil em consequência da automação dos processos	
25. As tecnologias condicionarão cada vez mais o trabalho do homem	
26. Conhecer as implicações éticas e jurídicas de ações que desrespeitem a propriedade intelectual em meios digitais é importante para o bibliotecário	

PARTE F – CONDIÇÕES DE USO DAS TECNOLOGIAS

27. Quantas horas por dia em média passa trabalhando com o computador ? ____ horas

28. Possui computador com acesso à internet no trabalho?

Sim, conexão discada Sim, conexão banda larga Não

29. A biblioteca em que atua possui um sistema informatizado?

Sim. Especifique _____ Não

30. Se a resposta anterior for afirmativa, o bibliotecário tem participação na customização do sistema?

Sim Não

31. Costuma indicar bases de dados ou portal de periódicos para atender requisições de usuários?

Sim. Especifique _____ Não

32. Indique quais os tipos de tecnologia listadas a seguir são úteis para o exercício da sua função profissional.

<input type="checkbox"/> Internet	<input type="checkbox"/> <i>Wireless</i>
<input type="checkbox"/> Intranet	<input type="checkbox"/> <i>Groupware</i>
<input type="checkbox"/> Extranet	<input type="checkbox"/> Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)
<input type="checkbox"/> <i>Data Warehouse</i>	<input type="checkbox"/> <i>Mashups</i>
<input type="checkbox"/> Videoconferência	<input type="checkbox"/> Comunidades virtuais
<input type="checkbox"/> Cursos de Educação a Distância (EAD)	<input type="checkbox"/> Zotero
<input type="checkbox"/> <i>Connotea</i>	<input type="checkbox"/> <i>Streaming Media (You Tube e Podcasting)</i>
<input type="checkbox"/> Ferramentas eletrônicas sociais (<i>Blogs, wikis, e Orkut</i>)	<input type="checkbox"/> Software de código aberto
<input type="checkbox"/> <i>Second Life</i>	<input type="checkbox"/> <i>Catalog Overlays</i> (Endeca e AquaBrowser)
<input type="checkbox"/> <i>Cloud Architecture</i> (Folksonomias e <i>Tag Clouds</i>)	<input type="checkbox"/> Outros tipos. Especifique _____
<input type="checkbox"/> <i>Workflow</i>	

PARTE G – DADOS GERAIS

33. Idade: _____ anos

34. Sexo: Feminino Masculino

35. Formação Acadêmica: Bacharelado Licenciatura Especialização Mestrado
 Doutorado Outro. Especifique _____

36. Ano de ingresso na Instituição em que atua:

37. Ano de ingresso e formatura no curso de Biblioteconomia:

38. Instituição da graduação:

ANEXO A – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS (SALVADOR – BA)

